

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

Guilherme Augusto Pereira Malta

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DE UMA COMPLEXA
RELAÇÃO CONSIDERANDO AS ABORDAGENS E CONCEPÇÕES
PRESENTES NA LITERATURA DO TURISMO**

Minas Gerais - Brasil
Março - 2011

Guilherme Augusto Pereira Malta

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DE UMA COMPLEXA
RELAÇÃO CONSIDERANDO AS ABORDAGENS E CONCEPÇÕES
PRESENTES NA LITERATURA DO TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof^a. Marly Nogueira

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

Aluno:

Número da matrícula:

Área de concentração:

Título da dissertação:

TURISMO E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DE UMA COMPLEXA RELAÇÃO CONSIDERANDO AS ABORDAGENS E CONCEPÇÕES PRESENTES NA LITERATURA DO TURISMO

Dissertação defendida e aprovada em / / 2011 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Marly Nogueira - Orientador

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

Prof. Dr. Márcio Carneiro dos Reis

Belo Horizonte
2011

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os que fizeram parte da minha trajetória ao longo desses dois anos de Mestrado, em especial, a minha companheira Ninna Gutierrez, a minha família, aos meus amigos e a todos, acadêmicos ou não, interessados em contribuir para a conformação do conhecimento em torno do Turismo.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois anos em que me dediquei ao Mestrado, muitas pessoas estiveram presentes em minha vida e, de forma direta ou indireta, contribuíram para o meu processo de aprendizado, acompanhando minhas angústias, reflexões e meu amadurecimento acadêmico e profissional.

Neste caminho, agradeço, em especial, ao apoio incondicional, ao companheirismo ímpar e a presença fundamental de Ninna Gutierrez, namorada, amiga e fiel escudeira.

Agradeço, também, ao apoio da minha família, meus pais, pelo amor e acolhimento e ao meu irmão que, ainda distante, sempre se preocupou e esteve presente.

À Marly Nogueira, orientadora e amiga, que acreditou em minha pesquisa e, com toda atenção e carinho, aceitou o desafio de me auxiliar na elaboração dessa dissertação sobre Turismo.

A todos os amigos da Copeve, pelos momentos de descontração e apoio. Em especial, à Regina Lúcia, chefe e amiga, pela compreensão e pelo suporte nos momentos mais críticos.

Aos amigos da pós-graduação, pelos diálogos enriquecedores e por mostrarem que minhas angústias eram também as deles.

A todos os outros amigos que fizeram parte deste processo.

Aos professores do curso de Turismo da UFMG Fabiana Bernardes, Mariana Lacerda, Márcia Lousada e Altair Sancho, pelo apoio e pelas conversas esclarecedoras acerca das minhas dúvidas.

Aos docentes da pós-graduação pelos ensinamentos e pelo apoio, em especial ao professor Bernardo Machado Gontijo e ao professor Márcio Carneiro dos Reis, a quem tive a oportunidade de conhecer ao longo do processo de elaboração do PDDI.

*Evitar o perigo não é, a longo prazo, tão seguro quanto se expor ao perigo. A vida é uma aventura ousada ou, então, não é nada.
(Helen Keller)*

RESUMO

A proposta deste trabalho, em linhas gerais, consiste em abordar a complexa relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento. Para tanto, tomou-se como referência inicial algumas obras e estudos oriundos da área de Turismo, com o objetivo de captar a visão dos autores em torno desta temática. Intentou-se, com isto, tornar mais inteligível a maneira como esta literatura busca compreender o desenvolvimento associando-o ao turismo e ao seu processo de promoção, planejamento e gestão. O que se nota é que o turismo, do ponto de vista do desenvolvimento, é frequentemente apontado enquanto meio capaz de induzi-lo em uma dada realidade e/ou como parte de uma estratégia para se alcançar o “desenvolvimento”, em especial o econômico. A análise do turismo, como foi proposta neste trabalho, deixou claras as inúmeras visões em torno deste objeto, bem como as várias perspectivas de análise de sua natureza, seja enquanto atividade econômica, social ou cultural. Em razão desta complexidade, identificaram-se três principais abordagens ou enfoques de desenvolvimento a partir da literatura de Turismo, que consistem em formas de se enxergar o turismo dentro dos processos de desenvolvimento. Destacou-se que tais abordagens encontram-se em disputa no campo dos estudos turísticos e no âmbito de sua promoção, por representarem, a princípio, diferentes possibilidades de leitura e compreensão do desenvolvimento e de sua relação com a atividade turística. Por meio da análise de estudos empíricos, visando balizar a discussão suscitada nesta dissertação, tornou-se possível avançar na análise dos enfoques identificados, assim como refletir sobre até que ponto a identificação de diferentes abordagens de desenvolvimento representava, na prática, novos caminhos para a promoção do turismo. Paralelamente, discutiram-se os modelos alternativos da atividade e a relação traçada com as abordagens de desenvolvimento que orientam tais propostas. Em meio às reflexões e análises elaboradas neste trabalho, também foi possível abordar demais pontos de interesse, como o uso do termo *desenvolvimento* associado à atividade turística e a falta de conteúdo crítico na análise e estudo do turismo.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento; estratégias de promoção; modelos alternativos.

ABSTRACT

The proposition of this paper is to address in general the complex relationship between tourism and development. For that, it was taken as initial reference works and studies from the tourism field aiming to capture the authors view about that subject. By bringing this up the intention was to make more understandable how this literature seeks to understand the development, linking it to tourism and its process, planning and management promotion. It is noticeable that, from the development point of view, tourism is frequently cited as a way capable of inducing it on a reality and/or as part of a strategy to achieve "development", particularly the economic one. The analysis of tourism, as proposed in this work, left clear many views around this object as well as the different perspectives of analysis of its nature, either as an economic, social or cultural activity. Because of this complexity, it was identified three main approaches or emphases of development based on the literature of Tourism, which consist in ways of facing tourism inside the development processes. It was emphasized that such approaches are in dispute in the field of tourism studies and as part of its promotion, as they represent, to begin with, different possibilities of reading and understanding of development and its relationship to touristic activity. Through the analysis of empirical studies aiming to mark the discussion raised in this dissertation, it became possible to advance the analysis of the identified approaches, as well as reflect on how far the identification of different development approaches represented in practice new ways to tourism promotion. Concomitantly, discussions were held on alternative models of activity and the relationship between the development approaches that guide such proposals. Amid the deliberations and analysis developed in this work, it was also made possible to address other points of interest such as the use of the term *development* associated with the touristic activity and the lack of critical content in the analysis and study of tourism.

Keywords: Tourism; Development; promotion strategies; alternative models.

LISTAS

Quadros

Quadro 1 – Comparativo entre abordagens do desenvolvimento presentes na literatura de turismo X perspectivas de planejamento turístico.....141

Siglas

CNUCED – Conferencia das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Política Nacional de Turismo

SISTUR – Sistema do Turismo

Sumário

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 CARACTERIZAÇÃO E APREENSÃO DO TURISMO: PONTOS FUNDAMENTAIS PARA UMA COMPREENSÃO | 16 |
| 1.1 <i>Considerações iniciais sobre o turismo</i> | 16 |
| 1.2 <i>O turismo e suas principais perspectivas de análise</i> | 23 |
| 1.3 <i>Turismo e planejamento</i> | 31 |
| 1.4 <i>Agentes produtores do espaço pelo/para o turismo</i> | 37 |
| 1.5 <i>Turismo e suas estratégias de promoção</i> | 43 |
| 2 O TURISMO E SUAS ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO | 48 |
| 2.1 <i>Breve resgate em torno do tema do desenvolvimento</i> | 54 |
| 2.2 <i>As abordagens de desenvolvimento implícitas no turismo</i> | 67 |
| 2.2.1 <i>Abordagem Utilitarista/Econômica</i> | 69 |
| 2.2.2 <i>Abordagem Sustentável</i> | 73 |
| 2.2.3 <i>Abordagem comunitária/local do desenvolvimento</i> | 80 |
| 3 ABORDAGENS E ENFOQUES DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA NO ÂMBITO DO TURISMO: ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASOS EXISTENTES | 89 |
| 3.1 <i>As estratégias de desenvolvimento e o turismo</i> | 90 |
| 3.1.1 <i>O Plano Nacional de Turismo (PNT 2007 – 2010) e suas estratégias de desenvolvimento</i> | 100 |
| 3.2 <i>Estudos de casos: análise da relação turismo e desenvolvimento</i> | 106 |
| 3.2.1 <i>O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro Vermelho – Parnaíba/PI</i> | 109 |
| 3.2.2 <i>O turismo como propulsor para o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades: um estudo da utilização da Lagoa do Cajueiro, localizada nos municípios de Joaquim Pires e Luzilândia (PI), pelas suas comunidades do entorno</i> | 115 |
| 3.2.3 <i>Limites e potencialidades no uso do turismo como instrumento de desenvolvimento: um estudo de caso no município de Carrancas-MG</i> | 121 |
| 3.2.4 <i>Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará</i> | 129 |
| 3.3 <i>Considerações parciais</i> | 135 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 139 |
| REFERÊNCIAS | 148 |

INTRODUÇÃO

A referência à relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento é comum em grande parte das obras que têm a atividade turística como objeto de estudo. Desde os grandes manuais de introdução ao turismo aos artigos que se propõem a analisar sua exploração em uma dada área geográfica, há uma concordância geral de que a promoção da atividade turística contribui para a instauração de algum processo de desenvolvimento. Por se tratar de uma atividade econômica que é reconhecida pela expressiva geração de emprego e renda, torna-se quase natural associar o turismo ao desenvolvimento, seja como uma estratégia de desenvolvimento, seja enquanto um instrumento capaz de induzi-lo em uma dada realidade. Entretanto, na literatura, raramente se percebem o questionamento e a análise crítica direcionada à compreensão da relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento.

A atribuição do papel de agente promotor do desenvolvimento, sobretudo econômico, ao turismo, é uma forma recorrente de se interpretar e caracterizar tal relação. Neste contexto, o turismo pode ser identificado, também, enquanto parte de uma estratégia maior de desenvolvimento, na qual sua promoção contribuirá para o contexto econômico, social, político etc., que se espera conformar. Dessa forma, além de serem constatadas distintas maneiras de se relacionar o turismo ao desenvolvimento, também pode-se perceber que elas se fazem constantes e intensas nos trabalhos de turismo.

O próprio estudo do turismo também se mostra um ponto controverso – repleto de diferentes visões e leituras – em relação ao que viria a ser este fenômeno. Assim, tornou-se necessário, nesse trabalho, apresentar algumas destas possibilidades de interpretação do turismo, questionando os vários olhares em torno de sua compreensão.

Tomando como ponto de partida as obras e estudos de turismo, o presente trabalho teve por intenção clarificar como o vínculo estabelecido com o desenvolvimento é abordado e retratado na literatura, sendo necessário, também, identificar seus principais traços e características. No que se refere aos objetivos específicos da presente pesquisa, (com base na literatura da área) buscou-se: a) clarificar os principais pontos de compreensão do turismo; b) identificar abordagens chaves do desenvolvimento presentes nos estudos turísticos aqui consultados; c)

analisar criticamente pontos recorrentes e possíveis limites no estudo da relação entre turismo e desenvolvimento e; d) discutir as abordagens de desenvolvimento a partir de estudos empíricos que tratavam de tal relação.

Nesse sentido, foi igualmente importante perceber o amplo campo que o termo *desenvolvimento* abrange enquanto conceito de grande influência sobre o pensamento e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, a enorme variedade de conotações absorvidas pela palavra *desenvolvimento*, sobretudo ao longo do século XIX, acabou por desgastar uma suposta precisão de seu significado, alcançando, dessa maneira, o status de simples expressão, cuja tradução depende, na maioria das vezes, do contexto em que é utilizada (ESTEVA, 2000). A mesma crítica, inclusive, pode ser estendida ao uso do termo desenvolvimento quando associado ao turismo, uma vez que se constatou ser recorrente seu emprego indiscriminado e pouco reflexivo pela literatura da área. Julgou-se importante, assim, agregar à análise das abordagens detectadas na literatura de turismo a discussão sobre o desenvolvimento, suas principais características e problemáticas atuais.

Convém destacar que o turismo, além de atividade econômica, também se caracteriza como prática social, cultural e espacial. Como tal, é capaz de dinamizar e/ou articular diversas atividades e ramos da economia, sem, contudo, deixar de refletir também as determinações da sociedade na qual está inserida: contraditória, conflituosa, controversa, desigual, reflexo de lógicas do momento histórico presente, o da globalização e/ou da nova fase do capitalismo, dita ecológica ou sustentável (O'CONNOR, 1988). Dessa forma, o modelo de desenvolvimento produtivista e a lógica de crescimento ilimitado, inerentes à estrutura e à dinâmica do capitalismo, se estendem também à lógica predominante no turismo, independente, muitas vezes, de qual seja sua denominação ou tipologia.

Diante das conhecidas características negativas¹ da economia capitalista – que também se encontram reproduzidas na dinâmica econômica e social do turismo – evidencia-se a necessidade do questionamento constante da noção de desenvolvimento, tão intrínseca ao projeto capitalista e tradicionalmente centrada na aceleração do crescimento econômico. Essa concepção, segundo Boaventura de

¹ Para efeito ilustrativo, cita-se Boaventura de Sousa Santos (2005:27), que enumera três principais características negativas das economias capitalistas, sendo, de forma reduzida: 1) produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder; 2) as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade; 3) a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas de vida na Terra.

Sousa Santos (2005, p. 45), acaba por implicar “na marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição eqüitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente”. Coube questionar, assim, quais eram as formas de se conceber e retratar o desenvolvimento, por meio do ponto de vista de autores selecionados de turismo.

Por isso, foi de fundamental importância identificar, previamente, quais seriam os enfoques e abordagens de desenvolvimento apresentados pela literatura de turismo, a fim de tornar claro como os autores da área trabalham esta relação.

A apresentação e compreensão inicial do turismo se dá frequentemente por meio da divulgação de expressivos dados que a atividade movimenta, amplamente veiculados por organizações como a OMT (Organização Mundial do Turismo) e outros organismos oficiais (como a Embratur,² no Brasil). O turismo, como colocado por tais órgãos, representa o setor mais promissor, em constante crescimento, gerador de um significativo volume de divisas, bem como de uma sólida alternativa para o desenvolvimento econômico e social de uma determinada área. Dentro dessa concepção, tornou-se necessário questionar a relação estabelecida com o desenvolvimento, para além dos números que são associados ao turismo.

A partir da realização desta pesquisa, acredita-se colaborar para a conformação do Turismo enquanto campo do conhecimento, ainda em construção, e de um pensamento crítico reflexivo frente ao modelo hegemônico da atividade na atualidade. Nesse sentido, espera-se, ao tocar em um conceito fundamental e básico a esta atividade, promover a discussão acerca de seus prováveis, e possíveis, caminhos em um futuro não muito distante. Vale lembrar também que o estudo científico do turismo encontra-se em fase de desenvolvimento e implementação, sendo de extrema importância a contribuição dos esforços direcionados ao seu fortalecimento epistemológico, por meio das reflexões, como as aqui elaboradas.

O trabalho se inicia com a construção de uma base crítica acerca dos fundamentos do turismo, que visou possibilitar a compreensão dos seus principais traços e características. Nesse sentido, optou-se por obras de caráter mais abrangente acerca de sua dinâmica de promoção, a fim de situar o objeto de análise e, assim, trabalhar os pontos considerados fundamentais pela literatura da área.

² Instituto Brasileiro de Turismo.

Cabe ressaltar que, dentro dos estudos de turismo, abordaram-se pontos que, direta ou indiretamente, contribuísssem para o entendimento do tema deste trabalho.

Assim, buscou-se apontar aspectos essenciais que contribuísssem para o segundo momento, no qual objetivou-se identificar e analisar, de forma específica, as abordagens do desenvolvimento apresentadas pelas obras de turismo que foram utilizadas neste trabalho. Anteriormente a discussão das abordagens tornou-se necessário resgatar, para tanto, algumas visões sobre o desenvolvimento, como as trabalhadas por Amartya Sen (2000) e Boaventura de Sousa Santos (2005; 2010). Com isso, objetivou-se trazer novos elementos para a discussão, no intuito de ampliar as perspectivas de compreensão em torno do conceito de desenvolvimento. Baseando-se nas percepções que foram detectadas sobre o desenvolvimento, foram identificadas três principais abordagens ou enfoques – utilitarista/econômica, sustentável, comunitária/local – analisados neste segundo capítulo.

No terceiro e último capítulo, foi dado prosseguimento à discussão iniciada, sobretudo, no capítulo anterior, abordando inicialmente as estratégias de desenvolvimento e o turismo. De maneira complementar, foi abordado, também, no referido capítulo, ainda que de forma sucinta, o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, que prevê, para este período de tempo, diversas diretrizes para o incremento da atividade em âmbito nacional. A partir da análise deste documento, buscou-se discutir qual a sua visão acerca do turismo, dada sua clara importância enquanto uma estratégia de desenvolvimento para o contexto econômico nacional. Em seguida, por meio da seleção de quatro estudos empíricos, localizados respectivamente nos municípios de Parnaíba/PI, Joaquim Pires e Luzilândia/PI, Carrancas/MG e Aquiraz/CE, buscou-se discutir como a promoção do turismo se relacionava com a construção do processo de desenvolvimento nestas localidades. Este tópico, em especial, tem por objetivo aprofundar a análise do lugar ocupado pelo desenvolvimento a partir do ponto de vista apresentado pelos atores que participavam do processo de promoção do turismo nos casos abordados. Complementarmente, analisou-se a visão defendida pelos autores destes trabalhos, no que se refere à relação entre desenvolvimento e turismo.

Analisadas as principais concepções existentes de turismo e as abordagens de desenvolvimento, buscou-se discutir como a relação estabelecida entre turismo e desenvolvimento se manifesta em casos reais, permeados por conflitos reais, criados em torno do turismo e de sua exploração. Abre-se espaço, assim, para se

discutir sobre pontos de interesse do trabalho, como o uso do termo desenvolvimento associado ao turismo, concepções alternativas de desenvolvimento X modelo baseado em finalidades técnicas e econômicas, princípios orientadores das concepções de turismo, as tipologias que visam segmentar a atividade, etc.

A utilização de tais estudos de caso visaram, portanto, contribuir para uma melhor compreensão dos traços estabelecidos entre a promoção do turismo e os modelos de desenvolvimento que orientam estas iniciativas. Ainda neste capítulo, foram discutidos modelos alternativos da atividade turística que buscam trabalhar com concepções de desenvolvimento distintas do modelo tradicional. Para isso, foi de fundamental importância confrontar as concepções de turismo trabalhadas e os princípios norteadores apresentados por estes mesmos modelos.

Em virtude dos questionamentos aqui propostos, espera-se, com o presente trabalho, provocar novos questionamentos e reflexões positivas acerca do turismo e de seu estreito elo com o desenvolvimento. A identificação de abordagens ou enfoques do desenvolvimento implícitas no turismo, bem como as críticas direcionadas ao uso do conceito de desenvolvimento pelas obras da área surgem como uma tentativa de propiciar uma leitura mais clara e, ao mesmo tempo, mais crítica em torno deste tema. A contribuição para a consolidação de uma base mais sólida acerca do conhecimento turístico em relação a sua interface com o desenvolvimento, e daí à conformação de uma epistemologia do turismo foi, então, umas das principais razões que motivou a construção deste trabalho.

1 CARACTERIZAÇÃO E APREENSÃO DO TURISMO: PONTOS FUNDAMENTAIS PARA UMA COMPREENSÃO

Os objetivos do turismo são geralmente insensatos, pois são relatos de ambição, e não da realidade. Lickorish e Jenkins (2000)

1.1 Considerações iniciais sobre o turismo

O debate acerca do que vem a ser o turismo, apesar de recorrente já há algumas décadas no meio acadêmico, ainda guarda inúmeras divergências no que se refere aos conceitos construídos para definir esta atividade. Segundo Luiz Renato Ignarra (1999), o turismo, desde 1910, é objeto de discussão e elaboração conceitual.

O turismo, em virtude de sua complexidade e abrangência, que o faz transitar por diversas áreas do conhecimento, possui inúmeros enfoques de análise.³ Destaca-se, neste contexto, como lembra Leandro Henrique Magalhães (2008, p. 96), que “nenhuma outra área do conhecimento vem ganhando tanto destaque quanto o turismo, seja pela sua dimensão econômica, seja pela problemática social que ele enseja”.

Para o presente trabalho, optou-se por adotar abordagens que, de forma direta, contribuem para a compreensão da relação estabelecida entre turismo e o desenvolvimento, ou melhor, as diferentes maneiras de apropriar da ideia⁴ de desenvolvimento. Por outro lado, há de se reconhecer, de acordo com Marcelo Lopes de Souza (1997, p. 17), que “a literatura científica sobre o desenvolvimento não tem dedicado ao turismo uma atenção à altura da importância que ele, cada vez mais, possui”.

É importante ressaltar que o objetivo da revisão bibliográfica que será elaborada neste capítulo não é realizar um completo estudo sobre o estado das

³ Para se ter uma noção desta amplitude de enfoques, segundo Lohmann e Panosso Netto (2008) há cerca de 150 modelos de abordagens do turismo.

⁴ Este trabalho se vale do argumento apresentado por Marcelo Lopes de Souza (1996), no qual afirma ser preferível o uso da palavra ‘idéia’ ao termo ‘conceito’ quando se pretende referir ao tema do desenvolvimento (de forma geral), como aqui abordado. Isso se justifica, segundo Souza (1996), pelo fato de que o uso indiscriminado do termo *conceito*, enquanto palavra que precede e qualifica o desenvolvimento, pode dar a impressão de haver ou ser possível um conceito unívoco de desenvolvimento.

artes do tema “turismo e desenvolvimento”, o que extrapolaria os limites deste trabalho. Pretende-se, entretanto, a partir de uma revisão crítica sobre o turismo, apresentando suas principais características, demonstrar quais são as diferentes formas de compreensão que existem em torno deste tema. Este exercício inicial possui por intenção conceituar o turismo e buscar entender suas principais características e abordagens a partir da seleção de artigos e obras que tratam deste tema.

Inicialmente, uma das maiores dificuldades em definir o turismo de forma significativa e que seja amplamente aceita está diretamente relacionada aos seus aspectos multidimensionais e suas interações com outras atividades (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002). Conforme afirmam Margarita Barreto e Rafael Santos (2005, p. 358), um dos principais problemas que envolvem os chamados Estudos Turísticos reside no fato do “turismo constituir-se, simultaneamente, em objeto de estudo científico e em área de ação do marketing e de outros fazeres que privilegiam sua dimensão de negócio”. O caráter híbrido do turismo reflete, por sua vez, a completa ausência de consenso quanto à sua conceituação. Por mais que haja definições pré-estabelecidas e amplamente divulgadas sobre o turismo, como a definição defendida pela Organização Mundial de Turismo (OMT)⁵ a literatura da área deixa claro a inexistência de um conceito unívoco que represente esta atividade. A própria OMT, apesar da tentativa de padronização do conceito de turismo, deixa claro que o mesmo é marcado pela ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade e a distingam de outros setores econômicos (OMT, 2001).

Além da diversidade de definições que existem acerca do turismo, destaca-se a multiplicidade de áreas que se interpenetram em seu estudo.⁶ Em virtude disso, são atribuídos ao turismo, simultaneamente, os caracteres de objeto de estudo científico e atividade econômica, fato que se constitui, portanto, em uma das principais peculiaridades deste campo. Autores como Magalhães (2008), por exemplo, interpretam essa dualidade como algo perigoso, já que abre espaço para a redução

⁵ A definição de turismo defendida pela OMT, assim como outras definições, serão melhor discutidas no tópico 1.2. “O turismo e suas principais perspectivas de análise”.

⁶ Na tentativa de identificar e organizar as diversas áreas que se inter-relacionam com o turismo, vários autores buscaram por meio de modelos representar o seu caráter multidisciplinar. Ver em especial os modelos de: Jafar Jafari (1981) e John Tribe (1997).

do turismo a uma perspectiva puramente comercial, impedindo-o de atuar como meio de entendimento do real ou como ciência.

É preciso ressaltar, de acordo com Goeldner *et al.* (2002, p. 24), que “cada uma das muitas definições que surgem destina-se a uma situação específica ou a resolver um problema imediato”. Leonard Lickorish e Carson Jenkins (2000) reiteram esta máxima e afirmam que a maioria dos escritores acadêmicos que abordam o turismo tendem a adaptar suas definições para melhor atender seus objetivos. Dessa maneira, a falta de definições uniformes advindas deste contexto dificulta o estudo do turismo como disciplina (GOELDNER *et al.*,2002).

Entretanto, ao se fazer referência ao turismo como uma disciplina, ou seja, que possui caráter de ciência, remete-se ao debate que questiona exatamente o caráter científico associado a esta atividade. Guilherme Lohmann e Alexandre Panosso Netto (2008, p. 23) apresentam três principais correntes que se encontram em disputa no campo dos estudos turísticos ou, como denominam os autores, no campo da epistemologia. É importante lembrar que as proposições contidas em cada uma dessas linhas podem ser associadas à grande parte da bibliografia do turismo e não devem ser entendidas enquanto posicionamentos estanques. Ao mesmo tempo, a divisão da discussão sobre o caráter científico do turismo em três correntes principais não busca encerrar este debate, mas tem por finalidade apresentar e organizar a visão geral dos autores que escrevem a respeito deste tema.

A primeira corrente, mais próxima do que se pode considerar como consensual sobre o turismo, acredita que apesar de não ser uma ciência, ele está trilhando o caminho para tornar-se uma, pois passa atualmente pelas mesmas fases de outras ciências que surgiram no início do século XX, tais como a Antropologia e a Etnografia. Autores como Ignarra (1999) defendem que, apesar do turismo ainda não poder ser considerado uma ciência, já que seu estudo de forma científica se iniciou há poucas décadas e, pela sua magnitude, como fenômeno, ainda carecer de aprofundamento técnico-científico, isso não exclui a possibilidade do turismo, a longo prazo, vir a se tornar uma ciência.

A segunda envolve uma significativa parte da literatura do turismo, sobretudo de autores oriundos de outras áreas do conhecimento, e afirma que o turismo não é e nunca será uma ciência, pois se constitui somente como uma atividade humana, sendo apenas auxiliado pelas ciências em seus estudos. Visões mais críticas e incisivas sobre o turismo, baseadas no significado formal de ciência, reiteram a

incompatibilidade entre a atividade turística e a ciência. Segundo Barreto e Santos (2005, p. 360)

Se partirmos da ideia de que a ciência é uma forma de explicar, compreender ou interpretar a realidade e de que o turismo é uma atividade ou uma prática que implica movimento de pessoas em situações definidas com utilização de determinados equipamentos e serviços, está claro que turismo não é ciência, nem fazer turismo ou trabalhar na área de turismo é fazer ciência.

Por último, uma terceira corrente defende que o turismo é uma ciência por possuir um corpo teórico maduro e relativamente grande, mas segundo Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 23), esta visão ainda não foi comprovada, por meio de estudos, pelos pesquisadores que se posicionam favoráveis à mesma.⁷

Deve-se ressaltar que, por mais amplas que possam parecer estas três correntes, elas não são as únicas formas de se interpretar o turismo e suas abordagens de estudo. Magalhães (2008) traz em sua análise, por exemplo, apenas duas perspectivas/caminhos para se abordar o estudo do turismo: a primeira delas se relaciona ao turismo como uma técnica e como mero instrumento para a profissionalização, sem referências históricas e voltada exclusivamente para atender as necessidades do mercado; e a segunda vê o turismo como uma ciência, compreendido a partir de sua totalidade histórica e com sua dimensão explicativa partindo da economia, da política, da cultura e dos aspectos sociais que cercam uma comunidade. (*Ibidem*, p. 96)

É necessário apontar, segundo Magalhães (2008) que o turismo apresentado nesta última perspectiva, somente poderá ser entendido enquanto ciência na medida em que os responsáveis pela construção de seu conhecimento priorizem conteúdos mais politizados e históricos. Há que se perceber que o autor, aponta de forma simplificada e determinista, a partir da multidisciplinaridade presente no estudo do turismo, um caminho que o levará a ser considerado uma ciência. Portanto, o sentido atribuído a perspectiva que compreende o turismo como uma ciência adquire, nessa abordagem, um significado específico e particular se comparado ao significado formal de ciência, que se refere, de forma geral, ao conjunto de conhecimentos concernentes a certas categorias de fatos ou fenômenos.

⁷ O termo “turismologia”, surgido na década de 1960 se refere à ciência centralizada no estudo do turismo. Apesar de pouco utilizada pela literatura especializada da área, esta abordagem visa conhecer e estudar o turismo em sua totalidade.

Dessa maneira, permeiam a literatura da área diversas visões e posicionamentos sobre qual seria o conceito mais adequado de turismo, além de questionamentos acerca de sua validade científica. Não se espera, no entanto, trazer todas as definições sobre o turismo nem tão pouco trabalhar com todas as correntes até então apresentadas.

A respeito da análise do turismo e de suas diversas abordagens, Jafar Jafari (2005), por sua vez, contribui para o tema por meio da identificação das cinco fases de estudo pelo qual o turismo passou desde a década de 1950.⁸ As cinco fases ou, como define o autor, plataformas do pensamento em turismo, atuam como um resumo dos posicionamentos sobre a atividade turística, envolvendo tanto o meio acadêmico como os órgãos públicos responsáveis. Dispostos ao longo dessas cinco plataformas, o autor apresenta os principais posicionamentos que a sociedade e o meio científico e acadêmico tiveram em relação ao turismo e como isso refletiu em seu estudo, nestas últimas seis décadas.

A plataforma de defesa (*advocacy platform*) é a primeira apresentada por Jafari (1994) e se refere a uma visão romantizada da atividade. Neste primeiro momento, que compreende o período pós Segunda Guerra, acreditava-se que a promoção do turismo traria divisas do exterior, criaria empregos, e seria, acima de tudo, bom para a economia.⁹ No Brasil, sobretudo na década de 1960, o turismo era compreendido como um instrumento capaz de reconstruir a economia (SANTOS *et al.*, 2009). Esta plataforma representa um momento inicial, em que foram destacados apenas os pontos positivos do turismo. Os benefícios do turismo foram então amplamente divulgados em artigos de jornais, livros e documentos da Organização Mundial do Turismo (OMT), entre outras associações (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008).

Na sequência e em oposição à primeira plataforma, a plataforma de advertência (*cautionary platform*) destaca os pontos negativos e malignos do turismo. O turismo era identificado, especialmente no período que compreendia o início da década de 1980, como destruidor da cultura local e dos recursos naturais, apontado como uma atividade essencialmente voltada para os turistas, ignorando as

⁸ Originalmente Jafar Jafari publicou o primeiro estudo a respeito das fases de estudo pelas quais o turismo passou em 1994, sendo atualizado em 2005. Para maiores detalhes ver: JAFARI, J. Tourism research : revamping old challenges for integrative paradigms. *Anais do VII Congreso Nacional y I Internacional de Investigación Turística*, Guadalajara, México, 5 de outubro de 2005.

⁹ O discurso associado a esta plataforma e que se refere, predominantemente, aos aspectos positivos do turismo, ainda hoje se faz presente, sobretudo, associado a projetos políticos que se apropriam do turismo como proposta de governo e estratégia de desenvolvimento.

necessidades da comunidade local e, conseqüentemente, gerando conflitos. Os estudos mais críticos relacionados ao turismo baseiam-se, predominantemente, em suas características negativas e o apontam como responsável por alavancar um processo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente segregador (CANDIOTTO, 2007).

A terceira, denominada plataforma da adaptação (*adaptancy platform*), se refere ao momento em que, segundo Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 45), uma vez contadas as boas e as más histórias sobre o turismo, seria necessário decidir quais as formas menos impactantes da atividade. Ganha força, a partir deste contexto, opções como turismo de aventura, agroturismo, turismo cultural, ecoturismo e turismo junto à natureza, entre outras.¹⁰ Em uma clara referência a esta plataforma, Gomes *et al.* (2006, p. 41), salienta que, a partir dos anos de 1970, “os estudiosos passaram a estudar uma forma de viabilizar um turismo que provocasse menos impacto”. Lembrando que somente na década de 1990 estas ideias chegaram ao ambiente empresarial.

A quarta plataforma (*knowledge-based platform*) baseia-se no conhecimento concentrado ao redor do turismo. Segundo Jafari (1994), esta plataforma representa o momento em que foi criado um corpo de conhecimentos turísticos, o que possibilitou que muitas universidades voltassem sua atenção para esta temática. Por outro lado, como referido inicialmente, não há unanimidade quanto à natureza do conhecimento produzido pelos estudiosos de turismo. Autores como Barreto e Santos (2005), denominam o conhecimento turístico como um tipo de *conhecimento mercadológico*, que se volta para a organização da produção, circulação e consumo de bens e serviços, obedecendo, portanto, aos imperativos do mercado. Tal *conhecimento mercadológico*, como escrevem estes autores, estaria, atualmente, assim como os saberes populares, reivindicando algum tipo de hegemonia ao lado dos domínios da ciência ortodoxa. A presença e recorrência do *conhecimento mercadológico* no campo dos estudos turísticos é tão marcante que chega a ser frequentemente confundido com o conhecimento científico. (BARRETO; SANTOS, 2005).

¹⁰ Estas opções de turismo são a priori identificadas como menos agressivas e nocivas ao ambiente no qual ocorrem em oposição ao turismo de massa, identificado como extremamente prejudicial ao meio ambiente, responsável por diversos danos ambientais e sociais.

A última plataforma, acrescentada recentemente pelo autor, se denomina plataforma pública (*public platform*). Segundo Lohmann e Panosso Netto (2008), no momento atual, a discussão acerca do turismo alcançou o público não especializado, em virtude dos episódios da pneumonia asiática (Sars) e dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e de 11 de março de 2004, ocorrido em Madrid, na Espanha. A evolução das plataformas, como observam Santos *et al.* (2009), contribui para a reformulação constante dos conceitos de turismo, e de acordo com a abordagem utilizada – defesa, advertência, adaptação, conhecimento e pública – serão adotadas diferentes definições de turismo. Apesar de relacionadas e balizadas pelo fator tempo e de serem reflexo do crescimento do turismo ao longo do período analisado, as plataformas não devem ser entendidas como estritamente associadas a uma época. É importante levar isto em consideração, já que muitas destas posições ainda são defendidas, propagadas e coexistem nos dias atuais.

Em uma linha de análise semelhante, Goeldner *et al.* (2002, p. 24) complementam a noção apresentada por Jafari, por meio da sistematização das principais abordagens do estudo do turismo. Os autores deixam claro, novamente, que apesar do turismo ser analisado por meio de uma série de métodos, existe “pouco ou nenhum consenso sobre como o estudo deste campo deverá ser desenvolvido” (GOELDNER *et al.* 2002, p. 28). A partir da identificação de oito principais abordagens,¹¹ são apresentadas, assim como nas plataformas defendidas por Jafari (2004), inúmeras formas de se compreender o turismo. As abordagens oscilam entre a esfera econômica do turismo, passando por seu caráter de atividade social e até mesmo geográfica. Muitas dessas abordagens, por estarem focadas nos benefícios econômicos do turismo, em especial no chamado desenvolvimento turístico, aproximam-se da plataforma de defesa, como sugerido por Jafari. Por outro lado, abordagens mais críticas e amplas como a geográfica e as interdisciplinares buscam envolver aspectos mais abrangentes sobre o turismo, ultrapassando seu caráter econômico e seus atributos unicamente positivos.

Visto que o turismo possui diversos enfoques e/ou ângulos pelos quais pode ser compreendido, fica clara a dificuldade inicial ao se adentrar no campo dos

¹¹ Goeldner *et al.* (2002, p. 28) apresenta oito abordagens básicas de estudo do turismo: 1. Abordagem institucional; 2. Abordagem de produto; 3. Abordagem histórica; 4. Abordagem gerencial; 5. Abordagem econômica; 6. Abordagem sociológica; 7. Abordagem geográfica; 8. Abordagens interdisciplinares.

estudos turísticos. O turismo pode ser caracterizado, assim, enquanto conceito, como matéria bastante controversa segundo os vários autores que tratam desse assunto (IGNARRA, 1999). Diante das características do turismo, então, e mesmo diante de todas as dificuldades metodológicas, é inevitável continuar a questionar sobre qual a sua natureza – seria simplesmente uma atividade econômica ou um campo de estudo que caminha para se tornar uma ciência?

Mediante todas estas características e inquietações, agora espera-se discutir, a seguir, quais são os conceitos, ao menos os mais usuais, utilizados na tentativa de se apreender o turismo. A predominância de abordagens que reduzem o olhar, por contemplarem os aspectos do turismo de forma isolada, apesar de uma constante, não deixa de ser alvo de críticas por parte da literatura da área. Nesse sentido, Magalhães (2008, p. 96) alerta que:

Muitos ainda insistem em pensar o turismo simplesmente como prática, ou como técnica deixando de percebê-lo como um fenômeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais, mesmo aquelas que não participam de forma direta de sua prática.

Ao voltar o foco para a limitação representada nas análises que contemplam apenas alguns poucos aspectos do turismo, se espera, em contrapartida, chamar a atenção para o fato de que “o turismo é muito diverso quanto a suas formas de realização, suas motivações, seus impactos, os lugares onde pode acontecer, etc.” (OLIVEIRA, 2006, p. 39). Dessa forma, qualquer tentativa de generalização da atividade deve, também, ser evitada e acaba sendo inválida. Ao tratar das diversas formas de conceituar o turismo e suas variadas leituras, busca-se tornar clara a dimensão deste objeto, para que, posteriormente, se possa questionar as abordagens de desenvolvimento implícita nestas análises. Conforme ressalta Maria Tereza Luchiari (1998, p. 15): “Há tantas formas de turismo como possibilidades de análise desta atividade”.

1.2 O turismo e suas principais perspectivas de análise

Falar de turismo pode remeter, a princípio, aos seus elementos mais visíveis, como viagem¹² e lazer, ou aos seus efeitos mais aparentes, como o aumento do

¹² Faz-se importante aqui deixar claro, conforme alerta Lohmann e Panosso Netto (2008), que os termos “turismo” e “viagem” são, muitas vezes empregados sem uma definição clara, tendo, inclusive, conotações diferentes em diversas partes do mundo.

recebimento de divisas, em virtude da circulação de turistas, e o estímulo a novos investimentos em uma determinada localidade. No entanto, deve-se atentar para a existência de um corpo conceitual mais amplo, por meio do qual é possível visualizar o turismo em toda sua complexidade.

Apesar das divergentes análises que existem ao seu redor, o turismo apresenta características que se mostram constantes e consensuais na maioria das obras que o abordam. A referência à sua expressividade econômica é fator recorrente para grande parte dos autores da área (IGNARRA, 1999; LICKORISH & JENKINS, 2000; LAGE & MILONE, 2001; RODRIGUES, 1997). Como afirma Adyr Balastrieri Rodrigues (1997), o turismo ocupa hoje papel relevante na economia mundial, situando-se entre os três maiores geradores de riqueza – 6% do Produto Nacional Bruto (PNB) global, só perdendo para indústria de armamentos e de petróleo.

A conquista de tamanha importância do turismo na atualidade, contudo, se deu por meio de uma série de fatores socioeconômicos que permitiram seu crescimento. Esses fatores, que também consistem em um ponto de concordância da literatura de turismo, seriam, sobretudo: a relativa paz pós Segunda Guerra, a prosperidade, o aumento da população, a urbanização, a industrialização, a expansão do nível de negócio, uma maior disponibilidade de renda, a ampliação do tempo livre e, por fim, os avanços tecnológicos, especialmente nos meios relacionados à informação e comunicação, e ao transporte e comercialização (LAGE & MILONE, 2001; IGNARRA, 1999; SOUZA, 1997). A partir da existência destes elementos, tornou-se possível o crescimento explosivo da demanda e da oferta de serviços turísticos.

Proliferaram-se, nesse contexto, abordagens que ressaltam o turismo como atividade econômica em expansão em escala mundial e que se traduz em um movimento extraordinário de trilhões de dólares em diferentes ramos de negócios (LAGE & MILONE, 2001). A significativa capacidade do turismo em gerar empregos é outro benefício amplamente destacado, que se alia a sua grande contribuição para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país. É perceptível, então, que tais visões se limitam, em especial, ao potencial econômico do turismo e ao seu expressivo papel na economia, desconsiderando ou, pelo menos, marginalizando outros aspectos igualmente importantes associados à atividade turística.¹³

¹³ Dentre os aspectos relacionados ao turismo e que em grande parte da literatura são pouco lembrados, cita-se, por exemplo, seu caráter social, sua capacidade de redistribuição de renda; sua possibilidade de contribuir no combate à pobreza, na promoção de inclusão social etc.

Dessa forma, o turismo, analisado sob esta perspectiva, é caracterizado como

[...] um tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade industrial moderna, pois passa a integrar a vida de todas as nações e a contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento das atividades econômicas do século XXI. (LAGE & MILONE, 2001, p. 40).

É importante considerar, porém, que existem abordagens que compreendem o turismo para além de sua obviedade e buscam levar em consideração relações e elementos que geralmente não são contemplados pela análise econômica. Para tanto, é adotada como referência inicial a noção apresentada por Barreto e Santos (2006), na qual se atribui ao turismo a condição de fenômeno social “total”. Baseado no pensamento do sociólogo e antropólogo francês Marcell Mauss,¹⁴ estes autores compreendem o turismo como um fenômeno em cuja complexidade se condensa toda uma gama de aspectos da sociedade e da cultura. Na concepção destes autores, tal multiplicidade do turismo explicaria o fato de o mesmo ter se constituído em objeto de diferentes ciências, resultando em abordagens sob diversos marcos de referência da Economia, das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) e da Geografia.¹⁵

Contudo, apesar dessa compreensão abarcar o turismo de forma mais abrangente, indo ao encontro da complexidade que o tema carrega, ela ainda representa uma visão específica, pontual e pouco difundida do mesmo.

Um das primeiras definições de turismo, segundo Ignarra (1999, p. 24), foi cunhada pelo economista austríaco Herman Von Schullard (1910). Nesta definição compreende-se o turismo como a “soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. Esta definição busca relacionar aspectos econômicos da atividade com o ato de viajar e aborda o turismo especialmente a partir das relações comerciais que ele engendra.

Definições mais emblemáticas de turismo, como a defendida pela OMT e pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, apresentam grande semelhança com a

¹⁴ MAUSS, Marcell. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: E.P.U / Edusp, 1974.

¹⁵ A respeito do campo multidisciplinar formado ao redor do turismo, Barreto e Santos (2005, p. 361) acrescentam que outras disciplinas foram adicionadas, possibilitando o início de uma comunicação entre essas diferentes abordagens, ora em diálogo produtivo, ora em disputas acirradas, mas sempre mantendo a distinção entre o turismo como fenômeno e seu estudo.

noção apresentada anteriormente. Na visão destes organismos, o turismo é definido como “as atividades que pessoas realizam viajando para ou permanecendo em lugares fora do seu ambiente usual, por não mais do que um ano consecutivo, a lazer, negócios ou outros objetivos” (LAPIERRE & HAYES¹⁶ *apud* LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008). Essa definição, apesar de não abranger a real magnitude do fenômeno turístico, tem por intuito padronizar o conceito de turismo nos vários países membros da organização. (IGNARRA, 1999)

Outra forma de compreender o turismo é apresentada por José Vicente de Andrade (1997, p. 38), na qual o turismo é “o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”. Esta definição, apesar de, assim como em outras abordagens, tomar como referência o conjunto das atividades turísticas, desconsidera a participação do turista nesta atividade. A peculiaridade do conceito trabalhado pelo autor reside no fato de apontar a realização do turismo somente nas atividades meio e não nas relações econômicas, sociais, espaciais que estão vinculadas à atividade. (RIBAS, 2002)

Por meio de uma perspectiva semelhante à de Andrade (1997), Goeldner *et al.* (2002) apresentam algumas importantes considerações sobre o turismo, mas deixam claro que qualquer tentativa de definir o turismo e descrever sua abrangência deve, primeiramente, levar em consideração os diferentes grupos que participam e são afetados por esta atividade. São apontados quatro grupos principais,¹⁷ com diferentes percepções e expectativas frente à atividade turística. O turismo, neste sentido, pode ser definido como “a soma de fenômenos e relações originadas da interação de turistas,¹⁸ empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes” (GOELDNER *et al.* 2002, p. 23). O turismo é, assim, composto de atividades, serviços e setores que proporcionam uma experiência de viagem – estabelecimentos de transporte,

¹⁶ LAPIERRE, J. & HAYES, D. The Tourism Satellite Account. *Statistics Canada*, Ottawa, p. 33-58, 1994.

¹⁷ A saber: 1. O turista – busca experiências diversas, satisfações psíquicas e físicas; 2. As empresas fornecedoras de bens e serviços – vêem o turismo como uma oportunidade para obter lucros com o fornecimento de bens e serviços para a demanda turística; 3. O governo da área da comunidade anfitriã – vê o setor de turismo como um fator de riqueza nas economias sob suas jurisdições; 4. A comunidade anfitriã – geralmente vê o turismo como um fator de emprego e cultura. (GOELDNER *et al.*, 2002, p. 23).

¹⁸ Para uma análise mais acurada e específica acerca do conceito de turista ver Lohmann e Panosso Netto (2008) seção 4.

hospedagem, alimentação, compras, entretenimentos, locais para atividades de lazer e outros serviços de hospitalidade.

Esta mesma ótica de abordagem se repete no conceito elaborado por Raymundo Cuervo (1967, p. 29), que define turismo como um “conjunto bem definido de relações, serviços e instalações que se geram em virtude de certos deslocamentos humanos”. Observa-se a mesma orientação na definição dada por Burkart e Medlik¹⁹ (1981) *apud* Lickorish e Jenkins (2000) na qual o turismo é visto como “o fenômeno que surge de visitas temporárias (ou estadas fora de casa) fora do local de residência habitual por qualquer motivo que não seja uma ocupação remunerada no local visitado”. Apesar de não mencionar, a princípio, as relações comerciais e econômicas que estão atreladas à atividade, é possível inferir que estas só se dão a partir dos deslocamentos e visitas para fora do local de moradia.

Há, assim, tantas outras definições que, a exemplo destas, abordam o turismo a partir de duas questões principais: o deslocamento temporário da residência habitual e as relações geradas entre demanda e oferta turísticas, incluindo negócios realizados, facilidades, equipamentos e serviços criados em função do turismo.²⁰

Estes conceitos são amplamente utilizados e aceitos na literatura da área, visto que abordam características marcantes e essenciais do turismo. Porém, conforme aponta Rodrigo Ribas (2002, p. 36):

As definições mais aceitas de Turismo, tanto do ponto de vista da classificação através do fator “tempo de estadia” quanto da classificação dos serviços (uma indicação muito clara que o turismo está associado, intimamente, com a lógica da produção capitalista), não tratam, entretanto, da prática social do turista em si.

A respeito da relação entre turismo e o sistema capitalista de produção, muitos autores apontam que a atividade turística se desenvolve a medida que o capitalismo se consolida (LICKORISH & JENKINS, 2000; GOELDNER *et al.*, 2002; MAGALHAES, 2008; OURIQUES, 2008). Como ressalta Marutschka Moesch (2000, p. 09), “o turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo”.

O deslocamento de pessoas ao qual, muitas vezes, é associado o turismo, ocorre desde os tempos mais remotos da história da humanidade, mas as condições para a consolidação do turismo surgiram somente com o advento da Revolução

¹⁹ BURKART, A. J.; MEDLIK, S. (1981) *Tourism: Past, Present and Future*, Heinemann Londres.

²⁰ Para uma discussão mais específica sobre os conceitos de demanda e oferta associados ao turismo ver: LAGE & MILONE (2001); FERNANDES & COELHO (2002).

Industrial, ou seja, do capitalismo. Isto se deu, conforme acrescenta Magalhães (2008, p. 97), “devido, principalmente, ao processo de centralização dos meios de produção e de proletarização que atingia grande parte da população inglesa”. As conquistas trabalhistas dos séculos XIX e, sobretudo, do século XX, por sua vez, possibilitaram a intensificação do turismo, que resultou no surgimento do chamado turismo de massa. A cultura de massa é, então, apontada como outro elemento que impulsiona o turismo, difundida pela indústria cultural e voltada para o consumo.²¹

Entretanto, há autores que criticam esta denominação. Segundo Helton Ouriques (2008), somente de 5% a 10% da população mundial pode efetivamente viajar turisticamente, apontamento que tem por intenção ressaltar que as viagens turísticas não são e não podem ser exercidas por todos os homens e mulheres do planeta, como frequentemente é divulgado e relacionado ao crescimento do turismo. Na concepção de Immanuel Wallerstein,²² apresentada por Ouriques (2008, p. 04), mesmo sendo uma das “mais notáveis invenções da civilização capitalista, o turismo é a expressão da distribuição desigual das riquezas do nosso tempo”. Dessa forma, o turismo é geralmente reconhecido pela literatura da área como uma atividade própria do mundo moderno, relacionado com o processo de industrialização e internacionalização do capital.

Autores como Lickorish e Jenkins (2000) atribuem o crescimento e a consolidação do turismo como indústria internacional significativa especialmente ao período após 1945, ou seja, no pós Segunda Guerra Mundial. Por meio da conjunção de determinados fatores socioeconômicos, citados anteriormente, o turismo se desenvolveu e também se especializou com “a consolidação de empresas verticais e horizontais criando diferentes escalas de operação em diversos segmentos de mercado”.²³ Afirma-se, então, que, direta ou indiretamente, o turismo faz parte da cadeia de diversos setores econômicos, incluindo transporte, varejo, propaganda, esportes, material e equipamentos esportivos, vestuário, alimentação e saúde (GOELDNER *et al.*, 2002).

A visão utilitarista de turismo presente nestas abordagens reflete, assim, a maneira como se compreende o turismo e, sobretudo, o desenvolvimento que a atividade pode vir a gerar em um país, região ou localidade. Frequentemente, como

²¹ A este respeito ver as obras de: Guy Debord (1997) e Helton Ouriques (2005).

²² WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico e civilização capitalista. São Paulo, Contraponto, 2001.

²³ *Ibidem*, p. 18.

fruto desta concepção, é atribuído ao turismo o caráter de ferramenta para se atingir o tão almejado desenvolvimento econômico.²⁴

Outra forma de se abordar o turismo refere-se à compreensão da atividade turística por meio da teoria geral de sistemas²⁵. Esta teoria, segundo Lohmann e Panosso Netto (2008), é a abordagem mais utilizada nos estudos turísticos mundiais e possui, também no Brasil, uma grande aceitação. Na busca por um turismo com menos impactos, movimento que se iniciou a partir de 1970, Gomes *et al.* (2006) afirmam que os estudiosos passam a abordá-lo de forma sistêmica.

Tomando como exemplo inicial o sistema turístico de Sérgio Molina (1997), esse tipo de abordagem, geralmente, analisa o turismo como um sistema composto por um conjunto de partes ou subsistemas que se relacionam para atingir um objetivo comum. Para tanto, Molina (1997) identifica os principais atores e elementos envolvidos no turismo: a superestrutura (organizações públicas e privadas); a demanda; a infraestrutura; atrativos naturais e culturais; equipamentos e instalações; e a comunidade receptora. Estes subsistemas teriam, por conseguinte, alguns objetivos principais, como promover o crescimento e o desenvolvimento econômico e social e proporcionar descanso e diversão (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008). Apesar de facilitar a visualização dos diversos elementos envolvidos no turismo, o modelo proposto por Molina (1997) se mostra frágil e parcial, uma vez que não explica detalhadamente cada subsistema, bem como as relações estabelecidas entre os mesmos.

O sistema turístico de Mário Carlos Beni (2001), ou SISTUR, como é conhecido, é outro exemplo da abordagem de sistemas na análise e compreensão do turismo. O SISTUR²⁶ parte da necessidade de explicar as relações existentes entre o turismo e as outras disciplinas e atividades humanas. Dessa forma, ele situa-se na categoria de sistema aberto, por influenciar e ser influenciado pelos demais sistemas com os quais se relaciona. Em linhas gerais, esta abordagem, além de trazer as partes ou subsistemas que existem para o funcionamento do turismo –

²⁴ Estas ideias serão melhor discutidas no capítulo 2 – Turismo e suas abordagens de desenvolvimento.

²⁵ Entre os principais sistemas turísticos, cita-se os elaborados por Cuervo (1967); Leiper (1990); Molina (1997) e Beni (2001). A respeito da teoria geral de sistemas ver: Vasconcellos (2002); Christofolletti (1979).

²⁶ O SISTUR, conforme caracterizam Lohmann e Panosso Netto (2008) consiste, num primeiro momento, em um trabalho empírico que, só posteriormente, a partir da contribuição advinda do livro *Análise de sistemas em geografia*, de Christofolletti (1979) é conduzido de fato ao pensamento sistêmico.

conjunto da organização estrutural e conjunto das ações operacionais – busca relacionar o conjunto das relações ambientais. Por meio das relações ambientais, Beni (2001) procura mostrar a importância e a influência que outros elementos como a economia, o meio ambiente e a sociedade têm na promoção do turismo e vice-versa.

A proposta de Beni, segundo Lohmann e Panosso Netto (2008), pode ser considerada a mais importante feita por um autor brasileiro, não somente por seu pioneirismo, ineditismo e por sua abrangência, mas, sobretudo, por sua complexidade e por conter uma visão abrangente da evolução do turismo. Políticas direcionadas ao incremento do turismo no país, como o Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (PNT),²⁷ adotam claramente a visão sistêmica em suas propostas e se encontram estruturados a partir de uma gestão descentralizada.

No entanto, tais modelos, apesar de auxiliarem o estudo e a visualização de toda complexidade e dos subsistemas que integram o turismo, encontram-se distantes e pouco influentes na práxis atual da atividade. Conforme ressalta Luciano Candiotto (2007, p. 03), a respeito da predominância de um caráter único do turismo presente em sua prática:

Assim, o fator homogeneizante do turismo residiria no controle desta atividade pelo *trade*, que por sua vez é composto por diversas empresas que atuam a partir da mesma lógica economicista, pautada na concepção de que a competição e o crescimento econômico ilimitado se fazem imprescindíveis para o desenvolvimento.

Portanto, buscou-se, por meio de diversas visões sobre o turismo, visualizar o complexo horizonte que existe em torno deste tema. Pôde-se verificar que existem variadas maneiras de se compreender o turismo, cada qual contemplando aspectos específicos de sua natureza. Mesmo as definições tidas como mais abrangentes, nem sempre abarcam todas as esferas que se interpenetram no estudo do turismo. Como observa Barreto e Santos (2005), a respeito da produção bibliográfica em turismo, uma parte significativa dos livros tem caráter de revisão bibliográfica ou de manual de administração. Nestas obras, verifica-se a reprodução de definições e conceitos, nas quais se realizam análises conjunturais e propõem-se soluções

²⁷ Documento disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional. No item 2.1 da dissertação, serão discutidas, ainda que brevemente, as principais características do plano, no tópico intitulado - *O Plano Nacional de Turismo (PNT 2007 - 2010) e suas estratégias de desenvolvimento*.

operacionais para o melhor funcionamento do chamado sistema turístico e alguns de seus segmentos.

Haveria, então, segundo Ouriques (2005), o predomínio de modelos analíticos que não expressam a complexidade do tema, não buscam compreender as controvérsias, massificam o discurso dominante pró-turismo e, não propiciam a produção de novos conhecimentos sobre o tema. Porém, deve-se reconhecer, em concordância com Ribas (2002), que apesar da crítica necessária a um conceito usualmente estabelecido sobre uma base puramente econômica, este tende a ser o enfoque mais abrangente e que melhor permite o entendimento do turismo enquanto atividade estabelecida.

1.3 Turismo e planejamento

Na mesma intensidade com que tem sido comum referir-se ao turismo, a partir de seu prolapado poder de desenvolvimento, recorre-se ao planejamento como instrumento imprescindível para o bom funcionamento da atividade turística.

Ao se abordar o turismo e sua relação com o desenvolvimento, quase de imediato, é suscitada por grande parte dos estudiosos da área a discussão sobre a necessidade direta do planejamento. Entre as várias definições existentes de planejamento, cita-se a utilizada por Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 129), que o conceituam, em uma perspectiva abrangente, como o:

[...] processo que visa, a partir de uma situação dada, a orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento, local, região, município, estado ou país, tendo como meta alcançar objetivos propostos anteriormente ou durante a própria elaboração do planejamento.

Atenta-se que o turismo, apesar dos benefícios gerados para uma comunidade, pode, em virtude de seu crescimento desordenado, provocar efeitos mais nocivos do que benéficos. É sempre importante lembrar que o turismo traz custos e benefícios econômicos e não econômicos para as comunidades anfitriãs. Da mesma maneira, Goeldner *et al.* (2002) ressalta que o turismo mal planejado e mal desenvolvido pode trazer sérios problemas. O planejamento da atividade turística, nesse sentido, é reconhecido como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. (IGNARRA, 1999). É necessário, porém, ressaltar que estes apontamentos não têm por intenção reproduzir uma leitura dicotômica do turismo e de seus impactos. Por ser uma atividade muito ampla e

complexa, conforme já mencionado, o turismo envolve diversas relações, dimensões e formas, e tratá-lo como algo ora negativo ora positivo seria demasiadamente reducionista e maniqueísta. (BERTONCELLO, 1998)

Apesar de não ser propósito deste trabalho aprofundar sobre a relação entre o turismo e o planejamento, é preciso indagar a premissa que determina a importância do planejamento para a promoção da atividade. O pleno incremento do turismo só ocorreria se atrelado ao uso do planejamento?

Por se compreender o turismo como um fenômeno que apresenta um comportamento cíclico, diversas abordagens atribuem a uma destinação turística um ciclo de vida que vai desde seu descobrimento até seu declínio. Passados os cinco estágios básicos,²⁸ o destino pode, ainda, entrar em outras fases que irão variar de acordo com as respostas dos planejadores e administradores do destino turístico. A partir deste ponto, vários cenários são possíveis, dentre eles uma estagnação continuada, o declínio ou mesmo o rejuvenescimento do destino (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008). Neste processo, em que o poder público constantemente intervém, seja priorizando o rejuvenescimento do destino ou a aceleração da etapa de seu desenvolvimento, dá-se ênfase ao papel do planejamento enquanto uma arma fundamental. (IGNARRA, 1999)

Assim, observa-se que, invariavelmente, se justifica o “sucesso” de um determinado destino turístico ao exercício do planejamento naquela localidade. Dessa forma, é perceptível, também, que, se por outro lado, o turismo gera impactos negativos, concentra seus benefícios em uma pequena parcela da população e pouco acrescenta para a qualidade de vida de uma comunidade, culpa-se, instintivamente, a falta ou o fracasso do planejamento. Como mencionado no curso virtual²⁹ sobre “Turismo e Meio Ambiente”, oferecido pelo Ministério do Turismo, em convênio com a Fundação Universa: o problema reside na falta de planejamento. Ou seja, o uso do planejamento como ferramenta para organizar e controlar o incremento do turismo é, de uma forma geral, apontado como parte imprescindível e indissociável desta atividade.

Portanto, antes de discutir a relação estabelecida entre atividade turística e planejamento, é necessário abordar o turismo a partir das políticas públicas

²⁸ Segundo Richard Butler (1980) todo destino turístico possui um ciclo de vida, dividido respectivamente em: exploração; envolvimento; desenvolvimento; consolidação e estagnação.

²⁹ <http://www.capacitacaoemturismo.org.br>

direcionadas ao seu aquecimento.³⁰ A principal diferença entre política pública de turismo e planejamento, apesar de ambos estarem correlacionados, consiste no alcance e no período de tempo no qual cada abordagem trabalha.

A política pública de turismo institui as diretrizes gerais de desenvolvimento turístico de um país, estado ou município expressas em um plano de turismo, a exemplo, no caso do Brasil, do já mencionado PNT 2007-2010. É preciso ressaltar que existem diferentes maneiras de se entender o termo política de turismo.³¹ Goeldner *et al.* (2002, p. 294), por exemplo, conceituam política de turismo como

um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

O estabelecimento de uma política pública de turismo, segundo Lohmann e Panosso Netto (2008,p.121), deve “levar em consideração quatro grandes vertentes – social, cultural, econômica e ambiental – para o desenvolvimento turístico de maneira holística”. Além disso, a política de turismo, assim como as demais, frequentemente reflete o momento político pelo qual o governo está passando.

Por sua vez, o planejamento, que deverá se basear na política de turismo vigente para que possa ser implementado, segundo estes autores, atua como instrumento viabilizador de ações, com forte caráter prático, posicionando-se em um sentido diverso ao da política de turismo, que consiste em um instrumento de essência mais teórica. O planejamento³² enquanto instrumento, é apontado como de extrema importância, na medida em que conduzirá o desenvolvimento turístico, tornando claros os objetivos e diretrizes do desenvolvimento (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008).

Dadas as principais características de ambas as formas de se intervir no turismo, deixa-se em aberto a pergunta sobre quando ou qual o melhor momento para que essa intervenção possa ocorrer. De acordo Karina Toledo Solha (2004, p. 09), no turismo “as preocupações em se estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica, ou quando começa a causar

³⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre as políticas públicas de turismo no Brasil, ver Solha (2004).

³¹ Ver, por exemplo, Lickorish e Jenkins(2000); Beni (1998); Goeldner *et al.* (2002).

³² Complementarmente ao conceito de planejamento, alguns autores citam as principais fases deste processo: análise do ambiente; diagnóstico; prognóstico; estratégia. Ver, em especial: Bissoli (2000); Barreto (2000a); Rose(2002); Rushmann (1997, 2002).

transtornos". Anteriormente a estas duas situações, a autora reitera que a atividade se caracteriza pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, prevalecendo apenas as leis de mercado. Estas conclusões reafirmam e legitimam o uso do planejamento, uma vez que as situações apontadas e que justificam a elaboração de uma política de turismo consistem em aspectos corriqueiros ao processo de promoção do turismo. Contudo, percebe-se que, via de regra, a importância econômica é, na maioria dos casos, o principal motivador do uso do planejamento quando associado à atividade.

É importante destacar que as políticas governamentais, juntamente com as ações do governo, podem estimular ou retardar o turismo tanto em âmbito nacional quanto internacionalmente. Por ser o turismo uma atividade econômica que intervém no território, na paisagem, no patrimônio cultural e natural da localidades, não é possível, assim, produzir turismo sem que haja, direta ou indiretamente, a participação do Poder Público (LAGE & MILONE, 2001; SOLHA, 2004, IGNARRA, 1999). Contudo, não se deve deixar de mencionar o papel desempenhado pela iniciativa privada neste processo. Como lembra Ignarra (1999), o que cabe à iniciativa privada e o que cabe ao Poder Público são elementos indispensáveis ao estabelecimento das estratégias para a atividade turística.

No que se refere aos instrumentos utilizados pelo poder público para a implementação do turismo, destacam-se quatro tipos principais, apontados por Solha (2004, p. 17): de encorajamento (ações que promovam a educação e disponibilizem informações para a comunidade e investidores); de incentivos financeiros (estímulo a novos investimentos e, também, à promoção do desenvolvimento e da competitividade da destinação); de investimento públicos (infraestrutura básica e turística); de regulamentação (estabelecimento de regras). Estes instrumentos são extensivamente utilizados pelo poder público, sobretudo quando se pretende acelerar o crescimento do turismo em uma determinada localidade.

De uma forma geral, são apresentadas na literatura de turismo duas principais posturas relacionadas ao papel da política de turismo. Na primeira delas, há o predomínio de uma visão comercial, no qual se acredita que, por meio da política de turismo, é possível obter resultados econômicos mais eficazes. Em uma outra

perspectiva, visualiza-se a política atuando enquanto estratégia³³ para o desenvolvimento harmonioso, estabelecendo limites e garantindo o atendimento às necessidades e expectativas da comunidade receptora (SOLHA, 2004). Novamente, cabe afirmar que mesmo havendo duas principais maneiras de se compreender o papel da política de turismo por parte da literatura da área, percebe-se a predominância de uma perante a outra, notadamente do primeiro caso.

Para uma melhor compreensão de como o planejamento é abordado no âmbito da atividade turística, cabe citar cinco principais tradições nesta área, segundo Geoffrey Wall (2000) e Donald Getz (1991). A primeira, denominada *boosterism*, consiste em uma promoção do desenvolvimento e, dessa forma, não se configura como uma forma de planejamento. A segunda tradição compreende o turismo como uma atividade econômica, dando enfoque especial em seu processo de promoção e em seu marketing. A terceira foca, sobretudo, os aspectos espaciais do turismo e o planejamento dos recursos físicos. A quarta tradição vem sendo amplamente discutida na atualidade e refere-se ao planejamento comunitário, que estipula que cada local tenha o controle dos processos de planejamento e seus objetivos. Para tanto, utilizam-se conceitos como planejamento social, participativo e comunitário e capacidade de carga.³⁴ A quinta, que propõe uma abordagem integrada e sistemática, prevê que objetivos, políticas e estratégias devem estar fundamentados em uma total compreensão de como o sistema turístico funciona (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008). Cabe ressaltar que, assim como na apresentação das principais correntes de estudo do turismo, estas tradições visam apenas permitir uma melhor visualização e organização das diversas perspectivas em torno do planejamento turístico.

Neste sentido, é de suma importância introduzir de forma sucinta as principais fases da política pelas quais, mundialmente, passaram a atividade turística, abrangendo, para tanto, o período de 1950 até o momento atual. O primeiro momento, que compreende de 1950 até 1970, caracterizava-se pela expansão do

³³ Pretende-se no capítulo 2 discutir amplamente sobre as estratégias de desenvolvimento do turismo, segundo sua literatura.

³⁴ A capacidade de carga é um instrumento comumente utilizado no planejamento turístico, e refere-se ao estudo do perfil do destino na tentativa de identificar qual o número de visitantes que a localidade comporta sem depreciar o seu patrimônio. Ela sugere, então, um limite para entrada e permanência dos visitantes, que, se ultrapassado, poderá tornar o local de destinação dos turistas insustentável.

turismo de massa³⁵, onde eram comuns as políticas de fomento, que tinham como objetivo principal o aumento do fluxo de visitantes. Em seguida, entre os anos de 1970 a 1985, observava-se o início do período no qual as políticas começavam a identificar o turismo como agente de desenvolvimento. Em virtude deste caráter atribuído à atividade, verificava-se um aumento do envolvimento governamental e o consequente fornecimento de infraestrutura para as localidades definidas como turísticas. Do ano de 1985 até o momento presente, entra-se na terceira e atual fase e chega-se a um novo momento, estimulado por questões que atualmente se encontram em voga na sociedade e no meio científico e acadêmico. Observa-se uma maior preocupação com as temáticas ambientais, ao mesmo tempo em que se percebe um significativo aumento da competitividade, estimulando, por sua vez, um posicionamento responsável e profissional do mercado de turismo, no qual o Estado diminui sua interferência e procura assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade. (SOLHA, 2002; OMT, 2001; HALL, 2001).

O desvendar das principais fases da política pública de turismo no Brasil deixa evidente a estreita relação das ações por parte do poder público e o crescimento, ao longo dos anos, da atividade turística no país. Beni (1997) menciona que o Estado compreende o turismo como uma de suas atividades e para ele dirige sua atenção setorial. Portanto, a ação do Estado³⁶ é exercida, em primeiro lugar, por meio da política e, numa etapa concomitante e sequencial, dos programas previstos no planejamento. (*Ibidem*, p. 79).

Conforme menciona Solha (2002, p. 13), “a política de turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto da promoção do turismo, como também preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”. Deve-se apenas lembrar que o turismo, dentre os diversos efeitos que pode provocar, é responsável por impactos considerados indesejados e negativos, na medida que promove: degradação ambiental, geração de tensões sociais, banalização da cultura local, geração de empregos de baixa qualificação, aumento do custo da mão-de-

³⁵ O turismo de massa ou referido aqui como “turismo tradicional” caracteriza-se como um fenômeno essencialmente da modernidade ocidental, mais especificamente da segunda metade do século XX, principalmente no pós-guerra. Segundo a OMT (2003b, p. 205), turismo de massa pode ser definido como tendência contemporânea de criar demanda massiva para locais ou experiências específicas, bem como para acomodações e transporte para servir a essa demanda. A dinâmica preponderante no processo de desenvolvimento do turismo de massa ou convencional, via de regra, obedece a lógica capitalista, sendo marcada também pelos mecanismos de mercado.

³⁶ Conforme esclarece Solha (2004), ao Estado, no que tange ao desenvolvimento do turismo, caberia: coordenar; planejar; legislar e regulamentar; empreender e incentivar.

obra, da terra e mercadorias, entre tantos outros (GOELDNER *et al.*, 2002; GOMES *et al.*, 2006). Estes custos, segundo Gomes *et al.* (2006), são, na maioria dos casos, de responsabilidade tanto das empresas que prestam serviços turísticos, quanto do poder público que os promovem. No entanto, eles não são repartidos de forma equitativa entre as partes envolvidas. O planejamento de forma participativa, envolvendo todos os atores de uma dada localidade, órgãos públicos, iniciativa privada e comunidade local, em virtude desta última realidade, é constantemente apontado como uma solução a fim de se equilibrar os custos e benefícios advindos do turismo.

Mesmo sendo reconhecida a importância da política de turismo para o incremento da atividade, é preciso destacar que, diante dos diversos interesses em disputa, bem como da hierarquia de forças existentes entre os grupos que participam deste processo, há uma grande dificuldade em se desenvolver uma discussão aprofundada e em se obter consenso sobre o melhor caminho a seguir. A respeito dos agentes que produzem e consomem o espaço pelo e para o turismo, será discutida, no tópico a seguir, a dinâmica inerente a este processo. Todos os empecilhos mencionados refletem-se, por sua vez, nos resultados e na aceitação das decisões tomadas.

Buscou-se, nesta seção, apontar as principais visões e relações estabelecidas entre o turismo e o planejamento. Ao mesmo tempo, pôde-se verificar quão próximo é o elo estabelecido pela literatura da área entre o planejamento e o aquecimento do turismo, sobretudo no que se refere à capacidade do planejamento em interferir na qualidade do desenvolvimento que a atividade pode vir a gerar. Observou-se, portanto, que esta prática é apontada como indispensável para a atividade turística, sobretudo pelo poder de direcionar, tanto o incremento do turismo, no sentido da evolução desta atividade econômica, como o desenvolvimento pelo turismo, enquanto o processo que esta atividade pode vir a promover.

1.4 Agentes produtores do espaço pelo/para o turismo

A maior parte dos estudos sobre o turismo, como constatado anteriormente, concentra-se em sua dimensão econômica e, em especial, nos aspectos relacionados ao seu caráter mercadológico. A dimensão socioespacial do turismo,³⁷

³⁷ Ver Molina (2007); Oliveira (2006).

apesar de recentemente estudada, consiste, por outro lado, em outra reveladora perspectiva de análise. O turismo, observado a partir deste contexto, é apontado como fenômeno criador de uma (des)ordem espacial. Isto significa dizer que, ao visualizar espacialmente os processos ligados à atividade, remete-se ao processo de apropriação, produção e consumo do espaço.

Vale mencionar, no sentido de enriquecer esta análise que o espaço urbano é produzido diariamente por diversos agentes sociais e por meio de práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial. O turismo, inserido nesta dinâmica, atua como agente capaz de transformar consideravelmente o espaço do qual se apropria, ao demandar infraestruturas diversas, como vias de circulação, meios de hospedagem e de alimentação. É interessante notar, segundo Fábio Molina (2007), que, ao apropriar-se de um espaço, o turismo tende a produzir o seu próprio espaço. Em outras palavras, a atividade turística, em muitos casos, é o elemento que re-orienta uma realidade local, transformando espaços na medida de sua necessidade, ao proporcionar, também, “a circulação, no território, tanto de pessoas como de bens e serviços”³⁸. Como ressalta Ribas (2002, p. 36), diante deste marcante traço da atividade, em um sentido mais amplo, “as definições mais aceitas de turismo deveriam envolver possíveis estruturas e desestruturas sócio-espaciais causadas por este fenômeno”.

No entanto, faz-se necessário, ao abordar a relação entre turismo e a produção do espaço, clarificar o conceito de espaço, sobretudo por se tratar de um termo passível de diversas conotações. O espaço é, fundamentalmente, um produto social e histórico, reflexo da articulação das relações sociais, sendo produzido por meio do trabalho. Valendo-se do notório conceito trabalhado por Milton Santos (1997, p. 26-27):

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Nesse sentido, o espaço não somente deve ser compreendido como produto, mas também como produtor. O homem, parte inerente deste processo, atua como

³⁸ *Ibidem*, p. 17.

agente modificador do espaço, a partir das relações sociais que ele promove. O espaço, em especial, o espaço urbano, enquanto fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, é um produto social, obtido por ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço (CORREA, 1989). Dessa maneira, percebe-se que ele é também reduzido a mercadoria, permitindo e dando condições à reprodução do capital.

O turismo, na perspectiva dos autores que abordam sua dimensão socioespacial, ao sobrepor o valor de troca ao valor de uso³⁹ do espaço, apropria-se de suas singularidades, dispostas nas mais diversas localidades, para que estas possam, posteriormente, ser comercializadas (GARCIA, 2007). Conforme acrescenta Candiotto (2007, p. 02), uma vez que o turismo se utiliza das paisagens, dos lugares e dos territórios como mercadorias, “o principal produto a ser comercializado e consumido são as imagens e os símbolos, criados e maquiados para o atendimento dos anseios dos turistas”. Convém apontar, então, que o fenômeno do turismo deve ser entendido como parte de uma totalidade em movimento, em um período histórico no qual “as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço precisam adequar-se à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza” (GOTTDIENER, 1993, p.129).

A produção do espaço pelo e para o turismo é, desta forma, um processo inerente à conformação da atividade. Como lembra Ana Fani Carlos (1996, p. 25)

Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas.

Fundamentalmente, a relação entre turismo e espaço se traduz na inquestionável capacidade do turismo de (re)organizar os territórios à sua conveniência, na intenção de criar as condições necessárias para que o mesmo possa ocorrer (MOLINA, 2007). Esta afirmação, apesar de traduzir uma prática comum ao turismo em seu processo de promoção, confunde, ao trazer, simultaneamente, a noção de espaço e território. Para tanto, emprega-se aqui, no

³⁹ Para uma análise específica e aplicada acerca da relação valor de uso e valor de troca, ver HARVEY, D. La geografía de la acumulación capitalista: una reconstrucción de la teoría marxista. In: GARCIA, M. D. (Ed.). *La geografía regional anglosajona*. Bellaterra: Universidad Autónoma de Barcelona, 1978.; LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *Geographia*, Niterói, v. I, n. I, p. 71-91, 1999. (A)

intuito de clarificar tal relação e permitir o posterior entendimento desta capacidade do turismo, a noção apresentada por Claude Raffestin (1993, p. 143):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

A dinâmica de produção do espaço pelo e para o turismo ocorre, assim, somente a partir da ação de agentes modeladores destes espaços ou, como menciona Remy Knafou (1996), na turistificação⁴⁰ dos lugares. A identificação de grupos ou agentes na dinâmica de turistificação deve ser tomada mais no que se refere ao conjunto destes agentes e menos no funcionamento de cada um deles em separado. Para tanto, deve-se considerar que a atuação dos mesmos não ocorre de forma neutra e desvinculada do jogo de forças que se verifica nas relações oriundas do contato entre estes grupos ao longo do processo de promoção do turismo.

Na perspectiva de Knafou (1996) e Molina (2007), observam-se os seguintes agentes de turistificação de uma localidade: 1) o mercado; 2) os turistas; 3) os planejadores e promotores territoriais; 4) a comunidade receptora. A atuação destes grupos no processo de produção do espaço pelo e para o turismo obedece, no entanto, a uma escala com diferentes níveis de interesses e poderes. Dessa forma, a distribuição dos benefícios e dos custos advindos da exploração do turismo é diretamente proporcional ao poder exercido por cada grupo dentro do funcionamento da atividade. Mais uma vez, é chamada atenção para o embate de forças estabelecido entre estes grupos, que se encontram inseridos no processo de turistificação de uma localidade. Em concordância com Raffestin (1993), nota-se que a apropriação do espaço pelos atores que atuam no turismo pode vir a culminar na conformação de um território de caráter essencialmente turístico, ou melhor, voltado para o turismo.⁴¹

É importante notar que a análise do papel exercido por estes atores que atuam na turistificação dos lugares está presente, também, em outras abordagens da área,

⁴⁰ O processo de turistificação é apontado como correlato ao planejamento turístico e ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vêm de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos. Ver Issa e Denker (2006); Luchiari (1998).

⁴¹ A este respeito existe uma longa discussão sobre o espaço produzido exclusivamente para e pelo turismo, como exemplo do conceito de *não lugar*, abordado por Carlos (1996) e o de *espaço virtual*, trabalhado por Ferrara (1996).

como a noção apresentada anteriormente por Goeldner *et al.* (2002). A identificação destes grupos, mais do que apenas revelar o processo de produção do espaço no qual o turismo atua, diz respeito às relações estabelecidas entre os mesmos, bem como os interesses que se encontram em disputa.

Inserido nesta discussão, cabe apresentar o conceito de produto turístico, que também implica em severas alterações no espaço, por consistir em um conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo (LAGE & MILONE, 2001). O produto turístico abarca, então, diversos componentes, como já tratados em algumas definições de turismo: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento. Em virtude de ter em sua constituição um expressivo conjunto de diferentes serviços, os quais, por sua vez, possuem um grande número de fornecedores, é comumente atribuído ao produto turístico, pela literatura da área, grande efeito multiplicador (IGNARRA, 1997; LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008).

No que se relaciona à produção e consumo do produto turístico, são apontados quatro grupos principais que participam deste processo, os turistas, as empresas turísticas, o governo (neste caso, assume o turismo como uma estratégia e fator econômico) e, a comunidade anfitriã (percebe o turismo como um fator cultural) (LAGE & MILONE, 2001).

A economia turística, conceito que engloba essencialmente as relações comerciais e econômicas que se dão no âmbito do turismo, tem seu comportamento relacionado com três premissas básicas, segundo Ignarra (1999, p. 103): 1) o turista procura obter o máximo de satisfação com sua viagem; 2) as empresas que oferecem bens e serviços turísticos procuram obter o máximo de lucro; 3) a comunidade e o governo da localidade turística procuram maximizar os benefícios primários e secundários dos gastos dos turistas. Assim como na análise que tratou do consumo e produção do espaço pelo turismo, repetem-se os atores envolvidos e denotam-se os diferentes interesses e relações traçadas, genericamente, por cada grupo. Ressalta-se, por outro lado, que somente quando estes três objetivos coincidem, há o que Ignarra (1999) denomina “desenvolvimento turístico favorável”. Ou seja, os interesses em disputa são tão conflitantes entre estes grupos que, para se atingir um desenvolvimento harmônico, é necessário que todas as partes envolvidas sejam beneficiadas, o que, na prática, se mostra pouco factível.

No entanto, mais que relacionar os diferentes grupos inseridos na dinâmica de promoção do turismo, é essencial perguntar, como ressalta Souza (1997): quem ganha (ou tende a ganhar) e quem perde (ou pode perder) com essa atividade? Nesta perspectiva, apresenta-se mais um arranjo dos grupos que participam e são afetados pela atividade turística. Souza (1997) aponta, porém, somente três grupos principais: população da área de origem dos turistas, os turistas e a população da área de destino. Neste arranjo, e em virtude do autor trabalhar o turismo do ponto de vista socioespacial, interessado mais nas relações sociais e menos nas relações econômicas estabelecidas entre estes três grupos, desconsidera-se o poder público, representado na figura do governo, e o mercado turístico, representado pelas empresas ou pelo *trade* turístico.

O que se deve ressaltar, e independente de qual seja o caráter da abordagem, é a existência de diversos grupos de interesses, manifestos ou latentes, no âmbito do turismo. É necessário atentar, também, para a existência de objetivos e estratégias/táticas específicas referentes a cada um dos grupos mencionados.

É de fundamental importância notar que, inerentes ao contexto de disputa destes grupos, existem diversas representações do que seria o desenvolvimento, trazido com a implementação e o crescimento da atividade turística. Em razão das diferentes maneiras que cada grupo tem de lidar, interagir e até promover o turismo, há, assim, um claro embate de interesses e uma bem delimitada escala de forças, que percorre verticalmente os diferentes grupos, segundo o grau de predominância exercido por cada um. Há, ainda, segundo Souza (1997, p. 20), diferentes graus de complexidade, “sobretudo em função do maior ou menor choque ou contraste produzido pelo contato regular entre grupos sociais, socioeconômica e culturalmente distintos”.

É de grande prioridade, então, refletir sobre os diferentes níveis de capacidade destes grupos em intervir sobre a realidade, o que incide diretamente na possibilidade de melhora futura na qualidade de vida referente a cada um destes grupos. Aliado a isso, deve-se perceber que, cada qual com sua devida peculiaridade, muito em função de sua relação com o turismo ou com o produto turístico, possui uma expectativa, uma demanda e um objetivo específico diante do que o turismo pode oferecer.

Para além somente da capacidade do turismo de produzir o espaço conforme sua necessidade, buscou-se, neste tópico, chamar atenção para os diversos grupos

que estão inseridos na construção do turismo, enquanto atividade econômica. Buscou-se, por meio desta explanação, abordar também, além da existência de diferentes grupos, a coexistência de diferentes objetivos, anseios, interesses, estratégias e expectativas, postos em disputa, muitas vezes disputa política, diante do turismo e sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico e social.

Portanto, em virtude de todas essas diferenças dispostas entre cada grupo de atores que atuam no âmbito do turismo, não se pode esquecer que cada um deles possui um poder de decisão dentro do processo de promoção da atividade, bem como cada um recebe sua parcela de lucro, benefícios, custos e ônus baseados nesta primeira hierarquia.

1.5 Turismo e suas estratégias de promoção

Perpassados os pontos essenciais do que aqui se julgou importante para uma apreensão inicial do turismo e de suas perspectivas, serão abordadas agora as principais estratégias adotadas para a promoção desta atividade. Por estratégias compreendem-se as recomendações e até as ações que irão servir de orientação para que a atividade turística possa ser executada e com isso alcançar seu devido crescimento.

Cabe lembrar que, neste primeiro momento, a discussão baseia-se na literatura da área para identificar e definir estas principais diretrizes. No próximo capítulo será melhor explicitado como os autores da área, abordados neste trabalho, se referem e compreendem o desenvolvimento quando relacionado ao turismo. Neste tópico serão apresentados apenas alguns indícios iniciais desta compreensão, relacionando, em especial, as estratégias de promoção do turismo.

No que tange às estratégias apresentadas pelo turismo, é comum, por parte da literatura deste campo, associá-las frequentemente a um meio de se atingir o desenvolvimento turístico. Complementarmente a essa discussão, será abordado e melhor discutido, no próximo capítulo, a constante confusão do uso do termo desenvolvimento quando associado ao turismo. Usualmente utiliza-se o mesmo associado ao adjetivo turístico, sem no entanto, deixar claro se este também se refere ao desenvolvimento ocasionado pelo turismo.

Beni (2001), por exemplo, apresenta um modelo que trata da correlação entre as estratégias de promoção do turismo e as supracitadas fases do ciclo de evolução de um núcleo receptor de turismo. Contudo, ao se verificar a concepção de

Lohmann e Panosso Netto (2008) sobre as *estratégias* adotadas neste modelo, é possível salientar que elas, na verdade, seriam ações de marketing,⁴² que buscam satisfazer as necessidades da empresa de turismo, sobretudo no relacionamento com seu público consumidor. Dessa forma, essas estratégias se referem, preponderantemente, às ações tomadas pelas empresas de turismo e, sendo assim, pouco contemplam sobre um posicionamento geral a ser adotado por todos os grupos que participam da promoção e do incremento da atividade turística.

Ao longo das oito fases (turismo em potencialidade; início do processo produtivo; expansão e desenvolvimento; equilíbrio, maturação e saturação; declínio; ressurgimento; estagnação e decadência; e dissolução) identificadas por Beni (2001), são apontadas quatro principais estratégias de desenvolvimento: planejamento; diagnóstico; previsão de investimentos; políticas e programas inter-setoriais, setores público e privado. Em cada uma das oito fases, estas estratégias desempenhariam um papel bem definido, diretamente relacionado e compatível com o momento pelo qual a atividade estaria passando. É necessário lembrar que estas estratégias voltam-se, sobremaneira, para o que se denomina *marketing turístico*,⁴³ ou seja, elas estão prioritariamente direcionadas para o funcionamento do mercado e das empresas de turismo.

Como ressalta Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 157), “partindo da filosofia de marketing e das decisões de marketing adotadas, as empresas de turismo podem definir o seu produto, o local onde vão atuar, o público específico e o preço de seus produtos, entre outros aspectos”. As estratégias de desenvolvimento, neste sentido, consistem em uma série de instrumentos e práticas utilizadas em prol do crescimento e do sucesso da atividade turística, que se encontra, no entanto, atrelada às fases do ciclo de vida apresentadas pelo produto turístico. Nesse caso, vale observar a estratégia de desenvolvimento intitulada “planejamento” que, apesar de fazer clara referência ao uso do plano diretor de desenvolvimento integrado, em uma perspectiva territorial, está mais diretamente relacionada ao planejamento (tático e estratégico) que se volta para o mercado. Dessa maneira, haveria uma

⁴² O marketing, segundo a Associação Americana de Marketing, pode ser definido como “uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado”. Ver: <http://www.ama.org>.

⁴³ Ver: COBRA, M. *Marketing de turismo*: edição compacta. São Paulo: Cobra, 2005.

série de metas/objetivos que são elaborados em função da posição almejada pelo turismo no mercado.

Em um mesmo direcionamento existem também outras “estratégias” que visam consolidar esta posição, bem como possibilitar o sucesso da atividade junto ao seu mercado consumidor. A segmentação do turismo⁴⁴ é apontada como outra estratégia de marketing que, ao dividir os consumidores em segmentos ou subsegmentos, busca a otimização dos recursos existentes entre a demanda e a oferta (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008). Ela visaria, assim, diante da forte concorrência do mercado, diferenciar o produto turístico, antepondo-se aos desejos do consumidor frente às novas tendências e mudanças sociais e econômicas mundiais. Percebe-se, então, que estas estratégias dizem respeito mais ao incremento da atividade em si, enquanto segmento econômico, e menos ao desenvolvimento que o turismo pode gerar enquanto melhoria, ocasionado em virtude de sua implementação. A ausência de uma clareza quanto ao significado que o conceito de desenvolvimento adquire quando associado ao turismo reflete, por sua vez, em outros problemas apresentados por este campo, sobretudo, no que se relaciona a inexistência de um consenso para definir o caráter (científico ou econômico) desta atividade.

Outra clara menção às estratégias a serem adotadas não só pelo turismo, mas pelos envolvidos com esta temática, é apresentada por Jost Krippendorf (2000). No entanto, estas se encontram mais sob a forma de orientações pontuais do que de normas e instrumentos, como anteriormente apresentados por Beni (2001). O autor, buscando mitigar os efeitos negativos gerados pelo turismo, momento que abarca o contexto da década de 1980, no qual muito se discutia sobre os rumos da atividade,⁴⁵ elabora 23 conselhos que foram denominados como “teses para a humanização da viagem”. Os conselhos, para seu melhor entendimento, foram distribuídos por Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 39-40) entre cinco principais temas, a saber: *da filosofia das estratégias; do conceito do desenvolvimento harmonioso do turismo; gueto ou não gueto, eis a questão; viajar conscientemente –*

⁴⁴ Em linhas gerais, a segmentação do turismo leva em consideração quatro principais critérios (demográfico, geográfico, psicológico e econômico) para criação de uma imensa gama de tipologias de turismo. Por exemplo: ecoturismo, turismo cultural; turismo científico etc. Ver Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 164-173).

⁴⁵ Este momento diz respeito, como anteriormente apresentado, ao que Jafari (1994) intitula de Plataforma de Adaptação, em que, após apontados os bons e maus impactos do turismo, buscavam-se rever os valores e paradigmas sociais que imperavam no âmbito do turismo.

conselhos e exercícios para um comportamento diferente; e escola do turismo humano.

Julga-se importante, em decorrência do conteúdo de interesse desta pesquisa, explorar mais especificamente o primeiro e o segundo tema. No primeiro deles, apesar de fazer uma aberta menção às estratégias que o turismo deve adotar para sua promoção, são trazidas orientações de caráter geral que devem definir a forma do desenvolvimento assumido pelo turismo. Nesse sentido, é sugerida, por exemplo, a adoção de um turismo “suave” e humano, na qual torna-se necessário reconsiderar a escala das prioridades assumidas pela atividade turística. Complementarmente, indica-se a criação de condições para uma troca equitativa entre os grupos envolvidos, bem como a consolidação de relações mais igualitárias. O autor deixa claro, por meio destes conselhos, que a política de turismo, do ponto de vista de uma atividade menos impactante e desigual, não pode estar centrada exclusivamente em objetivos de cunho econômico e técnico.

O segundo tema trata do conceito de desenvolvimento harmonioso do turismo e traz algumas pistas sobre as formas de interpretação e mesmo sobre quais eram as expectativas direcionadas à promoção do turismo. Em especial, nos conselhos apresentados neste tema, é possível perceber uma clara reação ao paradigma vigente na época, em que predominava uma visão econômica e utilitarista em torno do turismo. Dessa maneira, Krippendorf (2000) aconselha não considerar o desenvolvimento do turismo como um fim em si ou uma panacéia universal. Para isso, o autor sugere encorajar uma estrutura econômica diversificada, evitando a transformação do turismo em uma “monocultura”. Em todas as suas teses relacionadas ao conceito de desenvolvimento, Krippendorf (2000) apresenta uma orientação que vai de encontro ao que normalmente ocorre durante as fases de implementação da atividade turística. Dessa forma, ao se sugerir, priorizar e conciliar as necessidades e os interesses dos turistas e da população local, bem como manter nas mãos dos autóctones o controle do solo, é estimulado um comportamento diferente daquele que se faz hegemônico no que diz respeito a promoção do turismo.

Sabe-se, por exemplo, segundo Ouriques (2008, p. 05), que as atividades do turismo remuneram muito mal. Esta, inclusive, é apontada pelo mesmo autor como a tônica geral da atividade em toda periferia do capitalismo, juntamente com outras características como a sazonalidade, a precariedade e a informalidade. Na

contramão desta constatação, Krippendorf (2000) aponta como orientação fundamental para o processo de crescimento do turismo, basear-se na utilização da mão-de-obra local, melhorando a qualidade dos empregos.

É de se notar, portanto, que estes conselhos apontam para certas direções que o “desenvolvimento turístico” deveria tomar para reverter suas características consideradas mais perversas, como a concentração de renda e a deterioração gradual da qualidade de vida da imensa maioria dos habitantes dos países em desenvolvimento (OURIQUES, 2008). Em virtude da pequena atenção direcionada a estas questões, tanto na prática como no estudo do turismo, deixa-se claro que orientações como estas, ainda consistem em propostas marginais no meio acadêmico e, sobretudo, no meio empresarial.

Porém, deve-se atentar para a relação estabelecida entre o turismo, o seu processo de promoção e o desenvolvimento que ele pode gerar. É necessário indagar qual é a abordagem de desenvolvimento que está implícita nos autores de turismo aqui trabalhados. Assim como deve-se questionar também qual é o lugar ocupado pelo turismo nos processos de desenvolvimento.

Partindo desses questionamentos, espera-se, no próximo capítulo, clarear o estreito relacionamento entre ambos os conceitos, turismo e desenvolvimento, buscando, para tanto, verificar, do ponto de vista do turismo, quais as principais abordagens e enfoques em torno da ideia de desenvolvimento. Neste sentido, espera-se, ao relacionar o que a literatura de turismo diz sobre o desenvolvimento, explicitar qual seria seu conteúdo de abordagem: uma abordagem metodológica, um arcabouço teórico, um projeto político, ou uma estratégia de desenvolvimento (REIS, 2004).

2 O TURISMO E SUAS ABORDAGENS DE DESENVOLVIMENTO

[...] a ideia de desenvolvimento não é tão óbvia ou isenta de disputa e controvérsia quanto se poderia imaginar. Marcelo Lopes de Souza

Uma das principais e mais consensuais características do turismo, enquanto objeto de conhecimento, conforme abordado anteriormente, diz respeito ao seu destacado caráter multidisciplinar, dada a variedade de áreas que se interpenetram em sua análise. No entanto, percebe-se que esta diversidade de enfoques acaba por dar um tratamento reducionista ao objeto de estudo turístico. De maneira geral, é possível constatar, na maioria dos trabalhos que enfocam o turismo, que sua análise ora se dá sob a égide economicista, como uma atividade essencialmente econômica, ora sob a ótica sistêmica, sendo tratado como um conjunto de partes ou subsistemas que interagem entre si para o funcionamento da atividade turística. (MOESCH, 2001)

Em ambos os enfoques, porém, há o predomínio de uma visão determinista, que frequentemente limita o olhar do sujeito quanto ao verdadeiro alcance da problemática suscitada pelo turismo. Grande parte dos estudos realizados a partir desses enfoques mostram-se, conseqüentemente, conforme salienta Moesch (2001, p. 12), “fragmentados, desarticulados, unilaterais, com insuficiência metodológica, apresentando ausência, salvo em exceções pontuais, de um espírito crítico passível de autonomia intelectual”. É de se notar, ainda, que esta insuficiência, identificada nos estudos que tratam do turismo, acaba por influenciar a visão do mercado e das instâncias de governo quanto à maneira de se compreender esta atividade, bem como os benefícios que ela pode gerar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a análise do turismo é normalmente realizada por meio da especialização de cada uma das várias disciplinas que o constitui – economia, antropologia, geografia, planejamento, administração, marketing, sociologia, comunicação. A partir dessa premissa, equivale dizer que a forma pela qual um determinado estudo ou mesmo um plano político compreende o turismo depende diretamente da área de origem ou de interesse destas análises.

Cabe ressaltar que, apesar da existência de diversas disciplinas no estudo do turismo, há o evidente predomínio, na maioria dos casos, tanto no âmbito

empresarial quanto no acadêmico, da perspectiva que considera o turismo a partir de seus atributos econômicos. Exemplo disso são as inúmeras abordagens nas quais os autores, ao se referirem ao turismo e seu desenvolvimento, utilizam-se de conceitos oriundos da economia para explicar o comportamento do fenômeno turístico⁴⁶. Como lembra Sérgio Araújo (1998, p. 362), “o desenvolvimento do turismo está frequentemente associado à esfera da economia, onde dificilmente faz-se referência ao aspecto social”. Deve-se lembrar, mais uma vez, que a abordagem do turismo como objeto do conhecimento só é possível sob a vigilância das outras ciências, enquanto desdobramentos de seus campos produtivos (MOESCH, 2001). Via de regra, e em virtude desta tendência, as análises são demasiadamente técnicas e específicas.

Estas breves considerações quanto ao caráter multidimensional do turismo e a relação determinista das disciplinas que se prestam ao seu estudo, por outro lado, tem por intenção demonstrar que esta mesma dinâmica também pode ser estendida à maneira pela qual o processo de desenvolvimento vem sendo trabalhado e discutido pela literatura da área.

Neste capítulo, com base nos autores e nas obras sobre o turismo aqui abordadas e analisadas, questiona-se quais são as abordagens de desenvolvimento que estão implícitas nestes estudos. Haveria, assim, segundo os estudos do turismo, formas distintas de se compreender o desenvolvimento. Em outras palavras, espera-se indagar para o que aponta o desenvolvimento dentro do turismo, partindo-se do que foi dito a partir de sua produção literária. Para este fim, identificou-se a existência, a princípio, de três “abordagens” principais de desenvolvimento – utilitarista/econômica; sustentável e comunitária/local – que serão posteriormente discutidas e que são amplamente tratadas pelos autores que lidam com o turismo.

Objetiva-se, então, ao trabalhar as abordagens de desenvolvimento identificadas a partir das obras de turismo, entender como a atividade turística aponta e compreende o desenvolvimento enquanto processo vigente. Volta-se o foco, neste momento, para a análise do que há sobre o desenvolvimento e o que está incorporado no turismo, tanto do ponto de vista de seu campo de conhecimento quanto dos esforços voltados para seu incremento como atividade econômica. Para tanto, pretende-se, ao relacionar o turismo e suas abordagens de desenvolvimento,

⁴⁶ Ver, por exemplo: Dias e Aguiar (2002); Fernandes e Coelho (2002); Lage & Milone (2001); Tribe (2003), entre outros.

levar em consideração a existência de quatro diferentes conteúdos de abordagens quanto à natureza desta relação: se uma abordagem metodológica, um arcabouço teórico (quadro conceitual), um projeto político ou uma estratégia de desenvolvimento (REIS, 2004).

Inicialmente, porém, é necessário introduzir aspectos mais gerais sobre como a literatura de turismo se refere ao desenvolvimento. Busca-se, com isso, apresentar pontos que são correntemente afirmados e reforçados pelos estudos que abordam o turismo como tema central.

No primeiro capítulo, observou-se que o turismo é usualmente apontado como atividade econômica que apresentou um crescimento exponencial, sobretudo, no final do século XX e início do século XXI. Nesse sentido, o próprio contexto observado a partir da segunda metade do século XX, conforme aponta Lage & Milone (2001, p. 207), indicava

a necessidade imediata dos países desenvolvidos definirem uma política global que permitisse aos países em desenvolvimento uma participação na economia global do futuro, de forma que o abismo entre extremos diminua [...]

Dessa maneira, o papel que o turismo exerce nas economias dos países em desenvolvimento adquire grande destaque em virtude dos resultados excepcionais obtidos, em termos econômicos, nos países desenvolvidos.

Autores como Reinaldo Dias e Marina Aguiar (2002), por exemplo, destacam, sobretudo, a capacidade do turismo de contribuir para o aumento do PIB de um país, bem como de gerar milhões de empregos. Na opinião de José Manuel Simões (1993, p. 74), é indiscutível que o turismo tem potencialidades para “constituir um dos eixos do desenvolvimento integrado, permitindo e até favorecendo, a modernização, com acento particular nas inovações tecnológicas e na qualificação de mão-de-obra”. Cabe destacar que, mesmo em estudos que buscam conscientizar quanto à existência e à possibilidade de outras formas de desenvolvimento distintas das predominantes no “turismo econômico”⁴⁷, chama-se a atenção para a capacidade do turismo de atuar como fator de desenvolvimento. Ou seja, ainda que se proponha à construção de um turismo alternativo, concebido como um estilo contraposto às tendências e aos padrões do sistema dominante, permanece a

⁴⁷ Por turismo econômico compreende-se a atividade turística que se dá de forma predatória, em um modelo também conhecido como de massa. Nesse modelo, segundo Caracristi (1998), normalmente, o Estado se alia aos interesses empresariais, visando benefícios individuais e a comunidade local encontra-se desarticulada e fragilizada pelas dificuldades sócio-econômicas.

noção, apresentada pela produção literária de turismo, de que a atividade é responsável pela promoção do desenvolvimento.

Assim como destaca Isorlanda Caracristi (1998, p. 410):

Então podemos concluir que o turismo, se bem planejado, serve antes de mais nada para promover o desenvolvimento do lugar e da região, numa relação harmônica entre a comunidade local, paisagem natural, turista e empresário (investidor).

É possível, então, observar que o turismo é abertamente apontado como indutor ou enquanto fator de “arranco” para o desenvolvimento, independente de qual seja o tipo (adjetivo) ou a qualidade desse desenvolvimento. Ainda que haja críticas e ponderações quanto à excessiva orientação econômica para a qual aponta o desenvolvimento da atividade turística, persiste a visão de que a mesma é capaz, por si só, de promover o desenvolvimento.

A esta máxima, que atribui ao turismo o papel de promotor do desenvolvimento, deve-se apontar como uma de suas possíveis causas o seu já mencionado efeito multiplicador, produto da expansão das atividades turísticas. Comumente exaltado e ressaltado em boa parte dos estudos da área de turismo,⁴⁸ associam-se ao efeito multiplicador, advindo do investimento em turismo, as estimativas de geração de renda e emprego desta atividade.

Ao abordar o turismo, conforme aponta Simões (1993, p. 74), os efeitos multiplicadores oriundos da expansão desta atividade são indubitavelmente consideráveis, tanto no que diz respeito ao aumento do emprego e da produção (de todo o gênero, desde produtos alimentares a materiais de construção civil, equipamentos elétricos, equipamentos sanitários e de cozinha, têxteis etc.), como no que diz respeito ao fluxo de divisas estrangeiras e de capitais. Este último efeito, na visão daquele autor, é extremamente importante para o aumento dos lucros e para a renovação do setor e dos tecidos econômicos, sociais, regionais e locais correlatos ao turismo.

Cabe citar, no que tange à conformação da imagem simbólica do turismo enquanto promotor do desenvolvimento, a *Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial*.⁴⁹ Elaborada no contexto da década de 1980, a declaração, convocada, na época, pela OMT, representa um dos primeiros registros oficiais que faz grande

⁴⁸ Ver, como exemplo: DE KADT, 1979; PEARCE, 1987; MATHIESON e WALL, 1989; IGNARRA, 1997; LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008.

⁴⁹ DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. *Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições*. Campinas: Alínea, 2002. p. 207-212.

alusão a essa suposta capacidade do turismo. Conforme apresentam Dias e Aguiar (2002, p. 208), a declaração afirma e se diz convencida de que:

[...] o turismo mundial pode contribuir para a implantação de uma nova ordem econômica internacional que ajude a eliminar o desnível econômico cada vez maior entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e garante a aceleração contínua do desenvolvimento e do progresso econômico e social, em particular dos países em desenvolvimento.

Neste mesmo documento, o turismo, em razão de seu papel na economia nacional e no comércio internacional, é indicado como um valioso indicador do desenvolvimento mundial. Uma das razões desta indicação refere-se a sua já debatida relação com o sistema econômico capitalista em vigor. De acordo com Moesch (2001, p. 19), talvez seja por conta disso que “os economistas aproveitaram esta atividade para equilibrar a balança de pagamento de vários países durante os últimos trinta anos”.

Deve-se considerar, para tanto, que no momento da elaboração da Declaração de Manila, o turismo era compreendido preponderantemente a partir dos benefícios econômicos que a atividade gerava para os países desenvolvidos, dentro do que Jafari (1994) definiu como plataforma de defesa. Entretanto, essa visão, ainda que superados os excessos cometidos nos anos de 1980, exerce influência em estudos atuais, sendo, inclusive, claramente referenciada no Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010 (PNT). No próximo capítulo, em um tópico a parte, pretende-se discutir, de forma breve, porém crítica, o PNT e suas principais estratégias de desenvolvimento direcionadas à atividade turística em âmbito nacional.

Ao trabalhar com o desenvolvimento, ainda que estritamente a partir da literatura de turismo, não se deve esquecer de alguns de seus atributos que possibilitam um melhor entendimento desta ideia. Assim, ao falar de desenvolvimento, é necessário lembrar que ele pressupõe algum tipo de melhora, que ocorre em um determinado território/lugar, que consiste em um processo, que depende da ação pública para sua promoção, e, por último, que possui um forte caráter simbólico (REIS, 2006). Ficam circunscritas, neste sentido, três dimensões do desenvolvimento – melhora, ação e processo – que, no contexto dos debates em torno desse tema, encontram-se inextricavelmente relacionadas (REIS, 2005).

No que tange ao primeiro (melhora) e ao último aspecto (caráter simbólico), em especial, Luzia Coriolano (2003, p. 162), ao trabalhar a relação estabelecida entre o

desenvolvimento e o turismo, destaca que “ao se falar em desenvolvimento, atribui-se ao termo significados, valorações e direções, associando a algo de positivo que conduz a algo melhor”. O desenvolvimento, na concepção dessa autora, seria uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões e violências.

O turismo, conforme abordado anteriormente, ao ocorrer em um determinado espaço, apropria, produz e consome esse mesmo espaço, atuando, diversas vezes, como elemento articulador da realidade local. Assim, ao pensar em desenvolvimento associado ao turismo, em especial ao fato de ocorrer em um determinado território, não se deve deixar de abarcar o conjunto das pessoas, famílias, grupos sociais, comunidades e populações que o integram, indiferente de qual seja seu enfoque (REIS, 2006). Esta demanda, inclusive, é apontada por Leandro Lemos (2001), como algo que ainda carece de maior atenção dentro dos estudos do turismo. Segundo este autor, é necessário reconhecer que a verdadeira base de produção do turismo são os recursos humanos, como fator diferencial da qualificação do planejamento e da operacionalização do Produto Turístico.

No que tange à relação entre poder público e a promoção do desenvolvimento turístico, vale ressaltar, segundo Solha (2004), que este é um ponto constantemente lembrado, seja por meio da crítica ao excesso de envolvimento no processo, seja pela falta dele⁵⁰. Basta lembrar, para tanto, que a promoção da oferta turística, apesar de inicialmente estimulada pelo poder público, ocorre, normalmente, em maior escala, com a colaboração da iniciativa privada e, em segundo plano, com a participação da comunidade local (DIAS & AGUIAR, 2002). Isso se dá uma vez que na economia capitalista há maior ênfase na interação com o setor privado para promover e regulamentar o turismo (LOHMANN & PANOSSO NETTO, 2008).

Por fim, e visando clarificar a compreensão deste estudo e as análises que se seguirão, ao se trabalhar com o turismo, com o desenvolvimento e com as relações entre ambos os conceitos, faz-se necessário lembrar e destacar algumas importantes considerações, que constantemente permeiam o assunto.

Apesar de se optar por trabalhar com o enfoque de desenvolvimento, apresentado pelos estudos de turismo, deve-se lembrar que o conceito de desenvolvimento não pode ser encarado como óbvio ou ausente da disputa entre os diversos grupos que coexistem para a promoção da atividade turística. Da mesma

⁵⁰ Ver autores como Beni (1991, 1998), Hall (2001), Lickorish (1994) e Lickorish e Jenkins (2000).

maneira pela qual foi constatada a inexistência de um consenso quanto à uma definição de turismo, as múltiplas possibilidades de apropriação e leitura do desenvolvimento, em sua ampla gama de significações, deixam claro que não existe uma definição universalmente aceita para desenvolvimento. Soma-se a isto a enorme confusão gerada pela literatura de turismo, ao utilizar de forma indiscriminada e pouco crítica o termo desenvolvimento, ora associado ao vocábulo turismo, referindo-se ao crescimento e aquecimento desta atividade, ora para se referir ao processo de desenvolvimento desencadeado pela mesma.

Porém, antes de iniciar a discussão acerca das abordagens de desenvolvimento presentes na literatura de turismo, torna-se fundamental, ainda que de forma breve, discutir algumas relevantes considerações sobre o desenvolvimento, no intuito de resgatar importantes contribuições de alguns autores que lidam diretamente com a problemática que o desenvolvimento suscita. (SEN, 2000; SANTOS, 2005, 2010; REIS, 2005, 2006)

2.1 Breve resgate em torno do tema do desenvolvimento

A imensa gama de adjetivos atribuídos ao desenvolvimento é um dos primeiros indícios da complexidade inerente a este tema. O termo *desenvolvimento* e sua tradução, na prática, como já foi abordado, não são de fácil apreensão, podendo abranger diversos significados, conforme ressalta Esteva (2000:61): “(...) o desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa”.

No entanto, ainda que se concorde com essa sentença, é necessário reconhecer que o desenvolvimento, enquanto processo histórico, possui traços essenciais e recorrentes na literatura que o aborda e que, portanto, devem ser destacados. A noção de desenvolvimento, bem como de toda a sua dinâmica de funcionamento, seja ela social, ambiental ou econômica, deve ser encarada, assim, como uma realidade historicamente constituída (SINGER, 1982).

Tomando como principal referência a compreensão do desenvolvimento a partir das obras e estudos que tratam do turismo, é possível perceber, logo de início, o forte caráter economicista direcionado à relação estabelecida entre o processo de desenvolvimento e a atividade turística. Nesse sentido, em diversos momentos, o foco da análise volta-se para a forma a partir da qual a promoção do turismo pode

influenciar no estímulo ao crescimento econômico de uma determinada localidade ou região.

Autores como Amartya Sen (2000), que trabalham uma visão particular de desenvolvimento, a ser melhor explicitada adiante, apontam tal abordagem, pautada no crescimento econômico, como sendo uma das mais conservadoras de desenvolvimento, já que se baseia, por exemplo, no crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou no grau de industrialização. Souza (1997, p. 18) adverte, por sua vez, que o desenvolvimento “não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de *desenvolvimento econômico*, embora muitos, e não só os economistas, continuem a reduzir este a aquele”.

Visto que em diversos momentos é mencionada a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico, cabe aqui, de forma objetiva, introduzir algumas considerações acerca deste tema. Vale destacar, inicialmente, a constante superposição no uso destes conceitos em diversas análises que buscaram discutir o desenvolvimento associado ao turismo, mesmo que estes, na prática, possam representar caminhos opostos e que se rivalizam.

Ainda que não haja unanimidade quanto à relação estabelecida entre ambos os termos, se sinônimos ou conceitos com diferentes significados, percebe-se que o desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras que o acompanham desde sua origem: crescimento, evolução, maturação (ESTEVA, 2001). Entendido como um “construto ocidental”, o desenvolvimento abarca e implica em ideias como crescimento, transformação e acumulação, que invariavelmente são utilizadas enquanto princípios-guia de uma série de políticas. A ‘transformação’ é apontada por Gustavo Ribeiro (2008, p. 120), inclusive, como “o núcleo duro do desenvolvimento como ideologia e utopia e que, muitas vezes, a transformação é almejada por povos locais de diferentes origens culturais”. É pertinente lembrar que o conceito de desenvolvimento informa invariavelmente uma ação, assim como um processo de melhora e ocorre em determinado território, mediante a ajuda da ação pública para promovê-lo (REIS, 2005). Deve-se considerar, no entanto, que em virtude da transformação sofrida por este conceito ao longo do tempo, deixou-se de considerar a ação que ele implica para, segundo Reis (2005, p. 12), “considerarem uma sucessão impessoal de eventos, orientados sob uma certa direção e dotados de um sistema de auto-regulação particular”. Ou seja, na concepção deste último autor, passou-se a compreender o desenvolvimento como um processo passível de

estruturação e ordenação. Ainda que não se possa negar a existência de algum tipo de ordem nos processos de desenvolvimento e transformação social, Reis (2005) ressalta a insistência em se descobrir “a lei fundamental”, a “causa primeira”, o “objetivo último”, de uma dinâmica que é, por natureza, “imprevisível e não planificável”.

No que se refere à estreita relação estabelecida entre desenvolvimento e crescimento, no caso específico do turismo, assim como já discutido ao longo da análise do Plano Nacional de Turismo (PNT) no segundo capítulo, torna-se clara, em boa parte dos estudos e trabalhos nesta área, a constante confusão entre tais termos, que são utilizados indiscriminadamente para se referir aos benefícios que podem vir a ser gerados pela atividade turística. A esse respeito, Souza (1997, p. 18) complementa que, ainda que dificilmente alguém possa sugerir que crescimento e modernização tecnológica sejam os principais objetivos dos esforços desenvolvimentistas, “a *ideologia do desenvolvimento* dominante, além de flagrantemente etnocêntrica⁵¹, costuma abrigar uma confusão entre meios e fins”.

Por outro lado, para além da ideia convencional de desenvolvimento, que ainda o associa estritamente a crescimento econômico, a análise do desenvolvimento vem incorporando outras questões como a influência da sociedade, a história, a cultura, a política, as especificidades locais, atores e instituições em seus diversos âmbitos. Luciana Faria (2006) observa que, com a agregação de novos elementos à discussão, o tema tem se tornado cada vez mais complexo e desafiador, implicando, dessa maneira, na indagação de suas recomendações para além de seu valor econômico. Porém, ainda que atualmente o tema do desenvolvimento esteja em um processo de discussão e questionamento, reafirma-se que o fortalecimento da base econômica continua a ser considerado, por parte significativa dos estudos voltados para este fim, como essencial para a melhoria da qualidade de vida das populações. Em sua concepção, sobretudo no pós Segunda Guerra, motivada por discursos políticos e progressistas, o desenvolvimento igualou-

⁵¹ Na visão de Souza (1997) o termo desenvolvimento carrega em si uma carga ideológica conservadora (etnocêntrica e capitalistófila) no qual se encontra enraizada no solo cultural denominado modernidade, proveniente da entidade histórico-geográfica chamada Ocidente. Para o autor, é de fundamental importância notar que a maneira atual de se compreender o termo desenvolvimento, enquanto valor social almejado por diferentes nações, se encontra flagrantemente influenciado pelo projeto capitalista e pelo processo de conquista e colonização que fora capitaneado pela Europa.

se a crescimento econômico por representar a própria essência do contexto da época.

A redução sofrida pelo desenvolvimento a alguns poucos componentes econômicos, segundo Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (2001, p. 56), não só o transformou em coadjuvante dos processos de crescimento da produtividade, como levou o debate acerca do desenvolvimento a esvaziar “completamente seu conteúdo de busca de um ordenamento civilizado da vida em sociedade”. É necessário perceber que, de forma mais ampla, conforme salienta Coriolano (2003), há hoje uma concordância mundial na compreensão do desenvolvimento enquanto uma ideia mais exigente que o simples conceito de crescimento econômico.

A forte carga ideológica e imperialista implícita no discurso desenvolvimentista é outro ponto amplamente destacado por diversos trabalhos que se prestam a discutir o tema de forma crítica. Nesse sentido, aponta-se que o modelo de desenvolvimento proposto pelos estadunidenses no início da década de 1950 era algo desejável a todos os demais países, na medida em que se intentava disseminar este modelo como o único possível, totalmente controlável, a-histórico, e que desconsiderava a realidade e especificidade dos diversos espaços em que ocorria. (FARIA, 2006; CORIOLANO, 2003). Os planos e projetos de desenvolvimento formulados à época refletiam tal situação, já que, como aponta Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 45), foram

concebidos e implementados a partir de cima (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas.

Assim, é essencial visualizar a existência das diferentes teorias e propostas que, ao longo das últimas décadas, se prestaram a abordar o tema: desde aquelas centradas na ideia de crescimento da produção e do consumo, até aquelas que propõem novos rumos frente à abordagem tradicional. Isso denota que este tema vem sendo debatido há bastante tempo dentro e fora do âmbito das Ciências Sociais, em que se buscou, sobretudo, discutir suas (im)possibilidades teóricas e principais problemas a ele (desenvolvimento) relacionados. Nesse sentido, Santos⁵² citado por Reis (2005, p. 13) reitera que “se se confunde desenvolvimento com

⁵² SANTOS, Boaventura de S. *Crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência*. SP Cortez, 2000.

industrialização, o maior problema passa então a ser, ao invés de buscar estratégias para o desenvolvimento, buscar alternativas a ele.”

Em um mesmo sentido e diante das principais construções e divergências em torno do desenvolvimento e de sua já relatada ligação com o crescimento econômico, agrega-se à discussão a possibilidade que Fernando Henrique Cardoso (1993) denominou de um “outro desenvolvimento”.⁵³ Esta alternativa, por se posicionar contra toda uma orientação econômica e política do século XX e por ter como princípio motivador uma nova utopia,⁵⁴ naturalmente, excitava não apenas a imaginação dos povos oprimidos e afligidos pelas necessidades materiais, mas também despertava o interesse do pensamento social e econômico das nações industrializadas (CARDOSO, 1993). Dessa forma, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são, frequentemente, qualificadas como alternativas. Nestes mesmos termos, fala-se de economias alternativas, globalizações⁵⁵ alternativas, desenvolvimento alternativo e, em específico, dentro do contexto deste trabalho, na possibilidade da construção de um turismo alternativo.

Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 26), por sua vez, contribui para o debate ao questionar a conveniência política e teórica do uso deste adjetivo, uma vez que: “qualificar algo como alternativo implica, desde logo, ceder terreno àquilo a que se pretende opor, o que, assim, reafirma seu caráter hegemônico.” Nesse sentido, nem sempre designar algo como alternativo implica, de fato, na superação de velhos paradigmas, como não implica, do mesmo modo, na proposição da prática de novos caminhos e de adaptações aos modelos que se tornaram predominantes e os quais se almeja modificar.

Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006) sugere, diante dos inúmeros adjetivos atribuídos ao desenvolvimento, que seu uso desprovido de qualquer adjetivo ou o

⁵³ Na análise de Cardoso (1993) sobre a construção de um outro desenvolvimento, são apresentadas algumas pistas do que um novo modelo de desenvolvimento deverá priorizar. Ao qualificá-lo como um estilo mais igualitário de desenvolvimento, Cardoso cita o conceito de “ecodesenvolvimento”, trabalhado por Ignacy Sachs, como aquele que defende um crescimento autônomo e diferenciado, respeitador das características culturais, espaciais e políticas do Terceiro Mundo.

⁵⁴ Segundo Cardoso (1993), a proposição de um outro desenvolvimento passava pela construção de uma nova utopia, que se baseava na refutação da exploração do homem pelo homem e, por isso, mostrava-se mais inclusiva e menos racionalista que a utopia do século XIX, que a antecedeu. O objetivo principal, portanto, desse outro desenvolvimento, de acordo com o autor, era um bem-estar coletivo e não um aumento da produção.

⁵⁵ Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002,p.56) o que designamos por globalização “[...] é de fato uma constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias globalizações”. Nesse sentido, não existe na visão do autor uma entidade única chamada globalização, existem, ao contrário, globalizações.

que o autor denomina de desenvolvimento humano seria, simultaneamente, o gênero que incluiria as formas econômica, social, política e ambiental e sua forma normativa. Contudo, ao invés de uma mudança na linguagem, com o acréscimo ou a supressão de um determinado adjetivo, “o que se exige no início de uma interrogação que procura teorizar e tornar visível o espectro de alternativas é formular a pergunta óbvia: alternativo em relação a quê?” (SANTOS, 2005, p. 27). Ou seja, ao qualificar o desenvolvimento como alternativo, e, por exemplo, algumas possibilidades de se promover o turismo como formas alternativas dessa atividade, deve-se, primeiramente, questionar quais são os valores e práticas capitalistas que esses modelos criticam e procuram superar. Por mais que tais propostas lidem com aspirações legítimas e necessárias, elas acabam por se localizar na linha fina e paradoxal da aceitação do desenvolvimento como uma categoria universal.⁵⁶

É possível pensar, então, o desenvolvimento fora do âmbito do desenvolvimento capitalista? É factível pensar em uma abordagem de desenvolvimento e mesmo de uma proposta de turismo desvinculada do paradigma do mercado?

Mesmo não havendo respostas imediatas para essas perguntas, chegam-se a algumas breves conclusões. Souza (1993, p. 09) contribui com algumas pistas de como seria essa possibilidade ao afirmar que:

Para romper com a heteronomia embutida, como uma de suas dimensões, no projeto de modernidade, não se pode definir o conteúdo da idéia de desenvolvimento de modo “fechado”, ainda que de forma aparentemente alternativa às visões mais convencionais.

Dessa forma, a superação de velhos conceitos (e simultaneamente de teorias e estratégias) de desenvolvimento por outros mais novos deve-se posicionar além de sua história habitual, em que certas visões fechadas foram substituídas por outras igualmente fechadas (SOUZA, 1993). Nestas visões, prevaleceu um explícito comprometimento etnocêntrico em relação ao Ocidente e, conseqüentemente, segundo Souza (1993, p. 09), o que se observou nas mais diferentes abordagens do desenvolvimento, das teorias de modernização e do crescimento, passando pelos enfoques *redistribution with growth* e da satisfação de necessidades básicas, ao *sustainable development* (em sua usual acepção de um “capitalismo ecológico e domesticado”) e ao neocepalismo (“transformação produtiva com equidade”), foram apenas exemplos mais atuais da renovação do discurso capitalista.

⁵⁶ A respeito da diferença entre propostas de desenvolvimento alternativo e de alternativas ao desenvolvimento, ver Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 25-55).

É necessário, assim, conforme salientam os autores que defendem este argumento, chamar a atenção para o fato de grande parte das abordagens direcionadas ao desenvolvimento – que refletem em diversos momentos as abordagens presentes nos trabalhos de turismo – apresentarem uma visão fechada de desenvolvimento, claramente baseada em uma concepção “eurocêntrica” da realidade. As “epistemologias do Sul”,⁵⁷ nos moldes propostos por Santos (2009), vão de encontro à noção fechada e unívoca de desenvolvimento, representada nas chamadas “epistemologias do Norte”. Dessa forma, as epistemologias do Sul visam

[...] recuperar os saberes e práticas dos grupos sociais que, por via do capitalismo e do colonialismo, foram histórica e sociologicamente postos na posição de serem tão só objeto ou matéria-prima dos saberes dominantes, considerados os únicos válidos (SANTOS, 2009, p. 11).

As teorias do desenvolvimento, sem considerar as experiências dos países não ocidentalizados, a exemplo das epistemologias do Norte, ao serem maximizadas, a partir da exportação de um modelo fechado de desenvolvimento, evidenciam a negligência com relação aos outros saberes existentes nestes contextos (SANTOS, 2009). Ao contrário das epistemologias do Norte, que, segundo este argumento, embasam a visão tradicional de desenvolvimento, Boaventura de Sousa Santos (2009) explica que as epistemologias do Sul procuram incluir o máximo das experiências de conhecimento do mundo. As experiências advindas do Norte, bem como suas teorias e ideologias, só caberiam, assim, nas epistemologias do Sul, depois de reconfiguradas.

Não há, dessa maneira, como negar as contradições entre Norte e Sul, bem como, para efeito ilustrativo, é preciso citar, em especial, os conhecimentos rivais que se encontram envolvidos nesta relação. Ou seja, é necessário perceber que o Norte tende a negar a validade ou mesmo a existência de conhecimentos alternativos ao conhecimento científico – conhecimentos populares, indígenas, camponeses etc. – a fim de transformá-los em matéria-prima para a conformação do conhecimento científico (SANTOS, 2007, p. 22). Este argumento é correntemente utilizado, inclusive, em abordagens alheias ao modelo tradicional de turismo, como

⁵⁷ A “ecologia dos saberes”, como trabalhado por Boaventura de Sousa Santos, refere-se à promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses provenientes de culturas não ocidentais que circulam na sociedade. A ecologia dos saberes vem, dessa forma, a ser um dos conceitos fundamentais para a proposta da epistemologia do Sul. Em suma, ela se refere à produção de um diálogo horizontal, entre saberes.

aquelas denominadas comunitárias ou de base local, conforme será melhor explicitado na análise dos estudos de casos, mais adiante.

A urgência da construção de um outro desenvolvimento, tendo em vista as limitações do conceito de desenvolvimento econômico, fez com que conceitos como os de qualidade e condições de vida fossem incorporados pelo termo desenvolvimento. Por outro lado, conforme adverte Santos⁵⁸ citado por Reis (2005, p. 13):

A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento.

Ao se trabalhar com a ideia de desenvolvimento, portanto, é fundamental compreender que ela não se refere apenas à esfera da economia. O necessário é entender quais aspectos econômicos devem ser tomados em função do desenvolvimento. Pensar em uma abordagem de desenvolvimento centrada no homem, e voltada para, como coloca Santos (2009), a promoção de um diálogo horizontal entre saberes a favor do surgimento de novas epistemologias. Porém, não é algo simples. Pelo contrário, suscita uma revolução de ideias e práticas sociais, que passam a orientar as pessoas e as organizações para produção e consumo partilhados (CORIOLANO, 2003b).

A construção de uma nova percepção de desenvolvimento, fora do âmbito do desenvolvimento capitalista e dos preceitos do mercado, necessita, então, segundo a corrente que defende este argumento, de uma urgente descentralização teórica. Ao buscar romper com uma teoria fechada de desenvolvimento, Souza (1993) sugere que é necessário,

ao mesmo tempo, o esforço de formulação de uma teoria “aberta”: ao invés de *definir* de uma vez por todas (explícita ou, como acontece com mais frequência, implicitamente) o que seja desenvolvimento, cabe tão somente (o que porém, não é tão pouco) extrair um *princípio norteador*.

Para além do excesso de adjetivos que pouco acrescentaram à ideia de desenvolvimento e dos paradigmas que ainda o amarram aos preceitos do mercado, acredita-se ser necessário vislumbrar princípios e práticas que contribuam com a desconstrução dessa percepção de desenvolvimento. Visualizar princípios como

⁵⁸ SANTOS, Boaventura de. S. Crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. p. 28.

autonomia⁵⁹ e respeito, podem, por sua vez, propiciar uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias.

Dentro da possibilidade de compreensão do desenvolvimento a partir de outro embasamento que não o calcado nos pressupostos unicamente econômicos, cabe citar a proposta trabalhada por Amartya Sen (2000), na qual se compreende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades concretas que as pessoas desfrutam. Assim como anteriormente apontado, o enfoque nas liberdades humanas, como proposto pelo autor, contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento, como aquelas que o associam estritamente ao crescimento do PNB, ao aumento das rendas pessoais, à industrialização, ao avanço tecnológico ou à modernização social, etc. Nessa visão de desenvolvimento, tais variáveis assumem outra importância à medida que são consideradas como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas.

A perspectiva do desenvolvimento como liberdade, ao contrário de algumas das propostas que buscam criar alternativas ao desenvolvimento tradicional, visa proporcionar uma compreensão mais ampla e inclusiva dos mercados, em contraste àquelas que frequentemente são mencionadas quando se busca unicamente defender ou menosprezar os mecanismos de mercado. Ou seja, o enfoque de desenvolvimento discutido por Sen (2000), em uma visão particular, não despreza nem defende os mecanismos do mercado, mas posiciona-se além, ao acreditar que, por meio deles, torna-se possível alargar as liberdades reais que uma pessoa goza. A liberdade de participar nas trocas econômicas assume, assim, um lugar básico na vida social, segundo o autor referido.

Dessa maneira, tal abordagem, por meio de um enfoque amplo, busca integrar considerações econômicas, sociais e políticas, tendo como premissa básica a importância da liberdade humana em geral e o estímulo à condição de agente do indivíduo enquanto sujeito ativo de mudanças e não somente como receptor passivo de benefícios.

⁵⁹ Refere-se aqui à autonomia conforme trabalhada por Marcelo Lopes de Souza (1999), que a define não como uma utopia idealista, a exigir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas, simplesmente, como um *horizonte* de pensamento e ação, a estimular um caminhar marcado por dissensões que, sobre a base do agir comunicativo e com o concurso de uma razão crítica, não precisarão ter como corolário a violência.

A expansão da liberdade representa, assim, o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento, segundo o enfoque construído por Sen (2000). Desenvolver, neste sentido, consistiria na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas poucas escolhas e poucas oportunidades para exercerem suas ações de forma racional (SEN, 2000). Para o autor, a promoção do desenvolvimento deve possibilitar a retirada das principais fontes de privação de liberdade: pobreza, carência de oportunidades econômicas, intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos, etc. Nesse sentido, o crescimento econômico não é tratado como um fim em si mesmo, mas deve, por outro lado, possibilitar a promoção da vida que se deseja construir e das liberdades que cada indivíduo usufrui.

É necessário esclarecer que, conforme aponta Sen (2000), as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais, sendo denominados respectivamente de “papel constitutivo” e “papel instrumental”. Dentro dessa proposta, o autor define cinco tipos distintos de liberdade, vistos sob uma perspectiva instrumental, sendo elas: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; e (5) segurança protetora. Dessa forma, cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa e contribui, assim, com o aumento da liberdade humana como um todo. Eles podem, ainda, atuar complementando-se mutuamente.

A proposta de se compreender o desenvolvimento como expansão de liberdades dirige, assim, a atenção para os fins que o tornam importante, evitando restringir essa visão a alguns dos meios que, entre outras coisas, desempenham um papel relevante no processo. Nesse sentido, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas, sendo dada a oportunidade no processo de conformação de seu próprio destino e não apenas como beneficiárias passivas das vantagens dos programas de desenvolvimento. Sen (2000, p. 47), a partir de sua abordagem e em virtude de sua forma de compreender o papel dos atores dentro do processo de desenvolvimento, dando destaque à questão da participação, salienta, assim, que

se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos), então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido.

Vistos alguns dos principais traços da abordagem de Sen (2000, p. 329), o próprio autor questiona se há realmente uma diferença substancial entre a análise do desenvolvimento centrado no “crescimento do produto per capita” (como o PNB per capita) e a que se volta à expansão da liberdade humana. Para defender seu ponto de vista, Sen (2000, p. 330) baseia-se em duas razões bem distintas, que consistem no que ele denomina “aspecto do processo” e “aspecto da oportunidade”.

O primeiro refere-se à participação nas decisões políticas e na escolha social, sendo a proposta do desenvolvimento como liberdade considerada não apenas meio do desenvolvimento, mas também um fim deste mesmo processo. Já o aspecto da oportunidade diz respeito à possibilidade que têm as pessoas de obter resultados por elas valorizados (e que tenham razões para valorizar as liberdades das quais usufruem), incluindo a liberdade de viver longamente, de ter um emprego que valha a pena, de viver em comunidades pacíficas etc.

Ambos os elementos são, assim, pontos que a proposta do desenvolvimento como liberdade – ao contrário do desenvolvimento centrado no crescimento dos indicadores econômicos – não só leva em consideração, mas os toma enquanto pontos centrais de sua análise.

Possuir mais liberdade significa, então, melhorar o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e, conseqüentemente, influenciar o mundo, por meio do estímulo da condição de agente autônomo enquanto alguém que age e ocasiona mudança. Conforme ressalta Ricardo Abramovay (1998), acerca da visão defendida por Sen (2000), em linhas gerais, é dada ênfase à ampliação do horizonte da vida das pessoas, sem desprezar a base material do processo de desenvolvimento. Essa análise, apesar de representar uma abordagem particular acerca do processo de desenvolvimento, demonstra sua validade a partir do momento em que revela uma nova possibilidade de se interpretar o tema. O foco do desenvolvimento, a partir da análise de Sen, volta-se, portanto, para as pessoas, para o que se torna possível modificar em suas vidas, em um sentido de melhora, de expansão das liberdades concretas das mesmas. A perspectiva de Sen, em virtude da nova abordagem proposta acerca do desenvolvimento e do processo que ele enseja, é comumente referenciada em trabalhos na área de turismo com o intuito de proporcionar a reflexão sobre novos modelos de promoção da atividade em concordância com estes preceitos.

Neste contexto, é necessário apresentar, segundo Reis (2005, p. 15), três perspectivas predominantes que permitem entender os processos históricos e de desenvolvimento, que se desdobram, por sua vez, em quatro projetos políticos (liberal-conservador, liberal democrático, social-democrático e projeto político ecológico) “que disputam a hegemonia em torno da proposição de estratégias para a promoção do desenvolvimento”. No entanto, para a presente pesquisa, optou-se por se ater, de forma mais direta, apenas às dimensões de análise dos processos de desenvolvimento, deixando de lado, por ora, a discussão realizada por Reis (2005) acerca dos quatro projetos políticos resultantes destas perspectivas.⁶⁰

Vale destacar que o autor deixa claro que, ao abordar as três formas de interpretação dos processos de desenvolvimento, ele está se referindo a pontos extremos, “de modo que também é possível perceber diversas interações entre essas maneiras de se entender os processos de desenvolvimento, bem como de se construir estratégias para sua promoção.” (REIS, 2005, p. 08).

Esta breve exposição se torna interessante e de grande utilidade para o presente trabalho, na medida em que irá revelar, por exemplo, onde os enfoques de desenvolvimento identificados a partir do turismo se enquadram na análise apresentada por Reis (2005). Ou seja, será possível questionar, a partir da apresentação destas abordagens, como cada um dos enfoques identificados anteriormente relaciona-se às três possibilidades de leitura dos processos de desenvolvimento, a saber, o socialismo, o capitalismo e a perspectiva ecológica. Reis (2005) analisa, então, como elas interpretam e apresentam estratégias voltadas, por exemplo, para tornar a distribuição de riqueza um meio de promover a justiça social.

Para a perspectiva que se aproxima do socialismo, esta questão estaria relacionada à aquisição de mais democracia, ou seja, “um acesso mais equitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração” (REIS, 2005, p. 08).

Na segunda perspectiva, que se aproxima da defesa do capitalismo, distribuir riqueza como um mecanismo capaz de promover a justiça social, relaciona-se a

⁶⁰ Ver: REIS, M. C. Apreensão da realidade, projetos políticos em disputa e desenvolvimento: Notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia., 2005, Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis. (REIS, 2005, p. 08)

Por fim, numa perspectiva ecológica, Reis (2005, p. 08) afirma que propor a transformação das formas prevaletentes de produção e consumo, a fim de torná-las compatíveis com o funcionamento dos diversos ecossistemas terrestres,

implicaria promover-lhes a sustentabilidade, isto é, permitiria-lhes conjuntamente a sua manutenção, reprodução e transformação, o que corresponderia a garantir o equilíbrio entre eles e, portanto, a melhora da qualidade de vida dos grupos humanos e a possibilidade de sua existência no futuro.

Nesse sentido, cabe introduzir, ainda que superficialmente, a noção de “representações do desenvolvimento”, trabalhada pelo autor e que indiretamente contribui e relaciona-se ao conteúdo deste trabalho. A partir do que foi exposto acima, Reis (2005) traz duas principais conclusões: primeiramente, as “representações do desenvolvimento, pelo menos as aqui consideradas, e suas diversas possibilidades de interação, padecem do fato de conter, no seu conjunto, uma linha muito tênue entre o que é e o que deve ser (...)” (REIS, 2005, p. 08). Em seguida, pode-se concluir, segundo o autor, que “processos de desenvolvimento são processos históricos, mas nem todo processo histórico coincide com processos de desenvolvimento, os quais possuem, no seu cerne, algo relativo à idéia de melhora, melhora da condição da existência humana.” (REIS, 2005, p. 08).

A dimensão de melhora contida no desenvolvimento é também constantemente ressaltada nas menções feitas ao tema por meio da literatura de turismo. Associar turismo ao desenvolvimento, como antes mencionado, é, normalmente, representá-lo por meio de uma estratégia que se presta a promover o desenvolvimento e, dessa maneira, promover alguma forma de melhora advinda de sua instalação e crescimento.

Ao fim, e ainda relacionado a estas três possibilidades de leitura dos processos de desenvolvimento, Reis (2005, p. 09) conclui que “no primeiro caso, houve melhora apenas para alguns, às custas dos demais; no segundo, houve melhora, mas apenas para aqueles que fizeram por onde; e no terceiro, piorou para todos, para os que estão vivos e para os que estão por nascer”.

Buscou-se, neste tópico, portanto, resgatar algumas abordagens de autores que buscam discutir os problemas e as diversas possibilidades de se interpretar e compreender o desenvolvimento. Nesse sentido, julgou-se necessário introduzir algumas discussões recorrentes acerca do desenvolvimento e das questões que ele implica, como, por exemplo, a já discutida associação com o crescimento econômico e a possibilidade de construção de uma proposta alternativa ao modelo prevaiente de desenvolvimento. Alguns dos pontos aqui discutidos, apesar de muitas vezes extrapolarem o ponto de vista apresentado pelas obras de turismo que discutem a relação estabelecida com o desenvolvimento, contribuem e auxiliam no entendimento de traços fundamentais deste processo, o que também ajudará na posterior análise e discussão dos estudos de casos, ao longo do terceiro capítulo, e que trabalham o vínculo entre turismo e desenvolvimento.

2.2 As abordagens de desenvolvimento implícitas no turismo

Conforme enunciado anteriormente, espera-se, neste tópico, apresentar e discutir as principais “abordagens” ou “enfoques” de desenvolvimento identificados a partir da bibliografia utilizada neste trabalho e que lida diretamente com o turismo. Por abordagem, compreendem-se as diferentes formas de se conceber e representar o tema do desenvolvimento, trabalhado pelos estudos, planos e documentos consultados e que tratam do turismo. Ou seja, quais são as formas de se nomear, qualificar e significar o desenvolvimento pelo turismo e que são identificadas, reconhecidas e amplamente utilizadas pelos estudos desta área. A “abordagem” ou “enfoque” consistiria, então, nas formas pelo qual o turismo, por meio de suas obras e documentos, é capaz de compreender a relação estabelecida com os processos de desenvolvimento.

Para isso, priorizaram-se estudos e obras que abordassem o turismo tanto em seus aspectos mais gerais, como de forma mais específica, por meio de sua interface com o desenvolvimento. A princípio, buscou-se não se restringir apenas às análises que abertamente tratassem deste último tema, mas optou-se por abordar estudos com um alcance mais amplo sobre a atividade turística. Objetivou-se, com isso, extrair dessas obras, inicialmente tidas como neutras, qual seria a abordagem de desenvolvimento implícita em seus estudos. Além de obras notadamente reconhecidas no campo dos estudos turísticos, foram consultados vários artigos que

tratavam, sob diferentes enfoques, o turismo e as suas respectivas formas de se referir ao desenvolvimento.

Dessa maneira, foram identificadas, *a priori*, três abordagens predominantes nos trabalhos de turismo, que correspondem às referências direcionadas ao desenvolvimento do e pelo turismo, respectivamente, enquanto uma possibilidade de promovê-lo e relativo à qualidade do processo a ser desencadeado pela atividade.

As abordagens identificadas foram, então, classificadas como: utilitarista/econômica, sustentável e comunitária/local. Intenta-se aqui, além de introduzi-las e caracterizá-las, discutir criticamente como tais enfoques são abordados pela literatura de turismo, bem como as implicações que os mesmos trazem para a compreensão da atividade turística. É importante, contudo, ressaltar que as abordagens identificadas não excluem a possibilidade de haver outras formas de apropriação do desenvolvimento implícitas nos estudos turísticos, nem, tampouco, das mesmas não ocorrerem simultaneamente ao longo destas análises.

A partir da discussão acerca da existência de perspectivas distintas de desenvolvimento dentro do estudo e do entendimento do turismo, será possível, também, identificar os diferentes conteúdos de abordagens⁶¹ assumidos pelo desenvolvimento. Acredita-se que a análise do turismo, por meio de suas abordagens de desenvolvimento, qualifica seu entendimento para além das tipologias de turismo, tidas, normalmente, como uma maneira de classificar a atividade, sendo, algumas vezes, apresentadas sob a forma de uma via alternativa para a promoção da atividade turística.

Apesar de, em certos momentos, a abordagem de desenvolvimento estar implícita e diretamente relacionada a determinadas tipologias, essa não é uma associação simples de ser feita e nem se configura enquanto propósito deste trabalho. De qualquer maneira, espera-se que a presente discussão contribua para a clarificação da intrínseca relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento, a partir do momento em que se propõe identificar e caracterizar o modo como os estudos que lidam com o turismo abordam o desenvolvimento.

⁶¹ Para uma análise mais específica acerca do desenvolvimento e de seus diferentes conteúdos de abordagens, ver: REIS, M. C. Apreensão da realidade, projetos políticos em disputa e desenvolvimento: Notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia., 2005, Belo Horizonte. *Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2005.

Paralelamente, espera-se discutir, no próximo capítulo, como o turismo, do ponto de vista de uma estratégia de desenvolvimento, conforme abordado no PNT, vem sendo referenciado por estas abordagens.

Por conseguinte, serão apresentadas, a seguir, as três abordagens identificadas, buscando abordar pontos fundamentais para sua compreensão. É de fundamental importância, para tanto, questionar quais as estratégias propostas por estas abordagens, como também no que elas diferem quanto à compreensão e a forma de inserção na ordem existente. É importante lembrar que, na verdade, elas podem ser entendidas como reflexos de abordagens do desenvolvimento existentes e que influenciam muitas outras atividades econômicas, assim como ocorre no turismo.

2.2.1 Abordagem Utilitarista/Econômica

A abordagem utilitarista/econômica, identificada como umas das principais e mais recorrentes formas de se referir ao desenvolvimento, dentre aquelas implícitas nos estudos de turismo, surge com maior frequência em análises que buscam ressaltá-lo, em virtude de seu já referido efeito multiplicador enquanto atividade econômica. Frequente em trabalhos que partem de uma base econômica e em documentos políticos, assim como foi abordado sobre o PNT, esta abordagem, apesar de sua expressiva predominância, vem sendo recorrentemente questionada. A própria existência de outros enfoques de desenvolvimento demonstra, nesse sentido, novas formas de resistência e contestação em relação à predominância desta primeira.

Por outro lado, é inquestionável que a percepção e apreensão do turismo por meio de seu caráter econômico seja de difícil abandono, quando se trata de sua apresentação e caracterização iniciais, ainda que se reconheça e não seja negada a existência de outros aspectos do ponto de vista político, social, cultural e ambiental proporcionados pela evolução da atividade turística.

Assim como apontado ao longo do presente capítulo, o turismo é frequentemente identificado como um meio ou estratégia para a promoção do desenvolvimento. Em outras palavras, compreende-se o turismo como uma vocação econômica para o desenvolvimento de certas regiões, como salienta Araújo (1998), ao citar o caso do nordeste brasileiro.

Nesse sentido, vale ressaltar que esta abordagem apropria-se, sobretudo, da dimensão de melhoria atribuída ao desenvolvimento e que poderá vir a ser estimulada no território. Não se deve esquecer que as razões para a busca do desenvolvimento de um país, como aponta Tribe (2003), estão assentadas na expectativa de melhora, sobretudo, em um sentido econômico.

Ainda que, atualmente, o tema do desenvolvimento esteja passando por um processo de redefinição, a ampliação das bases econômicas continua a ser considerada fundamental para a melhoria das condições de vida das populações (LOBO,2001). Em sua concepção, sobretudo no pós Segunda Guerra, motivado por discursos políticos e progressistas, o desenvolvimento igualou-se a crescimento econômico, por representar a própria essência do contexto da época. Wolfgang Sachs (1999,p.16) traz uma importante reflexão sobre o caráter desta forma de desenvolvimento ao afirmar que: “Só existe uma coisa pior do que o fracasso do desenvolvimento convencional: o seu sucesso descontrolado.”

A base da teoria do desenvolvimento, elaborada inicialmente pelos economistas clássicos e que embasou o discurso desenvolvimentista do século XX, era orientada, como aponta Paul Singer (1982, p. 12), para “encontrar meios pelos quais os países capitalistas industrializados pudessem ajudar suas ex-colônias e demais países ‘atrasados’ a encontrar o caminho da industrialização e do enriquecimento”. Ou seja, era notável, a partir dos anos de 1970, a redução dos debates sobre desenvolvimento a praticamente ao debate sobre crescimento econômico. Isso se explica, segundo Álvaro Comin e Carlos Freire (2009), devido à substituição das teorias de corte estruturalista, que enfatizavam o desenvolvimento como gerador de mudanças nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais pelas de tipo neoclássico que, em linhas gerais, ressaltam a natureza acumulativa e contínua do progresso econômico.

No que tange à posição ocupada pelo turismo neste processo, Ouriques (2008, p. 06) afirma que “depois dos sucessivos fracassos dos processos de modernização, o turismo, apareceu, especificamente a partir da década de 1950 do último século, como a alternativa de desenvolvimento”.

Os diversos esforços direcionados ao estímulo à promoção do turismo, sobretudo nos países em desenvolvimento, estariam, então, diretamente relacionados à possibilidade de desenvolvimento, em especial econômico, propiciado pela atividade turística. Esclarecer esta ressalva, inclusive, é necessário e

de grande importância, uma vez que, ao se tratar do turismo a partir de seu viés econômico, faz-se referência quase exclusiva ao crescimento econômico propiciado por esta atividade. A dimensão simbólica de que o turismo traz desenvolvimento é, por conseguinte, o que reforça a imagem da atividade enquanto “motor do desenvolvimento”.

Apoiados nessa abordagem, organismos voltados para o fomento da atividade turística, como, por exemplo, a OMT, acabam por considerar o turismo como mais um elemento da cadeia produtiva econômica.(FILHO, 2003). Em outras palavras, a OMT, nesse sentido e motivada somente por esse enfoque de desenvolvimento dentro da atividade turística, prescreve para o turismo a mesma receita genérica de abertura total e indiscriminada de mercados que, ao final, significa a dominação pura e simples dos grandes grupos industriais e financeiros internacionais (OURIQUES, 2008).

Esse exercício diminui, na visão de João dos Santos Filho (2003, p. 371),

[...] a compreensão do fenômeno turístico dentro do viés do pensamento economicista, estritamente limitado e vulgar, preocupado com o gerenciamento quantitativo da “riqueza” que é produzida para uns poucos, sem fazer questionamentos dos prejuízos que isso causaria para a maioria das populações locais que são expulsas, enganadas ou em alguns casos exterminadas pelo interesse do capital.

A conformação de um discurso em torno do turismo, que confere ao mesmo o status de “passaporte para o desenvolvimento”, possui relação direta com a abordagem aqui identificada como utilitarista/econômica do desenvolvimento. Assim, como ressalta Ouriques (2008, p. 13), “o turismo desponta nas regiões periféricas como a mais recente promessa de desenvolvimento e, em alguns discursos (inclusive acadêmicos), como a única chance de alcançar o tão almejado desenvolvimento”. Ou seja, a partir desta perspectiva, o desenvolvimento, dentro da concepção trabalhada nos estudos de turismo, aponta para o processo de produção de riqueza, estritamente associado ao desenvolvimento econômico, este entendido basicamente enquanto “o binômio formado pelo *crescimento econômico* (mensurável por meio do crescimento do PIB ou do PNB) e pela *modernização tecnológica*, que ambos estimulam reciprocamente” (SOUZA,1997, p. 18).

Apropriado e analisado, tomando-se como referência a abordagem utilitarista/econômica do desenvolvimento, o turismo é, portanto, apontado como uma alternativa de crescimento econômico, que depende da ação do poder público

em associação à iniciativa privada. As estratégias de desenvolvimento associadas a essa abordagem, conforme demonstradas anteriormente, não promovem, assim, nenhuma transformação na ordem econômica vigente, por valorizar mais a especialização produtiva e a eficiência econômica em detrimento dos aspectos substantivos apresentados pelas culturas locais. Ou seja, prioriza-se a competição e concorrência dos empreendimentos turísticos, voltando-se o foco para formas de organização da produção que não sejam cooperativas ou solidárias⁶².

Contudo, conforme já observado, esta abordagem de desenvolvimento, que acaba por reduzir o turismo a uma simples possibilidade de crescimento econômico, é constante alvo de críticas, sobretudo por serem as concessões do poder público aos empreendedores turísticos, geralmente, classificadas como ações propositais de favorecimento à concentração de renda (ITO,2007).

O desenvolvimento, dentro da abordagem utilitarista/econômica e conforme identificado por meio das obras e estudos que tratam do turismo, é assim uma das possibilidades de se compreender e analisar a relação estabelecida entre o desenvolvimento e o turismo. Contudo, é notável que tal enfoque não dá conta de abarcar outros aspectos presentes na promoção do turismo, como aqueles relacionados a sua faceta humana, cultural e social. Essa limitação consiste, por sua vez, em um dos principais pontos de críticas e contestações por parte das obras que rejeitam essa abordagem. Assim como salienta Moesch (2001, p. 21) “o turismo é um processo sociocultural, ultrapassando o entendimento enquanto função de um sistema econômico”.

Em razão do determinismo e especificidade representados, por essa abordagem, são atribuídos diversos fracassos, por parte tanto da iniciativa privada como do poder público, no que se refere ao incremento do turismo. Para tanto, Trigo e Panosso Neto (2003, p. 102) citam alguns exemplos práticos resultantes da adoção de uma visão estritamente econômica do desenvolvimento, incorporada pela atividade turística: projetos fracassados de parques temáticos ou aquáticos, falência de hotéis e resorts, degradação de áreas públicas ou privadas, desemprego gerado por esses problemas, perda do investimento inicial, obsolescência acelerada em

⁶² Economia solidária é uma forma de produção que tem base associativista e cooperativista, centrada na valorização do ser humano em detrimento do capital. Para tanto, é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como objetivo maior a “reprodução ampliada da vida”. Nos últimos anos, a economia solidária vem se apresentando como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social Ver: SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. pag. 4.

virtude de mau planejamento e operação, etc. Em contrapartida, os autores citam exemplos de iniciativas e empreendimentos que obtiveram sucesso no país e ressaltam que os mesmos levaram em consideração não apenas os aspectos econômicos imediatos, mas também as exigências sociais, ambientais e culturais.

Dessa maneira, fica evidente em diversos momentos da literatura consultada, a constante rejeição e crítica direcionada à hegemonia representada pela abordagem econômica de desenvolvimento (MOESCH, 2001; LEMOS, 2001; CORIOLANO, 1998; RODRIGUES, 1997). Como será visto, a seguir, as demais abordagens identificadas relacionam-se ao enfoque econômico, enquanto possibilidades alternativas e formas de contestação à ordem (capitalista) estabelecida.

Espera-se, para tanto, constatar quais são as diferenças existentes entre a abordagem econômica e as demais, deixando, em aberto, a pergunta que compara e questiona qual a abordagem mais adequada para o turismo. Nesse sentido, deve-se deixar livre, também, o questionamento sobre qual o caráter motivador destas abordagens, se estimulado pela contestação ou pela adequação ao modelo econômico predominante.

2.2.2 Abordagem Sustentável

Ao identificar e trabalhar a abordagem sustentável enquanto uma possibilidade de apropriação do desenvolvimento que se encontra embutida na análise do turismo é necessário, inicialmente, apresentar, de maneira introdutória, o contexto que propiciou o surgimento do conceito e da orientação representada pelo “desenvolvimento sustentável”.

A introdução do pensamento ambiental, a partir de finais da década de 1960, ganha significativa importância no bojo do questionamento do caráter massificante e predatório do desenvolvimento capitalista (COSTA, 2008). Apesar de, na época, ter sido notadamente forte a promoção de políticas e programas que se comprometiam a estimular o processo de desenvolvimento e crescimento econômico, vários movimentos sociais⁶³ já questionavam tal ordem.

No que se refere, em especial, ao questionamento dos limites ecológicos do desenvolvimento econômico, há uma série de momentos, denominados por

⁶³ O “novo ecologismo” surgido com as agitações estudantis de 1968, segundo Lobo (2001), consiste em um bom exemplo para se ilustrar a contestação dos valores dominantes naquele momento, como a reivindicação do direito das minorias e a defesa do antimilitarismo/pacifismo.

Boaventura de Sousa Santos (2005), de encontros fundadores⁶⁴ do descontentamento frente à abordagem tradicional do desenvolvimento, que desempenharam um importante papel na conformação do pensamento ambiental. Vários estudos⁶⁵, produzidos ao final dos anos de 1960 e início de 1970, também contribuíram para esta construção, apontando para alguns problemas específicos que atingiam o meio ambiente.

Encontros como a Conferência de Estocolmo, o Relatório Brundtland e a Eco 92 romperam com alguns dos rígidos preceitos prevalecentes, ao buscar incorporar os vários setores da sociedade na discussão sobre os diversos aspectos da chamada “problemática ambiental”. Conseqüentemente, a apresentação de novas alternativas frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento mostrou ser uma tendência inevitável.

Em termos conceituais, afirma Gustavo Esteva (2000, p. 68), houve, então, uma revolta generalizada contra a “camisa-de-força” das definições econômicas do desenvolvimento, que restringia suas metas a indicadores quantitativos e relativamente irrelevantes. A partir daquele momento, questionava-se até que ponto era possível explicar o desenvolvimento empregando apenas termos econômicos. Dessa maneira, a partir de meados do século XX, um arsenal crítico começa a minar os pilares de sustentação das tradicionais teorias de desenvolvimento econômico (LOBO, 2001, p. 1). Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 23) complementa que os desafios, ou seja, as lutas contra a exploração imposta pelo capitalismo:

[...] têm sido acompanhados de uma vasta tradição de pensamento crítico – desde o pensamento associativo de Saint Simon, Fourier e Owen, na Europa, no século XIX, até a reivindicação de um desenvolvimento alternativo ou mesmo a rejeição da ideia de desenvolvimento econômico nos países periféricos e semiperiféricos no século XX.

⁶⁴ Tais encontros seriam, sobretudo, a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (1972); o Seminário sobre os Padrões de Utilização dos Recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento em Cocoyoc – México (1974); o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) publicado em 1987; e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro em 1992.

⁶⁵ Neste sentido, são apontados como exemplo os estudos realizados na época por Carson, Boulding, Georgescu-Roegen, Ehlich & Ehlich e Meadows. Destacam-se os trabalhos publicados pelo *Clube de Roma* sob coordenação de Meadows que, posteriormente, “também serviram como alerta as propostas políticas e aos modelos econômicos vigentes” (LOBO, 2001). Para maiores considerações sobre o Clube de Roma, ver: BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

A partir deste contexto, a utilização de conceitos como *desenvolvimento sustentável*⁶⁶ e *ecodesenvolvimento*⁶⁷, na visão de Carlos Lobo (2001), passaram a representar, além da insatisfação diante dos resultados presentes na promessa do desenvolvimento, alguns dos prováveis limites que se impunham ao crescimento econômico.

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável, conforme enfatizam vários autores, ocorreu a partir de meados da década de 1980, sendo associado “a uma mudança de enfoque na definição da problemática ambiental, de visões eminentemente preservacionistas dos anos de 1960 e 1970, à associação entre crescimento econômico e preocupação ambiental” (COSTA, 2008, p. 80). Dessa maneira, ao romper com o conflito que foi gerado entre os desenvolvimentistas e ecologistas, o conceito de desenvolvimento sustentável apropria-se de uma suposta obviedade: a de desenvolver e preservar (LOBO, 2001, p. 15).

Dessa forma, desde o início da década de 1990, o termo “sustentável” passa a ser amplamente utilizado no debate sobre o desenvolvimento, atingindo diversos setores e atividades econômicas, dentre elas, o turismo. Por terem se intensificado as pesquisas que analisam os impactos socioespaciais do turismo, verificando que a atividade turística acaba, muitas vezes, alavancando um processo de desenvolvimento altamente impactante, ambiental e socialmente, cresce, também, de maneira significativa nos últimos anos, o debate sobre as formas de turismo que buscam contrapor o turismo convencional ou de massa. Diante das grandes problemáticas em que o mundo se encontra envolvido e da parcela de participação do turismo nessas questões, Caracristi (1998) endossa que há uma preocupação crescente, tanto por parte das instituições públicas como das instituições privadas em rever suas formas de promover o turismo por meio da criação de formas alternativas.

Em especial no que refere aos estudos voltados para o turismo, a dimensão sustentável do desenvolvimento é comumente associada à atividade, enquanto um

⁶⁶ A definição oficial de desenvolvimento sustentável segundo o relatório Brundtland, é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (COSTA, 2008).

⁶⁷ O ecodesenvolvimento ou autodesenvolvimento, segundo Ignacy Sachs (1986), deve ser tomado como um novo modelo de desenvolvimento, baseado na satisfação das necessidades básicas, na solidariedade com as gerações futuras, na participação da população, na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente e na elaboração do sistema social que assegure o emprego, a segurança social e o respeito às outras culturas e programas de educação.

adjetivo que qualifica e agrega valor, sobretudo comercial, à mesma. Ou seja, o turismo sustentável corresponde a um termo específico que denota a aplicação do desenvolvimento sustentável ao contexto particular do turismo. (ASSIS, 2003) Como acrescenta Candiotto (2007, p. 02), “com a emergência da ideia de desenvolvimento sustentável, o termo turismo sustentável vem cada vez mais ganhando espaço no debate acadêmico, bem como no marketing turístico”.

Por outro lado, dentro da ampla discussão sobre este tema, há posições distintas quanto ao surgimento do turismo sustentável, oscilando entre os que possuem posições favoráveis aos princípios e aplicações do mesmo, os que relativizam a questão sem definir uma posição, e os autores que criticam e combatem esta ideia.

Independente da posição assumida pelos autores quanto a essa modalidade de turismo, é do interesse deste trabalho questionar quais são as principais estratégias da abordagem sustentável de desenvolvimento, que a caracterizam enquanto uma orientação recorrente a partir dos estudos turísticos. A abordagem sustentável do desenvolvimento, apropriada pela literatura de turismo, parte, então, do mesmo tripé que fundamenta a base do desenvolvimento sustentável: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. (HALL, 1998; SWARBROOKE, 2000; SILVEIRA, 2001) A incorporação desta orientação pelo turismo sustentável, implicaria, ao menos na teoria, na promoção das seguintes iniciativas, conforme apresenta Lenilton de Assis (2003, p. 135):

[...] produzir um desenvolvimento de qualidade que integre a população local e proporcione uma melhoria da sua qualidade de vida; estabelecer uma relação harmoniosa entre turistas e anfitriões; e possibilitar o uso racional dos recursos naturais e culturais para que estes possam ser usufruídos pelas atuais e futuras gerações.

Da mesma maneira, Caracristi (1998) aponta, baseada nas diretrizes da política nacional de ecoturismo, princípios e orientações voltados para a promoção da dimensão sustentável como uma forma alternativa de desenvolver a atividade turística. Segundo a autora, isto ocorreria a partir do momento em que se “utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (*Ibidem*, p.413).

Por envolver a valorização de aspectos naturais e histórico-culturais no território, o turismo passa a ser divulgado por instituições, políticos e empresários,

como uma atividade que poderia ser considerada sustentável, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, já que combinaria crescimento econômico, conservação ambiental e identidade cultural (CANDIOTTO, 2007). Novamente, assim como no enfoque assumidamente economicista, o turismo adquire o status de uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico, baseado nos mesmos pressupostos trabalhados na abordagem anterior.

Cabe ressaltar, por outro lado, que várias são as críticas direcionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que, segundo Gustavo Esteva (2000, p. 72), na interpretação oficial,

[...]o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’, não para dar apoio ao florescimento ou à manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada.

A própria ideia de desenvolvimento sustentável pode ser questionada, pois, como atualmente utilizado, o termo torna-se equivalente a “crescimento sustentável”, o que, segundo Daly⁶⁸, citado por Boaventura de Sousa Santos (2005:54), é uma contradição. O mesmo autor complementa esta ideia ao acrescentar que o único tipo de desenvolvimento sustentável “é o desenvolvimento sem crescimento – melhoria qualitativa da base física econômica que se mantém num estado estável [...] dentro das capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema” (DALY *apud* SANTOS,2005,p.54).

A definição de desenvolvimento sustentável, conforme veiculada a partir do relatório Brundtland, portanto, não entra no mérito dos modelos e alternativas de desenvolvimento ou das relações sociais e de poder neles contida. (COSTA, 2008) O que é enfatizado por esse modelo de desenvolvimento é apenas o chamado compromisso *intergeracional*, que se relaciona à intenção deste conceito em garantir a possibilidade de futuro.

Percebe-se que, assim como no conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável baseia-se na dimensão econômica, e incorpora timidamente as dimensões ambiental, social e cultural, entendendo-as, na visão de Candiotto (2007, p. 02) “como oportunidades e recursos para a continuidade da atividade turística”. Mais uma vez, e independente da abordagem aparente de desenvolvimento, seja ela econômica, seja ela sustentável, observa-se a predominância do viés utilitarista na

⁶⁸ DALY,G.(1996), “Sustainable Growth? No Thank You”, J. Mander e E. Goldsmith (orgs.), *The Case Against the Global Economy*. San Francisco: Sierra Club Books, 192-196.

apropriação do turismo. Nesse contexto, a categoria de sustentável é muito mais um rótulo que de fato uma orientação para a promoção da atividade turística. Na visão defendida por Butler (1998), o turismo adquire o status de “sustentável” para que possa ser vendido, uma vez que traz vantagens econômicas, nas relações públicas e no marketing, ou seja, dá lucros.

Nesse sentido, destaca-se o posicionamento da OMT, ao sugerir que o “planejamento do turismo deve ter como meta a criação de benefícios socioeconômicos para a sociedade, mas, ao mesmo tempo, deve manter a sustentabilidade do setor turístico através da conservação do meio ambiente e da cultural local” (OMT, 1996, p. 74). Torna-se claro que a OMT foca de forma mais específica a sustentabilidade econômica do turismo do que a busca por um turismo sustentável em suas diversas dimensões. Chama-se a atenção, e de acordo com Candiotta (2007), para a imprecisão do termo “sociedade” ao se referir sobre quem deve ser beneficiado com o turismo, negligenciando, mais uma vez, a existência dos diversos interesses e forças no processo de promoção da atividade.

A conservação do meio-ambiente e da cultura local, conforme esta abordagem, deve, então, ser entendida como um requisito básico para a manutenção econômica da atividade turística.

As estratégias, conforme apresentado pela proposta de desenvolvimento sustentável e que vem sendo apropriada pela atividade turística, dessa forma, não propõem profundas mudanças na estruturas de poder vigente. Ao contrário, e como anteriormente visto, baseiam-se exatamente na reprodução dos atuais modelos de desenvolvimento, centrados em padrões econômicos que reproduzem as condições de desigualdade social e degradação ambiental. Em um mesmo sentido, Regina Martins (2002) salienta que as recomendações dos organismos internacionais para o turismo sustentável, assim como para o desenvolvimento, baseiam-se em “um modelo simples e funcional da atividade, que tem suas bases alicerçadas na ideia de produção (oferta) e consumo (demanda)”.

No entanto, deve-se deixar claro que esta visão não pode ser estendida a todo e qualquer processo de promoção do turismo, prevalecendo, sobretudo, nas propostas pautadas pelos grandes empreendimentos, em nível nacional, e que envolvem expressivos fluxos de turistas e de capital. A análise de Candiotta (2007, p. 07), por exemplo, ao afirmar que “o turismo contribui para o crescimento econômico, pois assim como outras atividades capitalistas tem sua gênese ligada à

busca de retorno econômico e expansão do consumo”, refere-se, em especial, ao turismo de massa ou convencional.

É necessário, para tanto, deixar claro que existem propostas e até iniciativas concretas no território que intentam vislumbrar uma abordagem distinta da que se faz hegemônica⁶⁹. Discutir a viabilidade ou não destas iniciativas, porém, foge ao escopo deste trabalho.

A abordagem sustentável do desenvolvimento, apropriada pelo turismo, portanto, encontra-se pautada na concepção de como o turismo deveria ser e não no que realmente ocorre na prática do processo de promoção da atividade. Como salienta Silva (2004), no que se refere ao discurso do turismo sustentável e sua *práxis*, atualmente há uma distância considerável, sobretudo, se for levado em consideração o quadro atual do incremento do turismo no país.

Por último, há que se refletir, como acrescenta Nathália Korossy (2008), sobre o discurso da sustentabilidade apropriado pelos meios acadêmicos e empresarial do turismo, apontando para a existência de uma diferença significativa entre o *turismo sustentável* e a *sustentabilidade do turismo*. O turismo sustentável, conforme já discutido, é um modelo de se promover a atividade turística baseado no tripé da sustentabilidade (eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica). Assegurado o equilíbrio entre estes três pilares, estão, ao menos em tese, garantidos os meios para perpetuação da atividade e o contínuo recebimento dos benefícios daí decorrentes, sem entrar no mérito, entretanto, da divisão dos mesmos. Por outro lado, a sustentabilidade do turismo diz respeito à garantia da prática da atividade no longo prazo, o que não necessariamente implica que seja de forma sustentável, nos termos do conceito de desenvolvimento sustentável (KOROSSY, 2008). Dessa forma, a abordagem sustentável de desenvolvimento para o turismo, refere-se mais a sua sustentabilidade do que à promoção de um turismo que na prática se configure enquanto uma atividade sustentável. Como percebe e ressalva Ribeiro *et al.* (1993), o desenvolvimento sustentável só viria a ser uma referência para o turismo na medida em que servisse para construir novas formas de relação com os seres humanos e destes com o ambiente.

⁶⁹ Nesse sentido, é interessante citar como exemplo o trabalho de: MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. *Turismo e Participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?*. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Assim como outros trabalhos que relatam experiências, sobretudo no estado do Ceará, e que buscam promover uma lógica inversa àquela representada na proposta tradicional de desenvolvimento turístico.

Portanto, o que se deve perceber ao tratar da abordagem sustentável de desenvolvimento pelos estudos de turismo é que ao se falar do desenvolvimento promovido pelo turismo, sobretudo do desenvolvimento sustentável, deve-se ter em mente que se trata de uma apropriação do desenvolvimento, ou seja, há nessa representação uma sensível diferença entre o que é o desenvolvimento sustentável e o que de fato ele deveria ser.

2.2.3 Abordagem comunitária/local do desenvolvimento

A abordagem comunitária/local de promoção do desenvolvimento é apropriada pelos estudos de turismo como uma “nova” orientação, que visa transformar o caráter estritamente predatório e econômico apresentado pela atividade (RODRIGUES, 1997; BENEVIDES, 1997; CORIOLANO, 1998). Em contrapartida, a literatura da área baseia-se no conceito de desenvolvimento local como princípio orientador para a construção de um modelo de promoção do turismo, distinto do prevalecente. Neste caso, em especial, a abordagem de desenvolvimento identificada como comunitária/local, além de agregar valor ao tipo de turismo que inspira, é apresentada pelos trabalhos que a abordam como um “guia de orientação” para a construção de “outro” modelo de promoção da atividade turística, direcionada para a escala local e focada nos sujeitos sociais que participam deste processo.

Cabe esclarecer que se convencionou trabalhar as dimensões *comunitária* e *local* conjuntamente, dentro de uma única abordagem, já que, ainda que os trabalhos possam se referir às mesmas de forma separada, elas partem, normalmente, de um mesmo conceito de desenvolvimento e, para tanto, possuem objetivos e diretrizes similares. Em um mesmo sentido, Reis (2008, p. 07) considera que, em termos de territorialidade, “a designação *desenvolvimento local*, embora não exclua, pode abranger ou até se confundir com desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural e desenvolvimento comunitário”. De forma complementar, o mesmo autor acrescenta que o desenvolvimento local pode, ainda, ser pensado em termos de todos os sentidos de melhora anteriormente citados, além de poder acontecer de forma integrada, sustentável e endógena. (REIS, 2008)

A definição de desenvolvimento local, no entanto, pode ser considerada ampla e controversa. Para Ana Luíza Lima (2000), sob este conceito origina-se diversas concepções, projetos e experiências que vão desde enfoques tradicionais (que

acreditam que o caminho para o desenvolvimento local está no crescimento econômico via atração de investimento externos) até concepções mais recentes (em que são consideradas as especificidades do local). Em decorrência das mudanças ocorridas no contexto mundial, a partir da década de 1970, foi observada a mudança de foco da gestão e da percepção de desenvolvimento local, voltadas agora para o próprio local, para os próprios problemas, agentes e peculiaridades (LIMA,2000). Nesse sentido, a gestão local do desenvolvimento e seu sucesso dependem, em parte, na visão dos teóricos do desenvolvimento local, do “poder de mobilização e de engajamento de seus agentes sociais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integral, para que os recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas” (MOURA *et al.*,1999,p.121).

Propor o desenvolvimento com base local, conforme salienta Rodrigues (1997b, p. 58), “significa contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente e fortalecer o que Milton Santos designa por ‘contrafinalidades’ que são localmente geradas [...]”. A respeito deste último conceito, a autora acrescenta, baseada na obra de Milton Santos,⁷⁰ que ele consiste em pensar no “teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS,1994, p. 93). Ou seja, torna-se necessário, para tanto, revisitar e questionar diversos conceitos prevaletentes no modelo tradicional, como, por exemplo, o conceito de eficiência, que se associa à noção de maximização da produtividade. Neste sentido, complementarmente, o desenvolvimento com base local para o turismo, na visão de Coriolano (2003, p. 25), representaria, então, o:

processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso se orienta para o desenvolvimento de médias, pequenas e micro-empresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana.

O local é, dessa maneira, referenciado não apenas no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que, segundo Benevides (1997, p. 27), por estar à margem desse padrão, “preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas, e enseja a continuidade de

⁷⁰ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: 1994. 190p.

formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de intercâmbio material tradicional entre a sociedade e a natureza”.

O desenvolvimento local traz, assim, uma característica diferenciadora, que reside no fato de ser eminentemente endógeno (REIS, 2008). Na concepção de Reis (2008, p. 7), isto significa dizer que

a participação dos atores locais é dada como certa e que o ponto de partida para a promoção do desenvolvimento são o que estamos chamando de ‘práticas sociais locais’: os atributos locais – humanos, sociais, econômicos, político-institucionais, culturais e ambientais – e o conjunto de relações que lhes emprestam conteúdo.

Conforme este mesmo autor acrescenta, é por meio da apropriação dessas práticas sociais locais que são implementadas as estratégias de promoção do desenvolvimento, no sentido de transformar processos históricos locais em processos locais de desenvolvimento.

A proposição de um turismo local ou de base comunitária passaria, então, pela alusão à mesma dinâmica de participação dos sujeitos locais e de apropriação das práticas sociais locais, contida no conceito de desenvolvimento local. Lembrando que, novamente, percebe-se que o turismo, em relação ao processo atual de promoção do desenvolvimento, se insere enquanto uma estratégia voltada para este fim.

Dentro desta concepção, o turismo, associado à abordagem local de desenvolvimento e identificado como alternativo, passa a ser compreendido, segundo Benevides (1997), como um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes. Há que se refletir, contudo, se o desenvolvimento local, a partir de sua apropriação pelos estudos turísticos, surge apenas como mera adaptação ao modelo econômico convencional ou se contrapõe à ordem econômica vigente e globalitária (CORIOLANO, 2009).

No que tange à promoção do desenvolvimento local, Benevides (1997) apresenta três principais preocupações e orientações desta abordagem, apropriada pelas propostas de turismo denominadas como alternativas:

a) manutenção da identidade cultural dos lugares, como próprio fator de atratividade turística, e o estabelecimento de um maior intercâmbio e integração entre as populações hospedeiras e os visitantes; b) a construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades, articulada pelo turismo como fator estruturante da valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na condução ativa deste processo; c) o estabelecimento de pequenas escalas de operação e de baixos efeitos impactantes dos

investimentos locais em infraestrutura turística ou mesmo nenhuma transformação adicional desses espaços.

Estas orientações gerais, que podem vir a se configurar como estratégias para a promoção de um turismo que se baseia na abordagem de desenvolvimento local, buscam, segundo Rodrigues (1997b, p. 62), “resgatar o chamado desenvolvimento à escala humana, ou seja, relativo às possibilidades do lugar [...]”. Cita-se como exemplo, dentro da concepção de desenvolvimento à escala humana e local, a economia solidária, como possibilidade de viabilização de uma segunda acumulação de capital, num outro circuito da economia, capaz de reintegrar a massa de desempregados existente.

O turismo é visto, assim, do ponto de vista de uma estratégia para a promoção do desenvolvimento local, como capaz de auxiliar na absorção destes contingentes. São sugeridas, para este fim, a adoção de estratégias macroeconômicas de combate ao desemprego, “procurando inserir os novos microempresários num setor econômico especialmente projetado para maximizar as *chances* de sucesso como o turismo, por exemplo”. (RODRIGUES, 1997, p. 62).

Propostas de turismo de base comunitária,⁷¹ em uma mesma lógica, buscam trabalhar com este enfoque de desenvolvimento, focando-se, sobretudo, na participação da população no processo de planejamento, promoção e implementação das atividades turísticas. Nesse sentido, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (2008) apresenta alguns pontos principais e estratégias propostas que orientam e conformam a apropriação da perspectiva local pelo turismo:

- a participação dos atores locais desde o planejamento até a gestão do turismo em seu território, ou seja, a comunidade deve ser proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos locais;
- a concepção do turismo como uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas na comunidade;

⁷¹ O *turismo comunitário ou de base comunitária* surge inicialmente de uma série de debates sobre o tipo de turismo desejável, notadamente discutido a partir do V Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005, que culminou na elaboração da “Declaração de Porto Alegre: um outro turismo é possível”. No centro da discussão acerca deste tipo de turismo se encontra a necessidade de levar em consideração a sustentabilidade ambiental e de inserir a população em posição de destaque para o planejamento, a implementação e o monitoramento das atividades turísticas. Para uma interessante análise sobre o turismo de base comunitária ver: ARAUJO, Marina. *O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, Caparaó-MG*. 2008. Monografia (Curso de Turismo) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

- a geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços justos, satisfazendo a comunidade e o turista, além de promover a distribuição de renda entre os moradores locais;
- a valorização cultural e a afirmação da identidade cultural local. As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, mas de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar;
- a concepção do modo de vida local como principal atração turística da comunidade;
- o entendimento de que a atividade turística só é viável quando construída sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado à sustentabilidade do ambiente que o cerca;
- a relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade. O turista é visto como um parceiro, não como um cliente;
- a conservação e sustentabilidade ambiental;
- a cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária;
- o trabalho com regras, normas e padrões estabelecidos entre a comunidade local em relação à gestão do turismo em seu território;
- o auxílio na luta pela posse da terra pela comunidade através do turismo de base comunitária.

Dentro da proposta de turismo comunitário e de sua alusão ao desenvolvimento local, Coriolano (2009) apresenta a possibilidade de estímulo à criação de “Arranjos Produtivos Locais⁷² do Turismo Comunitário”. A tentativa de se pensar a escala local por meio da proposição de arranjos produtivos locais (APLs), relaciona-se à necessidade da inserção produtiva de pequenos produtores e de trabalhadores que se encontram desempregados, em um contexto marcado pelas enormes desigualdades sociais. (CORIOLANO, 2009)

A proposta da criação de APLs do turismo comunitário⁷³ visa, assim, estimular atividades produtivas locais baseadas em fatores históricos e naturais, que

⁷² Os Arranjos Produtivos Locais (APLs), em linhas gerais, são definidos como o conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Ou seja, a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares. Ver: ALBAGLI, S. e BRITO, J. Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais. RedeSist, 2002. Disponível em <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 20 jan. 2011.

⁷³ Ver: CORIOLANO, L. N. M. T.; *et al.* Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2009. v. 1. 307 p.

possibilitam, por sua vez, o surgimento e concentração no território de micro e pequenas empresas de subsistência com base familiar, baixa competência técnica comercial e gerencial, voltadas para a produção de atividades terciárias para a cadeia produtiva do turismo. Para a implantação e consolidação das APLs, Coriolano (2009) reitera que se torna necessária a requisição de alguns elementos fundamentais, como: capital social, dimensão territorial, diversidade de atores, conhecimento tácito, inovação, aprendizado, cooperação, governança, organização produtiva, articulação político-institucional, estratégia de mercado.

É necessário perceber que todos esses elementos giram em torno da existência de uma comunidade e priorizam o fortalecimento e as relações existentes entre os membros deste grupo. Na concepção de Coriolano (2009), a comunidade, enquanto um grupo de pessoas com seu modo próprio de ser e sentir, suas tradições religiosas, artísticas, seu passado histórico, costumes típicos, “estilo” de vida familiar e social, atividades produtivas, problemas, necessidades, aspirações, coexistindo em um mesmo lugar, é a base do APL de Base Comunitária.

A conformação destes elementos consiste, portanto, na base da construção dos APLs do turismo comunitário, o que implica, na visão dos autores que a defendem, na mudança do foco para além da acumulação, para concentrar-se, agora, nas pessoas, na cultura, na defesa ambiental ou, como se refere Reis (2008), nas práticas sociais locais, a partir de motivações não puramente econômicas. Nesse sentido e conforme aponta Coriolano (2009), as possibilidades dos territórios, com atores locais, cultura, capacitação, compromisso e vontade política para o envolvimento em estratégias de desenvolvimento são diferenciadas de lugar a lugar, não podendo ser generalizadas.

Por se tratar de uma atividade intersetorial, integrada aos demais setores econômicos, atribui-se ao turismo uma grande capacidade de promover e agregar demais arranjos produtivos locais, como de artesanato, agricultura, produtos regionais, confecções, bebidas, doces, e tudo mais o que for do interesse do turista.

Os APLs do turismo comunitário, do ponto de vista de suas principais orientações, podem ser interpretados como parte de uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento no plano local, por ter a pretensão de configurar uma rede social voltada para a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento.

No contexto analisado por Coriolano (2009), que envolve o Estado do Ceará, já

existem diversas experiências de APLs, como os que são citados pela pesquisadora: pousadeiras, doceiras, rendeiras, alqueiras, tapioqueiras, bugueiros, merendeiras, dentre outros. Torna-se interessante ressaltar que, segundo a autora, neste contexto, muitos dos sujeitos que compõem estes arranjos pensam e atuam para além do turismo e da produção econômica, caminhando para a proposição de uma sociedade mais justa e solidária.

Por se consistirem em atividades econômicas que priorizam a interação social, educativa e a preocupação com a conservação ambiental e a preservação de patrimônios e padrões culturais locais, segundo Coriolano (2009), há a construção de uma visão diferenciada de turismo e do desenvolvimento, por se voltarem para a escala humana e territorial. Ressalta-se, novamente, que, nessa perspectiva, a imagem do local é extremamente importante, associada, dessa vez, à capacitação e à distribuição dos benefícios do turismo.

Inicialmente, não há como negar que esta abordagem, diferente das duas precedentes, propõe, dentro das possibilidades do turismo e de suas principais características como atividade econômica, uma mudança de foco, no que se refere ao modelo de promoção prevalente, no qual se destaca o caráter utilitarista e economicista. Porém, nem todos os autores concordam que o turismo de base local represente uma possibilidade real de transformação ou adequação da ordem existente. Candiotta (2007, p. 06), por exemplo, questiona se o fato de o turismo ser desenvolvido na escala local implica em um maior potencial de sustentabilidade e de mudança, uma vez que, em sua concepção, “todos os lugares e localidades também são influenciados pela dinâmica global do capitalismo – regido pelo regime de acumulação flexível – bem como por normas e diretrizes de cunho internacional, nacional e regional”. Portanto, é imprescindível refletir, dada a existência de aspectos como a competição e a concorrência, que invariavelmente encontram-se presentes no mercado turístico, qual seria a natureza dessas propostas, que se valem, sobretudo, dos enfoques “alternativos” de desenvolvimento como meio orientador. Assim, como precisamente questiona Benevides (1997, p. 34):

Seriam então essas propostas, contraposições radicalmente opostas às modalidades hegemônicas do turismo de massa ou apenas diferenciações/flexibilizações consonantes com os requisitos de consumidores mais exigentes e com as tendências gerais de segmentação, típicas de qualquer desenvolvimento de produtos/serviços numa sociedade do capitalismo tardio.

Porém, sob outro ângulo de análise e no intuito de contribuir com a presente discussão, cita-se a noção fundamentada por Reis (2006), que, em linhas gerais, sugere a ampliação dos espaços sociais, a partir das transformações históricas ocorridas ao longo do último meio século. Em razão desta ampliação, observou-se, segundo Reis (2006), dois principais efeitos: comprometeram-se as leituras da história que forneciam subsídios para a construção de estratégias de promoção do desenvolvimento e tornaram-se os espaços locais espaços privilegiados para se pensar o desenvolvimento (REIS, 2006). Conforme conclui Reis (2006,p.143), as análises que se seguiram neste período “passaram a pontuar os atributos locais, os atores, suas instituições e relações sociais como forma de alavancar o desenvolvimento local”. Assim como verificado na análise de Coriolano (2009), ao caminharem neste sentido, tais estudos “ênfatisam as famílias, comunidades, formas de produção que não se encontram direcionadas para o mercado, formas de regulação dos conflitos sociais que não são abarcadas pelas regras emanadas do Estado Territorial [...] (REIS, 2006, p. 143). Inseridos neste contexto, citam-se, por exemplo, os componentes anteriormente mencionados e que constituem a base dos APLs do turismo comunitário, em especial a noção de *capital social* e *conhecimento tácito*. Em ambos os conceitos são destacadas as relações estabelecidas entre as pessoas, como a construção de laços de confiança, hábitos, normas, valores, saberes cotidianos, traços da identidade territorial, entre outros elementos, que envolvem as interações entre os indivíduos na comunidade.

Neste sentido, aponta-se, dentro do plano teórico que abarca as análises voltadas para o desenvolvimento local, podendo-se incluir aí os estudos que relacionam o turismo e esta dimensão, que

a ampliação das possibilidades de melhora está condicionada a uma percepção da realidade que envolve indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidades; e que essas percepções em termos das diversas questões colocadas para o desenvolvimento, se apropriam da realidade buscando evidenciar relações sociais que não as mercantis apenas. (REIS,2006, p. 143)

É de se notar, portanto, que este mesmo processo pode ser estendido à perspectiva identificada nos estudos de turismo, em especial aqueles que se voltam para a reflexão em torno de uma outra lógica de promoção do desenvolvimento a partir da atividade turística.

Não se deve esquecer, no entanto, que é necessário reconhecer que *a priori* há uma diferença entre o que o desenvolvimento é e o que deveria ser, ou seja, é algo que se encontra em constante disputa: disputa política, disputa da capacidade das instituições de intervir sobre a realidade, intervir para promover uma melhora que se espera no futuro e que se dá em função de uma determinada visão da realidade. Dessa maneira, buscou-se, neste capítulo, trazer o que aqui se convencionou chamar de abordagens do desenvolvimento, enquanto posições que se encontram em disputa dentro do campo teórico e prático do turismo.

Será realizada, no próximo capítulo, uma análise crítica de estudos de caso que abordam, a partir de exemplos reais, a discussão inicialmente suscitada neste capítulo. Por ter sido priorizado um enfoque mais teórico, o presente estudo, se manteve um pouco acima da realidade e buscará, agora, estabelecer contato com esta realidade, a partir dos estudos de caso aqui selecionados. A intenção de escolher casos que elucidem a relação entre as abordagens de desenvolvimento trabalhadas pelo turismo e a sua respectiva promoção é, assim, trazer para a presente discussão um caráter prático, a fim de tornar mais compreensíveis as especificidades abordadas acerca do tema deste trabalho.

3 ABORDAGENS E ENFOQUES DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA NO ÂMBITO DO TURISMO: ANÁLISE DE ESTUDOS DE CASOS EXISTENTES

Nos dois primeiros capítulos deste trabalho buscou-se introduzir o debate sobre o turismo por meio da análise de suas principais dimensões, além de discutir os principais traços da relação entre turismo e desenvolvimento e apresentar as abordagens ou enfoques de desenvolvimento identificados a partir de sua literatura. No presente capítulo pretende-se avançar no estudo de tais enfoques enquanto reflexos da relação entre turismo e desenvolvimento e que atualmente se encontram em discussão e em disputa no campo prático e acadêmico no âmbito do turismo brasileiro.

Como foi possível observar, foram identificados, em consulta à produção literária de turismo, três principais abordagens ou enfoques do que se estabeleceu como desenvolvimento, diretamente associados à promoção da atividade turística. Tais formas de se entender, qualificar e nomear o desenvolvimento quando relacionado ao turismo, refletem, por sua vez, os princípios que orientam seu respectivo processo de planejamento e promoção. Contudo, independente do enfoque em que o desenvolvimento é enquadrado, verificou-se, enquanto traço comum, que a atividade turística é comumente apontada como uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento tanto em âmbito local, como regional e até mesmo nacional.

Objetiva-se, então, avançar na discussão iniciada no capítulo anterior sobre a relação existente entre o turismo e suas abordagens de desenvolvimento em disputa, baseando-se, neste momento, em estudos de casos que, por meio de exemplos práticos e concretos existentes no Brasil, abordam este tema. No que tange à seleção dos casos escolhidos, buscou-se trabalhar por meio de exemplos reais a relação estabelecida entre a promoção do turismo e a abordagem de desenvolvimento inerente a este processo. Para tanto, julga-se adequado não classificar, a princípio, os estudos de caso utilizados em relação aos enfoques aqui identificados, visando, dessa maneira, deixar livre qualquer questionamento que porventura venha a surgir à medida que tais trabalhos sejam discutidos.

Cabe lembrar que se optou por trabalhar os enfoques de desenvolvimento justamente por se compreender que não existe somente uma única e consensual

forma de se apreender o mesmo. Por outro lado, também deve-se questionar até que ponto a identificação de diferentes enfoques de compreensão do desenvolvimento associados ao turismo correspondem, na prática, a propostas que buscam criticar e superar o forte e determinante caráter econômico prevalecente na atividade turística tradicional.

Os enfoques de desenvolvimento em disputa, apreensíveis por meio das estratégias voltadas para sua promoção, como abordado no capítulo anterior, denotam as diversas visões da realidade que se apresentam, aparentemente, em constante embate. Vale indagar, novamente, até que ponto esses enfoques de fato propõem mudanças no padrão de desenvolvimento vigente, o qual se destaca como modelo predominante para o turismo. Dada a evidente relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento, a partir da existência de diferentes enfoques/abordagens discutidas e praticadas no âmbito da promoção do turismo, é necessário também, neste momento, questionar de que forma se dá essa relação, a fim de complementar a discussão anteriormente suscitada.

Porém, antes de dar início à análise direcionada aos estudos de casos, torna-se necessário discutir algumas considerações importantes sobre as estratégias de desenvolvimento e o turismo, a fim de embasar as questões que serão aprofundadas durante os tópicos que se seguirão.

3.1 As estratégias de desenvolvimento e o turismo

Ao buscar discutir sobre o desenvolvimento por meio da análise do turismo, torna-se imprescindível abordar este tema em termos da construção de estratégias de desenvolvimento no presente. Nesse sentido, haveria duas principais maneiras a partir das quais a literatura da área de turismo compreende e trabalha o tema. A primeira delas refere-se à compreensão da atividade turística como uma estratégia de desenvolvimento, evidenciada a partir do estímulo direcionado ao crescimento do turismo, que passa a ocupar um papel de destaque na economia. A atividade turística, neste arranjo, é vista como parte integrante de um plano de desenvolvimento econômico geral, ou seja, como parte de uma estratégia geral de desenvolvimento (SIMÕES, 1993; RODRIGUES, 1997; TRIBE, 2003; RABAHY, 2003).

A segunda diz respeito, em especial, às estratégias para a promoção do desenvolvimento no âmbito da atividade turística e relaciona-se aos esforços direcionados ao seu aquecimento e crescimento, o que será melhor discutido adiante. (TULIK, 1997; LICKORISH & JENKINS, 2000; KRIPPENDORF, 2000; BISSOLI, 2001).

Com relação à compreensão da atividade turística como uma estratégia de desenvolvimento, ressaltam Luiz Gonzaga Trigo e Alexandre Panosso Netto (2003) que, sobretudo a partir da década de 1990, quando vigoraram o governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, vários estados, municípios, empresas privadas e ONGs passaram a compreender a importância do fenômeno turístico como um possível fator de desenvolvimento e inclusão social. O próprio PNT 2007-2010 deixa claro que o turismo deverá ser tratado pelo governo como assunto prioritário de Estado.

No entanto, a importância do turismo em uma economia, segundo Wilson Rabahy (2003, p. 60), depende, basicamente

[...] de suas precondições naturais e econômicas – existência do atrativo turístico, infraestrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor – das características do país – emissor/receptor, grau de desenvolvimento, e em função de suas alternativas, do papel reservado a este setor em sua estratégia de desenvolvimento econômico.

A forma como cada país interpreta o papel do turismo e investe em seu crescimento depende, então, da orientação política e econômica de cada governo, em conformidade com o arcabouço teórico e conceitual que respalda esta decisão. Conforme acrescentam Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 122):

As crenças ideológicas e filosóficas dominantes e valores do sistema político determinarão até onde os governos intervirão no sistema econômico, qual será o papel do setor privado e quanto de suporte e financiamento será dado ao turismo.

Neste sentido, James Elliot (1997) pontua que os governos devem ter três questões claras, que se tornam fundamentais na proposta de desenvolvimento do turismo: responsabilidades, ideologias e objetivos. As responsabilidades dizem respeito à estabilidade e segurança, tanto dos turistas quanto da população residente; as ideologias, assim como enunciado por Lohmann e Panosso Netto (2008), referem-se à crença e à filosofia política do governo; e, por último, os

objetivos que irão refletir as responsabilidades e ideologias, podendo ser formais (declarados) ou informais (não declarados) (ELLIOT, 1997).

Para compreender o papel do turismo como estratégia de desenvolvimento em uma economia, a literatura de turismo, no intuito de explicar tal relação, normalmente lança mão de conceitos e estudos provenientes da economia. Dessa forma, e para este fim, apropria-se de categorias ou agrupamentos de países, como a elaborada pelo Banco Mundial e pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED). A partir dessas divisões e levando-se em consideração qual a melhor estratégia utilizada para que a economia possa se desenvolver, o turismo apresenta diferentes níveis de participação no quadro econômico dos países.

É justamente em virtude dos resultados excepcionais apresentados pelo turismo em países desenvolvidos que, segundo apontam Lage & Milone (2001), esta atividade deverá ser utilizada de forma crescente pelos países em desenvolvimento. Segundo estes autores, isto deverá ocorrer, uma vez que a atividade turística permite:

em termos de **crescimento econômico**⁷⁴, colaborar de forma significativa com a criação de empregos, aumento de renda e geração de divisas; e em termos de **desenvolvimento econômico**⁷⁵, colaborar de forma significativa, diminuindo as diferenças regionais e melhorando a qualidade de vida de populações de regiões mais atrasadas, pela execução de infraestrutura, incluindo transporte, saneamento, energia, etc. (LAGE & MILONE, 2001, p. 31).

O que chama a atenção nesse trecho e que se torna interessante perceber é a distinção realizada pelos autores, em termos de crescimento e desenvolvimento econômico, por se abordar, em raros momentos, de forma aberta e clara, qual o desenvolvimento que se espera com a atividade turística. Apesar de ser questionável separar os desdobramentos do turismo em termos de crescimento e desenvolvimento econômico, por inexistir na prática, tal divisão, por outro lado, essa diferenciação pode ser didática, pois permite ao leitor compreender de forma um pouco mais clara do que se trata este processo desencadeado pelo turismo. O termo desenvolvimento, usualmente utilizado de forma indiscriminada e pouco precisa, geralmente mais confunde do que esclarece, quando utilizado para exaltar o papel do turismo em um determinado local ou região.

⁷⁴ Grifo do autor.

⁷⁵ Grifo do autor.

Retomando o uso das categorias de países para se explicar o papel do turismo como estratégia de desenvolvimento, citam-se, primeiramente, as utilizadas pela CNUCED e apresentadas por Rabahy (2003, p. 60): 1. Países desenvolvidos preponderantemente emissores; 2. Países com nível de renda intermediário preferencialmente receptores; 3. Países em desenvolvimento, preferencialmente receptores; 4. Países com economia planificada, em que o turismo apresenta importância diferente. Na proposta apresentada por John Tribe (2003), em que se tomou como exemplo a divisão do Banco Mundial para estágios de desenvolvimento, dividem-se as economias com base, sobretudo, no PNB *per capita* destes países: 1. Economias de baixa renda (ex. Mali, Índia, Nepal); 2. Economias de renda média inferior (ex. Peru, Turquia, Jamaica); 3. Economias de renda média superior (ex. Brasil, Grécia, Polônia); 4. Exportadores de petróleo de alta renda (ex. Kuwait); 5. Economias de mercado industriais (ex. Reino Unido, EUA, França).

Segundo estes autores, para cada uma das categorias apresentadas, haveria uma maneira distinta de considerar o turismo, a partir do que ele representa ou pode representar para uma economia. No entanto, julga-se a divisão trabalhada por Rabahy (2003) como a mais adequada para ilustrar a discussão aqui suscitada, por levar em consideração, além do fator renda, o perfil do país, no que diz respeito à dinâmica internacional do turismo.

Para a primeira categoria, que envolve os países desenvolvidos, preponderantemente emissores, o turismo é considerado uma atividade de consumo interno e externo. Embora importante, por consistir em um produto de grande aceitação no mercado, o turismo, segundo Rabahy (2003), não é priorizado como setor estratégico nos planos de desenvolvimento destes países.

A categoria que se segue, dos países com nível intermediário de desenvolvimento, preponderantemente receptores, em um sentido contrário apresentado pelo primeiro grupo, reserva ao turismo um papel destacado em sua estratégia de desenvolvimento. Isto se dá em virtude do turismo constituir-se, na maioria destes países, como uma de suas atividades motrizes, interligada a outros setores, o que a torna uma importante fonte geradora de emprego e de divisas.

Esta mesma relação é observada nos países em desenvolvimento, preponderantemente receptores, onde o turismo desempenha um papel de destaque na economia, por consistir em uma de suas alternativas básicas para o crescimento. Contudo, Rabahy (2003, p. 61) alerta que tal crescimento, se comparado ao dos

países de nível intermediário, ocorre em um padrão menos equilibrado e “com muitas vazões dos benefícios – emprego e renda – que poderiam ser bem mais expressivos se o seu sistema econômico fosse mais integrado”.

Nas economias planificadas⁷⁶, em que o governo assume um papel mais regulador, direcionando e provendo os empreendimentos de turismo, a atividade turística integra a estratégia de desenvolvimento, dependendo, porém, da importância que representa para o país. Nos países preponderantemente receptores e de economia planificada, ao turismo é reservada uma posição mais destacada como atividade produtiva. (*Ibidem*, p. 61)

Para os autores que trabalham a relação do turismo e do desenvolvimento a partir da renda (PNB) e do perfil dos países, se emissor ou receptor, a promoção do setor de lazer e turismo será uma estratégia adequada, dependendo de como se mostram estes fatores. A China, na percepção de Tribe (2003, p. 318), “é um bom exemplo de como os bens de lazer e os serviços de turismo estão sendo mobilizados como parte de uma estratégia geral de desenvolvimento”. O mesmo autor sugere, ainda, que para a Índia o turismo pode representar uma importante via para o crescimento econômico.

O turismo internacional, conforme salienta Rabahy (2003), poderia constituir-se em um fenômeno equilibrador do crescimento econômico pela intensificação dos fluxos de turistas dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Por outro lado, deve-se ressaltar que esse equilíbrio não ocorre naturalmente, já que “grande parte dos fluxos de viagens dos países desenvolvidos se destina ao próprio mercado interno, e outras significativas parcelas são orientadas aos países desenvolvidos, restando participações marginais (cerca de 15 a 20%) para os países em desenvolvimento” (*Ibidem*, p.61).

Nessas análises, assim como relatado anteriormente, percebe-se o viés determinista que parte da concepção econômica do turismo, reconhecendo-o somente enquanto meio, via e estratégia para o crescimento econômico de um país⁷⁷.

⁷⁶ Atualmente muito poucos economistas, mesmo os de tendência socialista, defendem uma economia totalmente planificada, como foi a soviética. Em 2007, vale lembrar, havia apenas 3 economias totalmente planificadas: Cuba, Coreia do Norte e Mianmar (Birmânia). Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/127708/command-economy>

⁷⁷ Conforme verificou-se nos tópicos anteriores, foi abordado duas outras perspectivas de desenvolvimento, além da econômica, identificadas a partir dos estudos de turismo.

Ao se falar das estratégias de desenvolvimento, porém, como inicialmente alertado, existe também a possibilidade de tomar como parâmetro as medidas e orientações que se voltam para o âmbito do turismo. Tais recomendações traçadas pela literatura de turismo e que, também, são explicitadas no PNT 2007 - 2010, têm por intuito promover o crescimento e o conseqüente sucesso da atividade turística, ainda que baseado nos princípios da sustentabilidade.

Assim, ao discorrer sobre certos momentos nos quais a “indústria do turismo” torna-se particularmente frágil, Simões (1994, p. 74) aponta que se faz necessário “traçar estratégias sustentadas na diversificação dos mercados turísticos (o da oferta e o da procura) e, em simultâneo, maximizar a matriz de relações setoriais dos ramos mais relevantes da atividade turística [...]”.

Em uma perspectiva voltada para o desenvolvimento do turismo, por exemplo, em escala local, Rodrigues (1997a) sugere diversas estratégias em âmbito municipal para este fim. As estratégias de desenvolvimento sugeridas buscam, então, ao proporcionar o crescimento do turismo, estimular o desenvolvimento em escala local. Essas estratégias, segundo a autora, visam a criação de oportunidades de ocupação, não necessariamente de emprego, no turismo, consistindo, por exemplo, na criação de um sistema de informações para microinvestidores, no incentivo à formação de viveiros de microempresas, no apoio técnico para abertura de microempresas, etc.

De forma semelhante, outros autores e órgãos como a EMBRATUR sugerem estratégias de desenvolvimento para a conformação do turismo como um todo ou mesmo para uma tipologia em específico da atividade. Olga Tulik (1997), por exemplo, apresenta de forma resumida as principais estratégias de desenvolvimento do Turismo Rural, definidas pela EMBRATUR. Estas estratégias, no entanto, diferentemente das apresentadas por Rodrigues (1997a), que consistiram em soluções pontuais e claramente direcionadas para um objetivo, soam mais como recomendações gerais e de pouca aplicabilidade no território. Assim, sugere-se, por exemplo, compatibilizar a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos, destacando-se a importância do patrimônio natural e sociocultural e o respeito à integridade desses recursos; promover um turismo organizado e administrado pela população rural com uma oferta de pequena escala; possibilitar contato com a natureza por meio da criação e promoção de atividades ao ar livre, etc. Essas “estratégias”, por possuírem um caráter bastante genérico em suas recomendações,

talvez não possibilitem o desenvolvimento interno do turismo e tampouco a promoção do desenvolvimento, como definido por Reis (2005, p. 4):

As estratégias para a promoção do desenvolvimento, convertidas em ações, programas, projetos, políticas, teriam então o objetivo de desencadear processos, cujos resultados, no futuro, deverão coincidir com o que, espera-se, seja um mundo melhor do que o que vivemos no presente.

Ouriques (2008, p. 01) recorda, nesse sentido, que as estratégias de desenvolvimento turístico “implantadas em vários países e regiões periféricas desde os anos 1950, não lograram alcançar o tão sonhado desenvolvimento, porque foram e são estruturalmente incapazes de modificar essa condição periférica”.

O que se deve perceber, em virtude das observações aqui colocadas, quanto às estratégias de desenvolvimento e à forma como os estudos de turismo lidam com esta temática, é a carência de um conteúdo crítico e autônomo para sua compreensão. Associado a este contexto, cita-se a já relatada confusão advinda do uso pouco reflexivo e massificado de conceitos como “desenvolvimento” e “estratégias de desenvolvimento” por parte da produção literária que trata do turismo.

Nesse sentido, a abordagem realizada por Leandro Lemos (2001) contribui para identificar alguns dos equívocos presentes nestas análises. Lemos (2001) intitula de “os sete mitos do turismo” as afirmações presentes nos meios empresariais e acadêmicos de turismo que, pela repetição, transformam-se em definições consensuais sobre a realidade, acabando por camuflar-se em verdades que muitas vezes não admitem qualquer contestação. Os mitos foram definidos como: o mito do lazer, o mito das belezas naturais, o mito da indústria, o mito dos investimentos, o mito das divisas, o mito do desenvolvimento auto-sustentado e o mito do desenvolvimento. Apesar da relevância inerente a cada um desses “mitos”, serão abordados apenas os referentes ao tema de interesse deste trabalho.

Não obstante a referência à “indústria do turismo” ser frequente na literatura, na concepção de Lemos (2001), ela simplesmente não existe, se for considerado que o turismo é, na verdade, um conjunto de atividades econômicas que estão localizadas no setor terciário (de serviços). A criação desta expressão, conforme sugere o autor, provavelmente surgiu quando o setor industrial era o grande motor do desenvolvimento capitalista. O principal argumento, hoje, contra tal expressão, que reconhece o turismo enquanto um tipo de indústria, reside no fato das “sociedades

modernas se encaminharem para serem sociedades de serviços, onde a complexidade é múltipla e nas quais há maior potencial de geração de empregos”. (*Ibidem*, p. 84).

O reconhecimento da atividade turística como indutora de desenvolvimento é desfeito no que Lemos (2001) intitula de o “mito do investimento”. Após argumentar contra a visão lúdica que existe sobre a ausência de investimento no turismo, o autor deixa claro que, desde 1930 até o presente momento, “[...] o elemento propulsor do crescimento econômico foi a industrialização – na qual, como vimos, o turismo não está incluído” (*Ibidem*, p. 85). Dessa forma, o turismo, por ele mesmo, não é capaz de gerar desenvolvimento ou, como lembra Araújo (1998, p. 368), “não são as condições de estabelecimento do turismo que propiciam o desenvolvimento de um país, região ou localidade, mas exatamente o desenvolvimento deste, que as torna possíveis”. Como reafirma Ouriques (2008, p. 10),

[...] não seria o turismo que, por si só, leva ao desenvolvimento, mas é o desenvolvimento econômico, como processo de expansão geral de uma dada economia (isto é, expansão da indústria, da agricultura, dos serviços..), que proporciona as condições para que o turismo se desenvolva.

O mito denominado “o turismo traz desenvolvimento econômico” reforça, então, o argumento contra a ideia predominante em diversos estudos e propagandas que afirmam que o turismo é capaz de trazer desenvolvimento. Na concepção de Lemos (2001, p. 89), seria inadequado sustentar esta afirmação, uma vez que o desenvolvimento econômico define-se como algo de maior complexidade, sendo: “o aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*, acompanhado da melhoria do padrão de vida da população, e alterações fundamentais na estrutura de sua economia”. Haveria, ainda, segundo o autor, diversos obstáculos ao desenvolvimento – dificuldade de integrar toda população na economia nacional; isolamento social, cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas; o endividamento interno e externo das empresas da União, etc. – no qual a atividade turística, por si só, é incapaz de rearranjar todas estas variáveis para que houvesse a promoção do desenvolvimento econômico. Apresentados estes argumentos, o turismo representaria, na verdade, uma alternativa de crescimento econômico, consistindo em um aumento da produção de bens e de serviços que irão redundar no aumento do PNB (LEMOS, 2001). Falar em desenvolvimento econômico estimulado pelo turismo seria, então, um erro, já que a promoção do mesmo só se

torna possível com a articulação da atividade turística com as demais esferas da sociedade.

Este último mito, porém, abre espaço para se discutir acerca de duas expressões largamente utilizadas pelas obras que tratam do turismo sob a perspectiva do desenvolvimento: *desenvolvimento turístico* e *desenvolvimento do turismo*. Aparentemente essas expressões podem ser interpretadas enquanto sinônimas, já que comumente são utilizadas para se referir ao incremento da atividade, à expansão do turismo, ao aumento do fluxo turístico, ao aumento da demanda por um determinado destino turístico ou mesmo ao crescimento das estatísticas (emprego, geração de renda, investimentos previstos, etc.) que o turismo provoca. Contudo, assim como foi questionado por Lemos (2001), muitos países promovem o crescimento do turismo sem estimular seu desenvolvimento, em uma clara confusão da relação estabelecida entre ambos os termos⁷⁸.

Por outro lado, em certas análises, como a elaborada por Ireleno Benevides (1997), a distinção é feita a partir de exemplos práticos, das situações em que há o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento turístico. Na visão deste autor, citando, o exemplo do Pontal do Paranapanema (São Paulo), área que apresentava longa prostração econômica e com pequenas possibilidades de investimento, a introdução do turismo proporcionaria um papel atenuador desta realidade, por meio de políticas compensatórias, aproveitando-se da existência de uma base agrária pouco transformada (BENEVIDES, 1997). Em virtude “das poucas possibilidades de diversificação da estrutura produtiva, incapaz de desencadear uma integração intra-regional, tal caso se resumiria no desenvolvimento do turismo na região” (*Ibidem*, p. 37).

Em contrapartida, no Vale do Ribeira (São Paulo/Paraná), área de pouco desenvolvimento e fortemente amparada por leis preservacionistas, Benevides (1997) ressalta que o turismo, apoiando-se em vantagens comparativas legadas às características do relevo cárstico, poderia constituir-se em uma atividade desencadeadora da referida integração. Para isso, o turismo assumiria “papel importante na geração de efeitos iniciais para o desenvolvimento regional” (ABLAS,

⁷⁸ Cabe ressaltar, que apesar da estreita relação existente entre os termos *desenvolvimento* e *crescimento econômico*, uma vez que se encontram imersos no paradigma do mercado e muitas vezes podem ser entendidos como meros sinônimos, nem todos os autores compartilham desta visão, havendo, assim aqueles que diferenciam ambos os fenômenos. Vide (SINGER, 1982; SOUZA, 1999; FURTADO, 1961; PREBISCH, 1950).

1991, p. 50). Este processo, na concepção de Benevides (1997, p. 38), constitui-se em um caso de desenvolvimento turístico da região que, por outro lado, por ser “proposto com intensidade significadamente impactante sobre a cultura e paisagens locais [...] tenderia contudo a engendrar o turismo tradicional de massa”.

Dentro do que foi apresentado pelo autor, percebe-se que a diferença estabelecida entre ambas as expressões reside no potencial, ou não, apresentado pela atividade turística, para a promoção da integração regional. A partir desta capacidade e em virtude das pré-condições apresentadas pela localidade, região ou país no qual o turismo será implementado, será possível, de acordo com esta abordagem, qualificar o desenvolvimento em relação ao turismo. Apesar desta diferenciação ser pouco utilizada pelos estudos que abordam o tema, ela contribui para se compreender, para além do vínculo estabelecido entre o desenvolvimento e o turismo, qual o desenvolvimento acarretado pelo mesmo.

Ainda que a suposta capacidade de gerar desenvolvimento por parte do turismo seja algo altamente questionável, é de suma importância, por outro lado, que se atente para os processos (econômico, social, ambiental, etc.) que a atividade turística pode desencadear. Acredita-se que esta medida pode vir a contribuir para tornar a compreensão acerca do turismo e de sua abordagem de desenvolvimento mais inteligível e precisa.

O que é de fundamental importância perceber, portanto, e do ponto de vista do desenvolvimento, é que o turismo, por se tratar de uma atividade altamente impactante pelos fluxos de pessoas que mobiliza e pelo dinheiro que gera, será tendencialmente bom ou ruim, dependendo: 1) do que se entenda por desenvolvimento; 2) da natureza do turismo em questão (seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos); 3) de quais grupos ou segmentos sociais específicos referentes à área de destino do fluxo turístico se esteja falando (SOUZA, 1997).

Avançando na análise iniciada no segundo capítulo, serão apresentados, a seguir, casos que abordam a relação entre a atividade turística e o desenvolvimento. Contudo, anteriormente ao estudo dos casos selecionados, optou-se por abordar e realizar uma breve análise sobre o PNT 2007 – 2010. Para se abordar o turismo a partir da perspectiva do desenvolvimento, faz-se necessário, então, tornar claros pontos considerados fundamentais e que usualmente são omitidos, em boa parte, dos estudos turísticos. O próprio PNT 2007 – 2010, que será abordado a seguir,

apresenta um alcance limitado, ao tocar de maneira pouco precisa nos três aspectos considerados por Souza (1997).

3.1.1 O Plano Nacional de Turismo (PNT 2007 – 2010) e suas estratégias de desenvolvimento

A proposta de uma breve análise acerca do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – *Uma Viagem de Inclusão* tem por intenção abordar de forma crítica as principais estratégias de desenvolvimento contidas no Plano e que se voltam ao incremento da atividade turística no Brasil. É possível observar também que o turismo, a partir do que se encontra expresso no PNT, assume, diversas vezes, o papel de parte integrante de uma estratégia geral para a promoção do desenvolvimento. O que se pretende, neste momento, é discutir novamente sobre a visão predominante acerca do turismo e de sua relação com o processo de desenvolvimento, dessa vez tomando como exemplo o PNT, enquanto documento de grande importância para o cenário turístico brasileiro. Deve-se deixar claro, por outro lado, que não é propósito deste trabalho encerrar a discussão em relação ao PNT, uma vez que este documento será abordado a partir de uma questão específica, deixando-se de lado outros tantos aspectos que ele pretende abarcar.

É sabido que o PNT atua como documento orientador para as políticas de turismo nas esferas estaduais e municipais, por meio do estabelecimento de diretrizes gerais, estratégias e medidas voltadas, sobretudo, para o estímulo ao mercado interno. A visão apresentada sobre o turismo, que se encontra presente no Plano, é marcada pelo destaque aos aspectos considerados positivos da atividade – em especial, os econômicos. O turismo é apresentado, de imediato, como o quinto principal produto na geração de divisas em moeda estrangeira para o Brasil, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis (BRASIL, 2007). O Plano busca evidenciar, portanto, com estes e tantos outros dados por ele apresentados⁷⁹, a suposta capacidade do turismo de induzir o crescimento ou impactar positivamente na aceleração do crescimento do país.

Ao turismo nacional é atribuído, assim, o papel de indutor do desenvolvimento e da geração de renda e emprego, em virtude do papel de destaque exercido por esta atividade na economia, sobretudo em economias de países em

⁷⁹ Ver, em especial, as páginas 20 a 39 do PNT. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/.

desenvolvimento (DIAS & AGUIAR, 2002; RABAHY, 2003). Por ser objetivo declarado do Plano fortalecer o mercado interno, a atividade turística consistiria em fonte principal de vigor e desempenho desse setor econômico.

O estímulo direcionado ao fortalecimento do turismo, internamente ao país, é, dessa maneira, altamente incentivado, por acreditar que o mesmo implica “em empregos, desenvolvimento e inclusão social” (BRASIL, 2007, p. 05). Cabe destacar que a inclusão social⁸⁰, a qual o Plano faz menção, refere-se à duas principais formas de inserção no mercado turístico e que se dariam nos âmbitos da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda; e do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno. Esta dinâmica de inclusão proporciona, então, o que o PNT chama de “círculo virtuoso”, que ao refletir diretamente no crescimento nacional, gera benefícios que “se distribuem por toda a sociedade e para todas as regiões do país”. (*Ibidem*, p. 14). É necessário atentar, no entanto, para a generalização contida nesta frase, que deixa claro a desconsideração quanto a um cenário inerente de disputa entre os diferentes grupos que se envolvem para a promoção do turismo.

Em uma mesma perspectiva, é afirmado que a construção do PNT, conforme expresso em seu texto de apresentação, é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos que se encontravam envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e de fazer do turismo um importante indutor da inclusão social (BRASIL, 2007). O turismo, portanto, é claramente reconhecido pelo seu potencial de promover inúmeros benefícios para uma localidade, região ou país, que investe em seu crescimento. Por outro lado, não é mencionado como se dá a divisão dos benefícios que ele pode vir a desencadear. Dessa maneira, são negligenciados, mais uma vez, os diversos interesses que se encontram em disputa e pressupõe-se, para isso, a existência de um ponto de concordância comum entre os grupos envolvidos. Porém, sabe-se que, na prática, isso não ocorre, assim como apontam Lohmann e Panosso Neto (2008, p. 118) acerca dos principais problemas enfrentados pelos organismos de turismo:

[...] embate entre os interesses da administração pública e a dos organismos privados que, apesar de, na maioria das vezes estarem

⁸⁰ Acerca do tema da inclusão social e do turismo, ver: SANCHO, Altair P. V. dos. *Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

direcionados para um mesmo objetivo e fim, não conseguem chegar a um acordo sobre como poderão cooperar um com o outro.

Além do recorrente papel de “alavanca” do desenvolvimento atribuído ao turismo pelo PNT, também é vinculado à atividade o estímulo à expansão da infraestrutura brasileira, reforçado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁸¹. Isto ocorre uma vez que o aumento do turismo influi diretamente na construção de novos espaços para atender a esta crescente demanda. As próprias metas e os macroprogramas expressos no Plano são entendidos, nesse sentido, como partes integrantes do PAC.

O PNT, assim como outros estudos que buscam analisar o turismo e sua inter-relação com as esferas econômica, social e ambiental da sociedade, segue claramente a visão sistêmica, além de estar estruturado a partir de uma gestão descentralizada e participativa (LOHMANN & PANOSSO NETO, 2008). Apesar da clara referência à perspectiva sistêmica a partir da qual o Plano foi baseado, destaca-se o forte caráter economicista presente em todo o seu conteúdo. De forma geral, o Plano apoia-se em três principais medidas, para que o turismo alcance uma posição de destaque no PIB brasileiro e traga o tão desejado retorno econômico ao país: a descentralização, a gestão participativa e a promoção do Brasil no exterior. No que tange, em especial, à gestão descentralizada, concebida pelo PNT e implementada pelo Ministério do Turismo, Lohmann e Panosso Neto (2008, p. 54) ressaltam que é prevista a construção de um modelo que “integre as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, por meio da criação de ambiente e reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais [...]”.

À criação do Ministério do Turismo⁸², em janeiro de 2003, é atribuído o “salto de qualidade” dado pelo turismo brasileiro, reconhecido, inclusive, pelo governo federal, como uma das principais atividades econômicas do país (BRASIL, 2007). O Ministério do Turismo se orienta, assim, por meio das diretrizes definidas pelo PNT, que estruturam um conjunto articulado de macroprogramas e programas que,

⁸¹ O PAC, lançado em 28 de janeiro de 2007, consiste em um programa do Governo Federal, que engloba um conjunto de políticas econômicas, com objetivo de acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia, recursos hídricos, entre outros. Ver: <http://www.brasil.gov.br/pac>

⁸² O Ministério do Turismo foi criado como pasta autônoma em 1º de janeiro de 2003, por meio da Medida Provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Anteriormente suas atividades eram desempenhadas pelo Ministério do Esporte e Turismo (Medida Provisória nº 2.216-37/2001). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>

alinhados com os Programas e Ações do Plano Plurianual do Governo, estabelecem as condições para sua efetivação no âmbito do governo federal (LOHMANN & PANOSSO NETO, 2008). A partir das estratégias definidas nos macroprogramas do PNT 2007/2010, espera-se que o turismo vá “passo a passo ocupando a posição que todos sempre aguardaram desse setor: o de importante ator na economia nacional, seja pela sua marcante participação no PIB, seja como forte mercado empregador” (BRASIL, 2007, p. 08).

A principal estratégia para se atingir a promoção do desenvolvimento a partir do incentivo voltado ao turismo interno consiste em colocar o “lazer turístico na cesta de consumo da família brasileira” (BRASIL, 2007, p. 05). Para tanto, o Plano prevê como medidas necessárias para se atingir este objetivo assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens com condições facilitadas, além de investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e, ainda, assegurar as condições necessárias para a promoção do destino turístico brasileiro no exterior.

A enorme importância atribuída ao turismo na economia nacional é, então, aspecto amplamente reforçado e reafirmado por meio do PNT. A função exercida pelo turismo, neste contexto, é apontada como essencial para o conjunto da economia, por atuar como fator que “aciona uma gigantesca engrenagem de oportunidades de trabalho e renda em diferentes pontos do nosso território” (*Ibidem*, p. 05). Nesse sentido, o turismo é visto, definitivamente, como fator de desenvolvimento regional e de aceleração do crescimento econômico. O próprio PNT (2007, p. 15) deixa claro que o governo federal, ao considerar os bons resultados da atividade, busca priorizar o desenvolvimento do turismo em razão dos seguintes fatores:

- o turismo é um multiplicador do crescimento, sempre acima dos índices médios de crescimento econômico;
- o turismo é intensivo em mão de obra, com impactos positivos na redução da violência no país;
- o turismo é uma porta de entrada para os jovens com diferentes níveis de qualificação no mercado de trabalho;
- o turismo ajuda a fortalecer a identidade do povo e contribui para a paz ao integrar diferentes culturas.

Apesar da grande abrangência descrita ao longo destes quatro fatores, deve-se notar, enquanto traço comum, a predominância de uma visão extremamente positiva e otimista em relação aos benefícios proporcionados pela atividade turística. Pouco,

porém, se diz sobre como é possível atingir estes objetivos, além da possibilidade da existência de impactos negativos desencadeados pelo turismo.

O desenvolvimento do turismo no país passa, então, segundo o PNT, pelo estímulo ao crescimento econômico, que, por sua vez, contribui também para o próprio crescimento do turismo. Os investimentos previstos em infraestrutura e as medidas de incentivo ao investimento privado, conforme planejadas pelo governo federal, “propiciariam as condições necessárias para a consolidação do turismo como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2007, p. 19). A importância da atividade turística como indutora do desenvolvimento é, portanto, fator recorrente ao longo do Plano, que, inclusive, classifica o turismo como um “poderoso instrumento de aceleração do desenvolvimento nos níveis local, regional e nacional” (*Ibidem*, p. 57). Segundo as metas traçadas pelo PNT, o desenvolvimento do turismo no quadriênio 2007/2010 teria uma grande repercussão no desenvolvimento socioeconômico do país, ressaltando, para tanto, a geração de US\$25,3 bilhões em divisas e a criação de 1,7 milhão de novos empregos e ocupações⁸³. As principais contribuições advindas do turismo se encontram basicamente em dois principais fatores, já mencionados: geração de grande volume de divisas, possivelmente concentradas em alguns poucos setores da sociedade e a geração de empregos, sem discutir, no entanto, a precariedade que normalmente é a tônica da grande maioria das atividades do turismo (OURIQUES, 2008).

Ao buscar debater sobre o desenvolvimento a partir da visão predominante nos estudos de turismo, assim como a que se encontra expressa no PNT, que possui, ainda, um forte caráter político, depara-se, novamente, com o uso indiscriminado e pouco reflexivo da palavra *desenvolvimento*, que visivelmente tem seu significado desgastado diante de tantos usos e relações, seja com o turismo ou com o processo de desenvolvimento em si. Apesar das inúmeras menções ao desenvolvimento quando associado ao incremento do turismo no país, pouco se qualifica este desenvolvimento ou mesmo caracteriza-o no intuito de se compreender, de forma

⁸³ Segundo dados recentes do Ministério do Turismo, os empresários ligados ao setor turístico obtiveram um aumento de cerca de 14,6% em suas receitas no ano de 2010. Em pesquisa divulgada no último trimestre de 2010, constatou-se que nesse ano houve um significativo aumento dos desembarques domésticos (20,82%), internacionais (21,37%) e da receita cambial - gastos de turistas no Brasil - (51,51%), comparado ao ano de 2009. O otimismo do setor de turismo para o período atual deve-se, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (março de 2010), tanto do crescimento econômico do país como da promoção obtida com a escolha do Brasil para organizar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Disponível em: < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>>.

precisa, quais os grupos que serão ou que não serão beneficiados. Araújo (1998) chama atenção, ainda, para o fato de que grande parte dos planos de desenvolvimento do turismo não contemplam a importância das políticas sociais necessárias ao desenvolvimento econômico de uma região. Esta ausência, na visão do autor, faz com que se tenha uma postura pessimista em torno dos reais benefícios que a promoção do turismo possa gerar, bem como da divisão dos mesmos.

Torna-se evidente que o PNT aborda o turismo e o desenvolvimento focando, sobremaneira, em seus impactos e desdobramentos econômicos, ainda que se utilize de conceitos atuais e correntes na sociedade, como “desenvolvimento sustentável” e “participação popular”. Apesar do PNT expressar o modelo de desenvolvimento geral, como aquele que busca contemplar e harmonizar a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e redução da desigualdade social, as metas⁸⁴ propostas para o turismo no período de 2007-2010 deixam claro o foco principal e imediato que se busca com o estímulo ao turismo: o crescimento econômico.

Não há como negar, por outro lado, que o turismo de fato possui um evidente potencial para a geração de inúmeros benefícios, em especial, de cunho econômico, como a geração de renda e divisas, além dos empregos que essa atividade cria, dado seu efeito multiplicador em diversas estruturas da economia. Conforme lembra Trigo (2003, p. 102), é “evidente que o turismo tem uma importância econômica muito grande e que as tendências mercadológicas precisam ser levadas em conta”.

Contudo, para além da exaltação e idealização destas capacidades do turismo, é preciso atentar que estas abordagens não devem vir desacompanhadas de informações que acrescentem conteúdo crítico ao turismo e à sua análise. Muito mais que afirmar que o turismo gera divisas e estimula a criação de milhões de empregos, é necessário refletir sobre como os benefícios são compartilhados pelos diversos interesses, atores, ações e estratégias em jogo, bem como quais são os empregos gerados e se eles de fato conseguem modificar a qualidade de vida das populações carentes que se inserem neste mercado. Nesse sentido, Araújo (1998, p. 371) já se mostrava preocupado com a ausência ou a omissão de certas verdades que desmistificam e acrescentam os verdadeiros limites da atividade turística:

⁸⁴ Ver p. 37 do Plano Nacional de Turismo.

Admitimos que a geração de renda, não significa necessariamente a sua distribuição entre as camadas mais necessitadas, e que os empregos gerados, não sinalizam com a possibilidade de ascensão profissional a cargos de gerência, de redução das jornadas de trabalho, de minimização dos efeitos da sazonalidade de ocupação, de estabilidade no emprego, de regulamentação do mercado informal, nem tampouco parecem existir políticas sociais dentro do planejamento da atividade pelos organismos oficiais ou pelas empresas privadas, que evitem o subemprego e o abandono de atividade tradicionais, pesca e agriculturas nas localidades turísticas.

Deve-se lembrar, também, que o turismo é um fenômeno social, político, cultural e ambiental e que a consideração de apenas uma faceta dessa atividade tão complexa e dinâmica pode “causar graves problemas para a implantação e o desenvolvimento de um turismo articulado com outras atividades da economia, que seja sustentável e duradouro” (TRIGO & PANOSSO NETTO, 2003, p. 102).

Conforme acrescenta Charley Silva (2004, p. 20), somente a partir “da crítica do discurso será possível pensar num desenvolvimento mais harmonioso, menos impactante, mas nunca sem custos, sejam eles naturais, socioculturais ou político-econômicos”.

O turismo, dentro do contexto apresentado no PNT, é, portanto, compreendido como uma estratégia de desenvolvimento apropriada pelo projeto político atual, que se converte em diversas ações e programas e que objetivam desencadear processos que irão impactar de forma positiva no futuro (REIS, 2004). Enquanto uma estratégia para a promoção do desenvolvimento, o turismo, a partir da maneira como o PNT o compreende e propõe inúmeras medidas voltadas para o seu incremento, se encontra diretamente ligado ao projeto político atualmente vigente.

Dando prosseguimento à análise da relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento, busca-se, a seguir, a partir dos estudos de casos selecionados, refletir por meio de uma visão crítica, o vínculo fixado entre ambos os elementos, buscando assim, contribuir para a conformação do debate “epistemológico” do Turismo.

3.2 Estudos de casos: análise da relação turismo e desenvolvimento

Nesta seção, objetiva-se dar ao presente trabalho e à discussão elaborada acerca da relação entre o turismo e o desenvolvimento um caráter empírico, por meio da análise de quatro casos e suas propostas de turismo realizadas no Brasil. Nesse sentido, foram selecionados estudos que discutem o turismo, chamando

atenção para o seu papel frente ao processo de desenvolvimento. Ou seja, foram escolhidos estudos que, além de apresentarem casos reais de promoção da atividade turística em um determinado lugar, por exemplo, buscam relacionar o turismo a uma possibilidade de promover o desenvolvimento em uma dada realidade.

Reafirma-se que, apesar da identificação prévia de três enfoques de desenvolvimento extraídas anteriormente da literatura de turismo, buscou-se, neste momento, discutir os casos de forma livre, sem associá-los, a princípio, a qualquer uma dessas abordagens. Dessa forma, o único critério utilizado para a escolha de tais estudos foi o fato dos mesmos relacionarem, direta ou indiretamente, o turismo e sua promoção ao tema do desenvolvimento.

Vale apontar, conforme discutido nos dois primeiros capítulos e anteriormente à apresentação dos casos, que o turismo é capaz de contribuir tanto positiva quanto negativamente para uma área (região, lugar, país). Por outro lado, segundo Martins (2002, p. 106), é necessário ressaltar que os impactos associados à promoção do turismo, sejam eles positivos ou negativos, encontram-se atrelados à forma como

o processo de desenvolvimento da atividade é conduzido, e que, essencialmente, ele é dependente da atuação equilibrada dos diversos atores presentes no fenômeno turístico, devendo observar o que as políticas que conduzem a atividade definem como viável para sua instalação.

Dessa maneira, deve-se atentar para a relação estabelecida entre o processo de promoção do turismo, que inclui as políticas voltadas para sua implementação (por exemplo, se visam ou não à participação equitativa dos diversos segmentos envolvidos), e o processo de desenvolvimento desencadeado por ele, com a possibilidade de ser benéfico ou maléfico para a localidade envolvida, em especial para a comunidade receptora.

Outro ponto de interesse e que recorrentemente é abordado nos estudos de turismo, inclusive nos que aqui serão analisados, refere-se à crítica e à construção de iniciativas que buscam superar alguns traços identificados como perversos no modelo atual e preponderante de turismo. Assim como exposto no documento “Um outro turismo é possível”,⁸⁵ grande parte das propostas que buscam outro modelo de

⁸⁵ A publicação “Um outro turismo é possível: reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico” originou-se de uma série de eventos realizados no V Fórum Social Mundial que ocorreu na cidade de Porto Alegre, Brasil, em janeiro de 2005. As entidades Instituto Terramar e Associação Alternativa Terrazul do Brasil, Ecumenical Coalition Tourism (ECOT)

atividade turística e que, conseqüentemente, impactam em uma nova percepção de desenvolvimento, buscam superar velhas características do modelo tradicional de turismo, como as desigualdades de gênero, a degradação ambiental e as situações precárias de trabalho geradas pela atividade.

Neste mesmo documento, foram destacadas experiências de vários países que atuam na construção de um modelo “alternativo” de desenvolvimento turístico inspirado no protagonismo das comunidades locais (NEUHAUS & SILVA, 2006). Baseado neste documento, citam-se iniciativas bem-sucedidas no Nordeste brasileiro e no Equador, que são, inclusive, associadas à construção de um novo “paradigma de turismo sustentável”, no qual as comunidades dos destinos, segundo Esther Neuhaus e Jefferson Souza da Silva (2006, p. 06), “realizam o planejamento, a execução e o monitoramento das atividades turísticas e conseguem gerar renda complementar e desenvolvimento socioeconômico”. Este novo modelo de turismo, normalmente identificado como sustentável, comunitário ou como de base local, conforme já visto, associa-se, assim, a uma proposta de desenvolvimento também denominada alternativa e que normalmente também leva os mesmos adjetivos que qualificam a atividade turística. Nesta relação, orientações e princípios destes diferentes tipos de desenvolvimento inspiram e orientam as propostas alternativas de turismo frente ao turismo convencional.

A partir dos casos selecionados e que tratam de algumas das propostas ditas alternativas de turismo será possível, também, identificar as principais características e princípios norteadores destes modelos. Contudo, independente da nomenclatura utilizada para se designar e qualificar o turismo, intenta-se, com a abordagem dos estudos de caso, refletir sobre qual a relação fixada entre o turismo e o desenvolvimento, que se espera com a sua promoção.

da China, Equations da Índia e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) organizaram cinco seminários destinados a denunciar o modelo atual de turismo caracterizado por desigualdades de gênero, degradação ambiental e situações precárias de trabalho, e ao mesmo tempo apontar alternativas para a construção de um novo modelo de turismo baseado na sustentabilidade socioambiental.

3.2.1 O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade Barro Vermelho – Parnaíba/PI⁸⁶

O primeiro dos casos escolhidos para balizar esta pesquisa foi retirado dos anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável,⁸⁷ ocorrido em maio de 2008, na cidade de Fortaleza/CE. O evento tinha como tônica principal a discussão em torno da construção de um novo modelo de turismo que fosse distinto da proposta tradicional da atividade. A análise do caso da comunidade⁸⁸ do Barro Vermelho, localizada no município de Parnaíba/PI, região nordeste do Brasil, baseia-se no estudo dos acadêmicos Antônio Ciro Neves do Nascimento (2008) e Jairon Costa Carvalho (2008), publicado sob a forma de artigo no referido seminário.

A comunidade do Barro Vermelho, conforme apresentado pelos pesquisadores, localiza-se na divisa entre os municípios de Parnaíba e Ilha Grande do Piauí, no norte do estado, cerca de 340 km da capital Teresina. A área ocupada pela comunidade é caracterizada como “esquecida”, em virtude da precariedade e ausência de serviços públicos considerados essenciais, como saneamento básico, água potável, coleta de lixo e segurança pública, que não são ofertados por ambos os municípios.

Com aproximadamente setecentos habitantes, a localidade está intimamente ligada ao roteiro turístico da região, uma vez que dá acesso ao delta do rio Parnaíba. A população sobrevive, sobretudo, da prática da agricultura de subsistência, da pesca provinciana e da produção de artesanato decorativo e utilitário, utilizando-se da carnaúba como principal matéria-prima. Os autores apontam que vem sendo observado na localidade o crescimento desenfreado do turismo de massa, o que representa uma constante preocupação. Nesse sentido, Nascimento e Carvalho (2008, p. 08) fazem questão de frisar que o turismo caracterizado como tradicional

⁸⁶ O título do presente tópico reproduz o título original do artigo em análise. Ver: NASCIMENTO, Antônio Ciro N.; CARVALHO, Jairon Costa. *O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade do Barro Vermelho – Parnaíba/PI*. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008, FORTALEZA. ANAIS II SITS, 2008.

⁸⁷ O II Seminário Internacional de Turismo Sustentável ocorreu no ano de 2008 em Fortaleza e deu continuidade ao processo de construção de um novo modelo de turismo iniciado em 2003, quando ocorreu o I SITS, também em Fortaleza. O objetivo do Seminário consistiu em apresentar o turismo comunitário como estratégia de afirmação da cultura das populações tradicionais, da preservação ambiental e da economia solidária; dar visibilidade ao debate acerca dos impactos do turismo convencional e promover o intercâmbio e articulação em rede de experiências de turismo desenvolvido a partir das abordagens de turismo comunitário, solidário e sustentável.

⁸⁸ O conceito de *comunidade*, que será amplamente citado nesta seção, aborda de uma forma geral pontos que são coincidentes à maioria das definições de comunidade, que se relaciona à partilha de um espaço físico, relações e laços comuns, e interação social. Para uma ampla abordagem deste conceito, ver: <<http://apedc.livreforum.com/t12-conceito-de-comunidade>>.

ou de massa, na maioria das vezes, “não desenvolve e nem valoriza a cultura local, e vem sempre acompanhado pelo aumento da criminalidade, introdução de drogas e exploração de crianças e adolescentes, inclusive sexualmente”. A percepção do turismo tradicional com tais características consiste em uma das principais razões para a formulação de novos modelos da atividade turística, que busquem minimizar os impactos negativos e proporcionar uma nova lógica de promoção e exploração do turismo.

Contudo, cabe observar que essa visão tendenciosa e determinante que opõe o turismo tradicional ao turismo de base local ou ao turismo comunitário confere à análise um caráter dicotômico e exageradamente simplificado, na medida em que dá a impressão de que aspectos positivos e negativos do turismo são facilmente separáveis e mecanicamente associáveis ao tipo de turismo promovido.

Em linhas gerais, o artigo foca sua análise na possibilidade de promoção de um turismo distinto de seu formato tradicional, inspirado em propostas como as denominadas de base local ou comunitárias. Para tanto, é ressaltado que, a partir da existência da Associação Artesanal do Barro Vermelho, a comunidade articula, dentro de sua própria estrutura, caminhos para possibilitar o desenvolvimento local. Ou seja, a comunidade apresenta características que poderiam propiciar a promoção de um turismo que se baseia na participação e organização dos próprios moradores daquele local.

Nesse sentido, Nascimento e Carvalho (2008, p. 03) caracterizam o turismo de base local enquanto um processo de crescimento e transformação estrutural que conduz a “uma melhora do bem-estar da população local, sendo ela capaz de liderar este processo [...]”. O turismo comunitário, por sua vez, é identificado como aquele que é desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser, ao mesmo tempo, articuladores e construtores da cadeia produtiva, na qual “a renda e o lucro permanecem na comunidade contribuindo para a melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento turístico” (NASCIMENTO & CARVALHO, 2008, p. 07). É válido notar que, apesar do uso por parte dos autores de dois tipos distintos de turismo, identificados enquanto propostas alternativas, a nomenclatura utilizada, que se refere ao turismo comunitário e de base local, por diversas vezes diz respeito à mesma ideia, tornando desnecessária, assim, esta diferenciação.

Outro ponto destacado pelos autores e que diferencia a comunidade do Barro Vermelho das demais da mesma região consiste na participação e auxílio de turistas italianos na elaboração de projetos responsáveis por diversos benefícios direcionados àquela localidade. Vale citar a Escola Aberta Michele Massimiliano Marco Pingio, que atende crianças e adolescentes da comunidade, e o intercâmbio cultural entre Itália e Brasil, que visa promover a troca de experiência entre culturas diferentes, bem como o desenvolvimento da região (NASCIMENTO & CARVALHO, 2008). Na visão dos autores, por meio destes projetos, que possibilitam um contato direto entre comunidade e turistas, é possível fomentar um turismo comunitário, solidário e consciente.

No intuito de defender o enfoque representado pelo desenvolvimento de base local, os autores ressaltam a imensa área territorial brasileira, assim como sua expressiva desigualdade social. Nesse contexto, o turismo – em específico o turismo de base local – é apontado como “um poderoso aliado para a diminuição ou pelo menos o encurtamento da distância social” (NASCIMENTO & CARVALHO, 2008, p. 05). Essa suposta capacidade do turismo de base local é abordada, inclusive, de forma consensual em outros estudos⁸⁹ que tratam e defendem esse modelo da atividade.

Por meio do estímulo ao desenvolvimento local, os autores acreditam ser possível construir uma realidade territorial nova, que se origina da ação contínua das forças internas deste mesmo processo. Lembrando que, conforme visto acima na proposta de turismo de base local, o desenvolvimento local caracteriza-se por um processo de crescimento e transformação estrutural, que se utiliza de um potencial de desenvolvimento existente no território para conduzir a uma melhoria para a população local. Deste processo, Nascimento e Carvalho (2008, p. 05) reiteram que emerge, então, “a necessidade de uma articulação interna, estimulando a inovação social na medida em que são incentivados projetos locais que conduzem ao crescimento”. Fica claro que o turismo, por se basear na exploração das características, sobretudo paisagísticas e culturais de um dado destino, transformando-o em produto turístico, é visto como uma meio capaz de estimular o

⁸⁹ Ver, por exemplo: MARTINS, Regina Andréa; RIBEIRO, Marcos Roberto Moreira UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *O desenvolvimento local : políticas públicas e ação do turismo no povoado de Lapinha, município de Santana do Riacho - MG.* 2002. 123 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia.

desenvolvimento em nível local, produzindo uma consequente melhora para o mesmo.

Ao tratar do desenvolvimento local associado à atividade turística, no entanto, os autores se utilizam também do conceito de desenvolvimento local trabalhado por Ladislau Dowbor.⁹⁰ Nesta perspectiva, Dowbor (2008), citado por Nascimento e Carvalho (2008, p. 06), salienta que

para se pensar em desenvolvimento local a centralidade dos aspectos econômicos não pode ser abandonada, mas do ponto de vista da promoção da cidadania, só é aceitável uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e da maioria como ponto central convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos.

É interessante notar que essa visão acerca do desenvolvimento se aproxima do conceito de desenvolvimento como liberdade trabalhado por Sen (2000), conforme já apresentado. Pode-se perceber que esse enfoque de desenvolvimento, apesar de contemplar aspectos como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição de renda e democratização do acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia, não deixa de lado o forte caráter econômico representado pela atividade turística. Contudo, este é utilizado para se alcançar tais fatores, enquanto um meio que propicia a construção destes novos valores, assim como exposto na proposta de Sen (2000). Os autores enfatizam que não deverá ser aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

Por outro lado, é fundamental notar, conforme chama à atenção Reis (2005), que há uma sensível diferença entre o que é o desenvolvimento e o que ele deveria ser. Ou seja, a extensão de direitos iguais para todos os atores da sociedade é algo que deveria ser inerente à promoção do desenvolvimento, ainda que somente no âmbito contemplado pela atividade turística em um determinado lugar. Entretanto, o que tem se observado em sua prática, de uma forma geral, é um claro desequilíbrio de forças entre os grupos que se envolvem em sua exploração.

A construção de propostas alternativas de turismo, como as representadas pelo modelo de base local e comunitário, bem como da promoção de um desenvolvimento que possibilite uma melhora real na vida da comunidade envolvida, depende, porém, da construção de alguns elementos que possibilitem a promoção

⁹⁰ DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

desta abordagem de desenvolvimento. Conforme destacam os autores, referenciados pelo caso da comunidade do Barro Vermelho, é igualmente importante reforçar os meios e recursos para o desenvolvimento, como o capital humano (formação, ação cultural), seja ele da comunidade, voluntários ou turistas, a difusão da informação, os estímulos de atração do investimento ou a criação dos serviços de apoio à população para além dos de apoio à produção. Também é incluída a coesão social, com a integração na região, Estado e comunidade. Essas seriam, então, algumas das características a serem reforçadas na comunidade, no intuito de propiciar a promoção do desenvolvimento local.

A relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento, para os autores, ocorre, então, a partir do estímulo ao desenvolvimento na escala humana, como sendo aquele que privilegia e possibilita o despertar de potencialidades, assegurando subsistência, trabalho, educação e condições de uma vida digna a todos os cidadãos. A compreensão do desenvolvimento em sua escala humana significa “encontrar os caminhos para viabilizar o desenvolvimento local e o desenvolvimento do turismo, porque ambos têm o homem no centro da ação e o objetivo é a busca da satisfação humana” (NASCIMENTO & CARVALHO, 2008, p. 06). O que cabe questionar, no entanto, é se de fato ambos os processos, tanto do desenvolvimento do turismo quanto do desenvolvimento local, são necessariamente convergentes. O desenvolvimento do turismo, por si só, é capaz de estimular o desenvolvimento local, em toda sua abrangência, assim como colocado pelos autores?

Ainda que não haja respostas imediatas para tais questionamentos, é de grande importância atentar para a forma como o turismo é compreendido e trabalhado, tendo como pano de fundo um caso real. Prosseguindo na análise do papel que o turismo poderia vir a desempenhar para a comunidade do Barro Vermelho, é destacada a contribuição representada pela associação artesanal da localidade, dada a representatividade e a coesão social que ela promove. A associação apresenta como objetivo geral a sensibilização da comunidade quanto à importância da produção artesanal, da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, da convivência social e da solidariedade humana por meio do ecoartesanato para promover a geração de renda na comunidade, da inclusão social e do resgate da cidadania para toda a família (NASCIMENTO & CARVALHO, 2008). Juntamente com este objetivo principal, a associação possui como projetos específicos: a) a realização do diagnóstico socioambiental, o desenvolvimento do turismo de base comunitária e o artesanato de

barro e carnaúba; b) a geração de renda e emprego para a comunidade, com o desenvolvimento de um pólo regional de produção; c) a melhora da qualidade de vida da comunidade, por meio de um programa de educação ambiental, e, d) a melhoria da produção artesanal, a partir do associativismo e cooperativismo.

Diante dos objetivos almejados pela Associação Artesanal do Barro Vermelho, percebe-se que, ao mesmo tempo em que primeiramente é atribuída ao turismo uma capacidade de promover o desenvolvimento que muitas vezes foge à sua própria funcionalidade, é mais bem delimitado, agora, o seu estímulo enquanto um objetivo secundário, juntamente com outros projetos, cujos fins visam o bem estar daquela população. A promoção e desenvolvimento do turismo se tornaram, assim, mais um objetivo dentre os vários que foram eleitos para se atingir o que se entende e espera como desenvolvimento local para a comunidade. Cabe lembrar que, como debatido no segundo capítulo, em especial na análise acerca dos sete mitos realizada por Lemos (2001), o turismo, por si só, não é capaz de promover o desenvolvimento. Porém, a partir de uma série de estratégias e medidas voltadas para o desenvolvimento, que muitas vezes incluem a própria atividade turística, é possível observar um claro estímulo direcionado ao incremento do turismo.

Ao final, fica perceptível, por parte dos autores, que há mudanças claras quanto a rendimentos no nível de vida e na estrutura socioeconômica da população do local onde o turismo é promovido. O surgimento de novas atividades, ritmos de trabalho e distribuição de renda configuram aspectos positivos na exploração do turismo comunitário (NASCIMENTO & CARVALHO, 2008). O turismo, nesse contexto, é apontado como fator de desenvolvimento, sendo reconhecido como capaz de possibilitar o desenvolvimento em escala local e produzir a respectiva melhoria na vida da população envolvida no processo.

No entanto, mais uma vez, o que é necessário refletir é se essa dinâmica citada pelos autores e associada ao turismo comunitário e de base local não seria recorrente, também, em outros modelos e tipologias de turismo.

3.2.2 O turismo como propulsor para o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades: um estudo da utilização da Lagoa do Cajueiro, localizada nos municípios de Joaquim Pires e Luzilândia (PI), pelas suas comunidades do entorno⁹¹

A análise do presente caso, também oriundo do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, tem como proposta o estudo do turismo enquanto uma possibilidade de promover o desenvolvimento, intitulado agora de sustentável, dentro do contexto das pequenas localidades. Para tanto, baseou-se no trabalho realizado pelos pesquisadores Gracimar Sousa Cunha Tavares (2008) e José Luis Lopes Araújo (2008), no qual foi analisada a possibilidade do uso turístico da Lagoa do Cajueiro, localizada entre os municípios de Joaquim Pires e Luzilândia, no Piauí, como meio para promover o *desenvolvimento sustentável* naquele lugar. A pesquisa, que, no momento da produção do artigo, se encontrava em um estágio inicial, buscava, também, verificar a percepção das comunidades do entorno da lagoa quanto ao seu papel no processo de promoção do turismo na região, além de ter como objetivo específico identificar as possibilidades e limitações do atrativo para a atividade turística.

A Lagoa do Cajueiro possui uma extensão total de 17km², que abrange, em sua maior parte, a zona rural do município de Luzilândia. A maior área construída voltada para a prática de lazer, segundo Tavares e Araújo (2008), no entanto, encontra-se na zona urbana do município de Joaquim Pires. Esta área, que já é explorada turisticamente, possui um espaço denominado de “ilha”, no qual é relatada a existência de um restaurante, uma área para shows e o uso da lagoa voltado tanto para a comunidade local como para turistas que visitam a região.

Assim como no primeiro caso discutido anteriormente, o entorno da lagoa caracteriza-se pela situação de carência e precariedade das condições de vida da população local. Mais uma vez, é apontado, na visão de Tavares e Araújo (2008, p. 10), que “o desenvolvimento da atividade turística venha a contribuir para as comunidades que ali residem na medida em que ela possibilita alternativas econômicas, através de práticas de lazer, passeios, venda de produtos locais e hospedagem dos visitantes”. O estímulo à promoção do turismo, na ótica dos

⁹¹ O título do presente tópico reproduz o título original do artigo em análise. Ver: TAVARES, Gracimar Sousa Cunha; ARAÚJO, José Luis Lopes. O turismo como propulsor para o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades: um estudo da utilização da Lagoa do Cajueiro, localizada nos municípios de Joaquim Pires e Luzilândia (PI), pelas suas comunidades do entorno.

autores, consistiria, ainda, em uma forma de contribuir para se acelerar a instalação da energia elétrica para os moradores do entorno da Lagoa do Cajueiro.

O desenvolvimento do turismo, apesar de ser normalmente direcionado para atender à oferta que vem de fora do município, acaba por refletir nas condições de vida da população que reside no lugar. Sob tal ponto de vista, o turismo e o seu estímulo seriam capazes de resultar em uma ação de melhora para a qualidade de vida daquela comunidade. Contudo, vale refletir: seria este um típico exemplo de desenvolvimento gerado pelo turismo? O desenvolvimento do turismo pode ser equiparado ou mesmo confundido com o desenvolvimento gerado pelo turismo? Este exemplo se aproxima do que Benevides (1997) intitula de “desenvolvimento turístico”, conforme discutido no segundo capítulo? Esses seriam, assim, alguns dos questionamentos que surgem a partir da análise da relação entre o turismo e o desenvolvimento e que normalmente não são aprofundados. A simples distinção entre os significados relativos ao desenvolvimento do e ao desenvolvimento pelo turismo, portanto, consiste em algo pouco abordado e que, dessa forma, não contribui para um entendimento completo e mais claro acerca desta relação, produzindo uma lacuna muito importante na elaboração de uma epistemologia do Turismo.

Dando prosseguimento ao estudo do caso da Lagoa do Cajueiro, é exposto inicialmente que, em virtude do grande número de localidades nos estados brasileiros detentoras de recursos naturais e culturais expressivos, crescem consideravelmente as cidades que têm buscado no turismo uma solução para os problemas econômicos enfrentados atualmente. Os autores, por outro lado, deixam claro que apesar do consenso em torno dos benefícios econômicos trazidos pelo turismo, muitas dessas localidades “não se encontram preparadas para a elaboração de um plano de desenvolvimento da atividade turística responsável, sendo este visto como a única forma de manter a atividade equilibrada” (TAVARES & ARAUJO, 2008, p. 03). Assim, como apontado anteriormente, o planejamento conforme abordado pelos autores e corroborado por grande parte da literatura de turismo é visto como um pressuposto para o sucesso da atividade. Ou seja, restringem-se o “equilíbrio” e o bom funcionamento da atividade à construção de um plano de desenvolvimento que cumpra esta função.

Porém, ao se mencionar o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que se espera promover com a exploração do turismo na Lagoa do

Cajueiro, os autores, cientes da diversidade de definições existentes em torno do termo, questionam o seu uso. Segundo Tavares e Araújo (2008, p. 05), há numerosas possibilidades de se definir

[...] o desenvolvimento turístico sustentável, e todas adotam a forma de um conjunto, geralmente numeroso, de princípios que respeitam a complexidade do conceito, mas que dificultam sua compreensão, sobretudo por parte dos que atuam no âmbito do turismo.

Ao chamar atenção para a dificuldade que os agentes turísticos podem vir a ter na implantação dos princípios do desenvolvimento sustentável, muitas vezes em virtude da falta de precisão do termo, os autores destacam a confusão advinda do uso indiscriminado e pouco reflexivo deste conceito. No âmbito do turismo, sobretudo comercial, a utilização do termo *desenvolvimento sustentável* tornou-se um chavão e não raro agrega valor mais ao produto turístico do que à prática, que envolve a exploração e planejamento do destino em questão, de forma que Tavares e Araújo (2008) se preocupam em mencionar que o chamado *desenvolvimento sustentável* pode ter diferentes formas de compreensão e interpretação.

Nesse sentido, para uma parcela da sociedade, por exemplo, “o desenvolvimento local sustentável é obter crescimento econômico por meio de manejo mais racional dos recursos naturais e a utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes” (TAVARES & ARAUJO, 2008, p. 05). Outra percepção, por sua vez, encara o desenvolvimento sustentável, antes de tudo, como um

[...] projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos naturais. (*Ibidem*, 2008, p. 05)

Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento sustentável pode resultar em diferentes desdobramentos, dependendo da forma como o plano de desenvolvimento do turismo o interpreta e o coloca em prática no território. Porém, posicionando-se acima da nomenclatura representada pelo desenvolvimento sustentável, os autores citados salientam que o importante dentro do processo de promoção do turismo é o esforço integrado entre os diversos atores envolvidos, sejam eles residentes, turistas, governantes, empresários, operadores etc. Essa ação deve priorizar a busca pela integração entre os recursos naturais e culturais

num processo de planejamento, que, segundo os autores, deve estabelecer um desenvolvimento local que priorize as necessidades dos residentes e respeite os princípios básicos da sustentabilidade da atividade turística. Nessa linha, acredita-se que o turismo torna-se capaz de harmonizar os interesses econômicos com o respeito à natureza e às comunidades envolvidas.

Contudo, dados os diversos interesses dos grupos envolvidos, bem como as distintas capacidades de cada grupo em intervir no processo de promoção do turismo, a concretização deste modelo não se torna algo simples na prática, uma vez que depende da existência de fatores específicos, como apresentados no caso anterior (capital humano, coesão social, planejamento adequado, etc.).

No que se refere em especial ao planejamento, cabe citar, em paralelo, a discussão realizada por Jussara Maria da Silva (2004), que, semelhante ao caso da Lagoa do Cajueiro, analisa ações estratégicas para o turismo no município de Lavras/MG. A autora, assim como os demais analisados até então, concorda que a atividade turística gera benefícios para a comunidade nos locais onde se desenvolve, ressaltando, porém, a necessidade de um planejamento que “considere as características da região em que se localiza o pólo turístico, bem como o desenvolvimento sócio-econômico e o nível cultural de seu povo, como fatores imprescindíveis para o sucesso de um projeto” (SILVA, 2004, p. 11).

No entanto, é válido lembrar que um dos grandes problemas da elaboração e execução do planejamento conforme idealizado pelos autores de turismo é que raras são as vezes em que o poder público atua nesse processo de forma localizada, levando em consideração características específicas dos contextos em que estão inseridos os destinos. Os planos encomendados pelo poder público, conforme o já citado PNT 2007-2010, abarcam diretrizes gerais para a promoção do turismo que pouco incidem no local a ponto de provocar alguma mudança significativa que vá favorecer as comunidades. O que se observa é que quando o planejamento de fato considera as características locais e, dessa maneira, produz efeitos substanciais de mudança na qualidade de vida daquela população, geralmente, a própria comunidade é quem se encontra à frente deste processo, conforme será verificado no caso da praia do Batoque, no Ceará.

Direcionando o foco da discussão, em especial, para a relação turismo e desenvolvimento, os autores defendem que o desenvolvimento turístico, segundo

Dóris Ruschmann (1997, p. 64),⁹² “só deve ocorrer como conseqüência de uma política de planejamento cuidadosa – não calcada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação dos custos benefício”. É ressaltado, ainda, que o desenvolvimento turístico deve se estruturar sobre ideias e princípios de bem-estar e de felicidade das pessoas, aproximando-se, dessa maneira, do conceito de desenvolvimento local de Dowbor (2008), trabalhado no caso da comunidade do Barro Vermelho. No entanto, novamente, não fica evidente qual o verdadeiro significado e alcance da expressão “desenvolvimento turístico”. O que se deseja chamar atenção é para o fato de que não há uma distinção clara entre o desenvolvimento da atividade, enquanto um estímulo ao seu crescimento, e o processo de melhora que o turismo, em um contexto regional e integrado com outras esferas, poderia vir a reforçar.

O estudo resalta também que os problemas sociais, observados em contextos como o do entorno da Lagoa do Cajueiro, só poderão ser solucionados por meio da existência de uma economia forte e em crescimento, na qual o turismo possa contribuir para sua conformação (TAVARES & ARAUJO, 2008). A crença na capacidade do turismo em atrair divisas e, dessa maneira, acelerar o crescimento econômico de uma localidade é, portanto, novamente destacada.

Por estar em análise o estímulo ao desenvolvimento em pequenas localidades, os autores salientam que as chances de preservação e de desenvolvimento harmonioso são maiores em tais realidades. Acredita-se que, por se tratarem de contextos ainda passíveis de melhoras, sobretudo sociais e econômicas, e que, em contrapartida, possuem inúmeras condições que contribuem para o planejamento e controle do processo, o desenvolvimento seria mais facilmente desencadeado nestes contextos. Soma-se a esta realidade a existência de potencial turístico e um estágio ainda inicial de exploração e promoção da atividade, contribuindo para que o turismo seja idealizado como uma alternativa de renda capaz de amenizar as dificuldades enfrentadas. Por ainda se encontrar em um momento inicial de sua exploração, os autores apontam que este é um cenário propício à construção de uma gestão compartilhada e participativa, onde são priorizadas as necessidades mostradas pelas comunidades locais, focando na busca pelo seu bem-estar e pela conformação do “turismo sustentável”. Como a

⁹² RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

exploração da atividade turística se dá geralmente de forma desenfreada, obedecendo a um modelo excludente e que beneficia a poucos, é ressaltado que a construção de um processo participativo que envolva a comunidade deve ocorrer anteriormente à fase de desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, a abordagem de Tavares e Araújo (2008) traz como modelo ideal de turismo aquele que se espelha no desenvolvimento sustentável como orientação para o planejamento e a promoção da atividade. Para tanto, o desenvolvimento turístico sustentável, segundo os autores, seria aquele que “busca uma melhor qualidade de vida e uma alternativa na inserção da atividade turística como um meio de desenvolver pequenas localidades” (TAVARES & ARAÚJO, 2008, p. 07). No entanto, o estudo se questiona como seria possível convencer os habitantes da capacidade do destino de se desenvolver sustentavelmente e localmente por meio do turismo, bem como utilizar a atividade turística como uma forma de total aproveitamento dos recursos existentes, em paralelo com a sua conservação. Reafirma-se a posição de indutor do desenvolvimento, frequentemente associada ao turismo, ressaltando, nesta análise, porém, que o desenvolvimento a ser estimulado pelo turismo deverá respeitar um modelo sustentável da atividade, sobretudo no que diz respeito a sua forma de promoção e partilha dos benefícios gerados entre os envolvidos.

Contudo, baseando-se na opinião dos críticos da ideia representada pelo desenvolvimento sustentável, isso consistiria em uma contradição, ao se equiparar a “crescimento sustentado”. Lembrando que, sob este ponto de vista, o único tipo de desenvolvimento sustentável seria o desenvolvimento com crescimento zero, único que respeitaria as capacidades de regeneração e assimilação do ecossistema.

A análise deste caso teve como objetivo, então, ao abordar o estudo do desenvolvimento do turismo em pequenas localidades, adotando a Lagoa do Cajueiro e a população do seu entorno como exemplo, verificar a possibilidade de estimular o desenvolvimento sustentável neste contexto. Assim, ao turismo foi associada a capacidade de promover o desenvolvimento e, dessa maneira, proporcionar uma melhora para a comunidade envolvida no processo. Entretanto, cabe ressaltar novamente que o constante uso das expressões “desenvolvimento do turismo” e “desenvolvimento turístico”, ainda que associadas à abordagem sustentável de desenvolvimento, não tornam claro qual a relação estabelecida entre ambos os elementos. Não foi possível determinar, apesar da menção em certos

momentos aos efeitos desencadeados pela exploração do turismo, se o desenvolvimento da atividade, conforme apresentado pelo caso analisado, leva em consideração o desenvolvimento gerado pela atividade turística.

Assim, Tavares e Araújo (2008, p. 11), ao finalizarem o estudo afirmando que “as comunidades se mostram atualmente numa aceitação favorável para o desenvolvimento do turismo”, deixam em aberto qual o desdobramento estimulado a partir deste processo. A própria comunidade, muitas vezes, não se encontra consciente desta relação, uma vez que desenvolver o turismo parece redundar em gerar desenvolvimento e, dessa maneira, diversos benefícios para a mesma, o que, muitas vezes, não acontece na realidade. A vinculação do turismo ao desenvolvimento sustentável, ainda que oriente os pressupostos de planejamento e promoção desta atividade, não determina, portanto, a qualidade do desenvolvimento relacionado.

3.2.3 Limites e potencialidades no uso do turismo como instrumento de desenvolvimento: um estudo de caso no município de Carrancas-MG⁹³

O terceiro caso a ser discutido traz em seu conteúdo uma interessante análise acerca do turismo e de sua relação com o desenvolvimento, tomando como estudo de caso o município de Carrancas, em Minas Gerais. A menção à possibilidade do uso do turismo enquanto um “instrumento de desenvolvimento” é destacada logo no título da dissertação elaborada pela pesquisadora Cristiane Ferreira Rezende (2004). Baseado neste estudo, espera-se dar prosseguimento às reflexões iniciadas anteriormente e explicitadas a partir do primeiro caso abordado.

Em linhas gerais, a pesquisa realizada por Rezende (2004) possui como objetivo principal verificar, por meio da abordagem fenomenológica,⁹⁴ se, na percepção dos atores sociais entrevistados, o turismo contribuiu para o processo de desenvolvimento do município de Carrancas - MG. Paralelamente, buscou-se também identificar os impactos positivos e negativos da atividade turística no

⁹³ O título do presente tópico reproduz o título original da dissertação em análise. Ver: REZENDE, Cristiane Ferreira. *Limites e potencialidades no uso do turismo como instrumento de desenvolvimento [manuscrito]: um estudo de caso no município de Carrancas – MG.*

⁹⁴ O método fenomenológico relaciona-se, de uma forma geral, à busca pela compreensão do humano em seu cotidiano vivencial, por meio da descrição do fenômeno que a experiência dos fatos oferece para chegar a sua essência. Nesse sentido, compreende-se o fenômeno enquanto aquilo que se mostra em si mesmo e que é objeto de interesse da Fenomenologia. E os fatos como sendo os objetos de interesse da ciência, caracterizado pelo que é passível de observação, verificação, mensuração, repetição e controle. Ver: CAPALDO, Creusa. *Fenomenologia e ciências humanas*. 3. ed. Londrina-PR: Ed. UEL, 1996.

município, assim como sugestões, por parte da população local, para amenizar os impactos negativos e para que o turismo local pudesse ser melhorado. Cabe mencionar que, por se tratar de uma abordagem ampla em torno do turismo e do desenvolvimento, optou-se por dar ênfase, sobretudo, aos capítulos que se relacionavam de forma direta ao tema de interesse do presente trabalho.

Antes de se ater à apresentação do caso em si, porém, vale abordar alguns dos pontos discutidos pela autora em seu trabalho e que tinham por intenção justificar e consolidar sua posição acerca da possibilidade do turismo enquanto um instrumento de desenvolvimento.

Inicialmente, Rezende (2004) destaca que, por ser uma importante fonte de geração de renda e emprego, o turismo tem sido bastante valorizado nas estratégias de desenvolvimento de vários países. Em uma análise semelhante aos casos anteriores, é ressaltado o papel do turismo na economia dos países que estimulam seu crescimento, utilizando, para tanto, dados que comprovam os altos índices de geração de renda e emprego atribuídos à atividade. Mas também pondera que a utilização do turismo, estritamente para este fim, deve ser cuidadosamente analisada, tendo em vista os graves problemas (citados no primeiro capítulo), associados ao turismo de massa e exploratório (REZENDE, 2004).

Em sua análise, Rezende (2004) adota a definição de “ecoturismo” como aquela que se refere a uma forma de turismo alternativo, comedido e que exerça impacto mínimo sobre os ecossistemas naturais, que valorize e respeite a cultura local e promova o bem-estar da população receptora. Dessa forma, são reforçados os mesmos traços adotados por outras propostas de turismo alternativo anteriormente citadas, como o turismo de base local, turismo comunitário, turismo sustentável etc. É importante destacar que a transformação do turismo em um possível veículo de qualidade de vida das sociedades, geração de emprego e distribuição de renda se mostra, neste estudo, como um desafio (REZENDE, 2004). Para tanto, baseia-se na percepção dos moradores entrevistados para avaliar como, dentro do contexto de Carrancas, estes atores têm percebido os conceitos de desenvolvimento e qualidade de vida, enquanto fatores diretamente associados à promoção do turismo.

Por se embasar em uma concepção alternativa da atividade turística, dá-se, novamente, ênfase para o desenvolvimento do ser humano como uma possibilidade de “humanização do turismo”, tendo em vista o excessivo destaque direcionado às

suas finalidades técnicas e econômicas (KRIPPENDORF, 2000). Nesse sentido, apesar do trabalho de Rezende (2004) adotar o ecoturismo como modelo ideal e orientador de um turismo que se quer alheio aos aspectos negativos destacados na proposta tradicional, é utilizado, também, o conceito de “turismo sustentável” como algo desejável a ser estimulado no município de Carrancas.

No intuito de impedir que a atividade turística seja impulsionada exclusivamente pelas forças de mercado, é sugerida a abordagem multidisciplinar, associada a um sistema intersetorial e um planejamento cuidadoso (físico e gerencial) na busca pela conformação do turismo sustentável. Cabe lembrar, no entanto, conforme a discussão iniciada por Korossy (2008), a sutil, mas expressiva diferença entre o turismo sustentável e a sustentabilidade do turismo. Em diversos momentos, em virtude do desgastado uso do termo sustentável, refere-se mais à garantia da prática da atividade no longo prazo, independente dos princípios que a orientam, do que, de fato, à priorização de uma prática que se volta para a conformação de novas formas de relação entre os atores envolvidos e destes com o meio ambiente.

A possibilidade do uso do turismo como instrumento do desenvolvimento sustentado, segundo Rezende (2004, p. 11), será possível desde que “realizado de maneira estruturada e com a adequada visão sistêmica, visando diminuir os impactos negativos e potencializar os benefícios positivos da atividade [...]”. Apesar de não entrar em detalhes quanto ao que demanda, na prática, a construção de uma abordagem estruturada e sistêmica do turismo, torna-se claro, novamente, a restrição imediata dos benefícios do turismo à existência do planejamento. É necessário apontar também que muitas das orientações expressas no planejamento, como a garantia da participação da população no processo de promoção do turismo, surtem mais efeito quando a iniciativa do planejamento parte da própria comunidade, como verificado em diversas experiências no nordeste brasileiro, em especial no Ceará.⁹⁵

Por se propor a analisar a relação estabelecida entre o turismo e o processo de desenvolvimento, assim como nesta dissertação, a autora aborda alguns dos diversos conceitos existentes em torno do tema. É ressaltada a usual aproximação

⁹⁵ Cita-se, como exemplo, o turismo comunitário, nos termos apresentados por Coriolano (2008), realizado nas praias de Tatajuba (Camocim), Guajiri (Trairi), Balbino (Cascavel), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Ponta Grossa e Redonda (Icapuí) e Batoque (Aquiraz).

feita entre o conceito de desenvolvimento e as taxas de crescimento econômico como seu resultado imediato, considerando-as, inclusive, um indicador deficiente do desempenho da sociedade. Em contrapartida, a partir da década de 1970, inicia-se a construção de processos de desenvolvimento em base sustentável, levando em consideração, segundo Bruseke⁹⁶ citado por Rezende (2004, p. 27), princípios como

a solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral e elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social, programas de educação e respeito a outras culturas.

É interessante observar, novamente, que princípios ou orientações muito semelhantes a estes são constantemente lembrados pelas propostas alternativas de turismo. Ou seja, os enfoques de desenvolvimento alternativo, identificados por meio da literatura de turismo, nutrem-se de uma mesma fonte para propor, no âmbito teórico, seus modelos, que buscam questionar a lógica dominante de desenvolvimento observada nas atividades econômicas tradicionais, como o turismo de massa. Contudo, não se deve esquecer que tais orientações muitas vezes não representam uma mudança significativa no modelo prático de exploração do turismo, prevalecendo o caráter econômico e a lógica mercadológica, que exclui os grupos menos favorecidos.

A revisão da literatura sobre desenvolvimento, conforme aponta Rezende (2004), realça a necessidade de buscar formas de desenvolvimento e de turismo mais humanas, pautadas em bases sustentáveis. Atenta, ainda, para a existência e a urgência de considerar as diversas dimensões de ambos os fenômenos. Na percepção da autora, a análise do referencial revisto e que embasa a pesquisa realizada em campo aponta para a possibilidade de transformar o potencial turístico em um instrumento de desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse contexto, Rezende (2004, p. 38) associa e restringe essa possibilidade à promoção do ecoturismo, como o modelo que “propõe crescimento econômico, o aumento do grau de liberdade das populações receptoras, bem como o aproveitamento das potencialidades e especificidades locais”. Outro ponto verificado a partir da revisão da literatura e que vem a contribuir para o modelo de turismo que se espera é a importância da participação, assim como o papel dos atores como agentes

⁹⁶ BRUSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável: In: LINDEMBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. p. 31-58.

conscientes e responsáveis pelo processo de transformação da sociedade (REZENDE, 2004).

Mais uma vez, os princípios que viriam a orientar um novo patamar da relação estabelecida entre o turismo e o processo de desenvolvimento se assemelham a todos os demais descritos anteriormente e que se referem a propostas alternativas da atividade. A necessidade de associação dessas orientações e princípios a uma única tipologia, como no caso do ecoturismo, adotado pelo caso em análise, acaba por limitar o olhar e estreitar o campo de atuação do turismo a uma determinada nomenclatura. É importante questionar, então, no âmbito da relação estabelecida entre o turismo e o processo de desenvolvimento, por que não romper com a utilização de diversas tipologias que, ao fim, propõem objetivos muito semelhantes, e adotar uma orientação geral que independe de sua nomenclatura? Ao se associar o turismo a uma tipologia em especial pode-se possibilitar, ainda, a apropriação dessa denominação apenas enquanto atributo do produto turístico, como uma forma de diferenciação dos demais, em termos competitivos e comerciais.

Se esses princípios referem-se a um meio de tornar a atividade turística mais humana, igualitária e justa, por que não torná-los um princípio norteador, como nos moldes colocados por Souza (1993), sem qualquer vínculo a uma tipologia específica da atividade? Dessa forma, o que deveria diferenciar o turismo tradicional ou de massa – característico por uma lógica perversa e desigual e que se pretende evitar – dos tipos de turismo ditos alternativos seriam, assim, seus princípios e práticas e não somente a atribuição de um nome.

Perpassados os pontos principais do referencial teórico trabalhado por Rezende (2004), será dada atenção aos resultados obtidos em campo e que tratam da percepção dos entrevistados do município de Carrancas acerca do desenvolvimento associado ao turismo.

A cidade de Carrancas localiza-se na região sul do estado de Minas Gerais e destaca-se pelo grande número de serras e cachoeiras que compõem a sua paisagem. Somadas ao seu vasto patrimônio natural, Rezende (2004) destaca as construções centenárias, em especial a igreja matriz datada de 1736 e as fazendas do século XIX também existentes no município. Carrancas possui uma população de cerca de 4.000 habitantes, sendo que um pouco mais da metade reside na zona urbana e o restante, que vive na zona rural, se distribui em uma área de aproximadamente 777 km².

Quanto aos atrativos turísticos de Carrancas, têm destaque as belezas naturais, que atraem um número cada vez maior de visitantes à cidade. Em virtude de seu potencial turístico, inclusive, Carrancas foi objeto de diversas pesquisas, tomando como exemplo os estudos realizados por José *et al* (2004),⁹⁷ que elaborou um diagnóstico socioambiental do turismo no município, e o trabalho de Melo (2002),⁹⁸ que trabalhou a relação entre turismo e desenvolvimento sustentável na cidade.

Este último trabalho, em especial, que assim como Rezende (2004), também baseou seus estudos sobre o turismo e o desenvolvimento na opinião dos moradores locais, situou a atividade turística em Carrancas entre regular e bom. A classificação regular, segundo Melo (2002), refere-se à falta de estrutura, divulgação e organização do município para receber os turistas e os pontos positivos relacionam-se à geração de renda e emprego.

Em uma linha de discussão semelhante, Rezende (2004) buscou, a partir da entrevista com 16 moradores do município, representantes de diversos segmentos relacionados ao turismo, analisar os diferentes significados associados ao desenvolvimento e sua relação com o turismo local. Por meio das entrevistas, a autora extraiu 77 unidades de significados⁹⁹ e, baseada no método fenomenológico, as distribuiu em seis dimensões principais do significado de desenvolvimento. Assim realizado o procedimento de identificação dos significados atribuídos pelos atores ao termo desenvolvimento, chegou-se às seguintes dimensões: desenvolvimento relacionado à existência de infraestrutura básica (saúde, segurança, educação, tratamento de esgoto, telefone, ruas pavimentadas, luz etc.); desenvolvimento vinculado a fatores econômicos (crescimento econômico, emprego e renda); desenvolvimento atrelado a ações sociais (planejamento, organização, união, associativismo e cooperação); desenvolvimento relacionado ao progresso (estradas, indústria, crescimento da cidade); desenvolvimento relacionado a fatores culturais (importância de se desenvolver, preservando a cultura e respeitando os costumes) (REZENDE, 2004).

⁹⁷ JOSÉ, A. C. *et al.* *Carrancas na trilha de um turismo ordenado*, do núcleo de educação ambiental de Lavras da unidade multifuncional do IBAMA de Lavras, 2000.

⁹⁸ MELO, A. P. G. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso no município de Carrancas – MG*. Lavras: UFLA, 2002.

⁹⁹ A unidade de significado, dentro do método fenomenológico, em linhas gerais, são as discriminações espontaneamente percebidas nas descrições dos sujeitos pelo pesquisador. Tais unidades existem somente em relação à atitude, disposição e perspectiva assumida pelo pesquisador.

Baseada nas dimensões do desenvolvimento adquiridas a partir da fala dos atores entrevistados, Rezende (2004) busca identificar se, na percepção destes moradores, o turismo é capaz de levar desenvolvimento para o município de Carrancas. O mesmo procedimento foi realizado com o termo qualidade de vida, obtendo, da mesma forma, as unidades de significado e, a partir delas, as dimensões associadas ao termo e os diferentes significados apresentados pelos entrevistados. Contudo, optou-se por discutir de forma mais detalhada a percepção em torno do termo desenvolvimento, por razões relacionadas ao tema de interesse da presente pesquisa.

Sendo assim, detectou-se que, dos 16 depoimentos colhidos, 12 afirmaram que o turismo consiste em um fator de desenvolvimento para Carrancas. Na maior parte deles, os fatores econômicos, como a criação de novos postos de trabalho e a geração de renda, foram citados como os principais motivos para se considerar que o turismo propiciou o desenvolvimento do município. Em seguida, foram citadas as mudanças sociais observadas no local, como a sensibilização para a dimensão ambiental, a mudança na visão de mundo de algumas pessoas, além do aumento da possibilidade de fixação da população local na própria cidade e a oferta de cursos de capacitação (REZENDE, 2004).

No entanto, dos quatro depoimentos restantes, dois dos entrevistados apontaram aspectos negativos advindos do crescimento do turismo no local; um considerou que a atividade poderia estar sendo melhor aproveitada e outro considerou que o turismo trouxe desenvolvimento para a cidade, mas não para a zona rural (REZENDE, 2004). Um dos entrevistados, segundo Rezende (2004, p. 66), alegou que a população se encontra “excluída do processo [...]” de promoção do turismo na cidade e “o outro aponta que os benefícios do turismo ainda estão concentrados em poucas mãos”. Ainda no que se relaciona à dimensão econômica, um dos entrevistados alegou que “as oportunidades de emprego são de baixa qualificação, ou seja, faxineiros e pedreiros, e que o dinheiro gerado pelo turismo tem trazido, para algumas pessoas, o abandono de antigas atividades” (REZENDE, 2004, p. 67). Segundo a autora, aqueles que consideraram que o turismo não tem trazido desenvolvimento ou poderia ser melhor aproveitado, apontaram como principais razões para esta conclusão a má organização e a falta de planejamento, ressaltando que a atividade não estava sendo organizada de forma sustentável.

As passagens que se relacionam à percepção de aspectos negativos do turismo, ainda que restrita a apenas dois dentre todos os entrevistados, refletem a recorrência de impactos corriqueiros do turismo, mesmo em situações em que ele pode vir a ser intitulado de sustentável. Por razões já discutidas anteriormente, a inexistência de um conteúdo crítico vinculado à imagem associada ao turismo enquanto gerador de emprego e renda faz com que seja desconsiderada a qualidade do emprego gerado e a forma como a renda gerada vem sendo distribuída.

A percepção geral acerca do crescimento do turismo em Carrancas, na visão de Rezende (2004, p. 69), foi de que a atividade turística “tem trazido desenvolvimento, já que apenas dois dos 16 discursos analisados continham a idéia de que o turismo não tem trazido desenvolvimento”. Por outro lado, não se deve esquecer que esta percepção diz respeito a um momento específico do município, relativo à época de realização do trabalho, sendo um momento inicial de exploração e promoção da atividade turística naquele local. A apreensão dos aspectos positivos do turismo, assim como divulgado pelos grandes meios de comunicação e por organismos políticos, também contribui para a construção de um consenso, a princípio favorável, sobre o turismo, onde a atividade proporciona apenas benefícios para os locais/lugares/regiões em que ela se desenvolve.

Ao final, Rezende (2004) pondera que, ainda que o ecoturismo indique o caminho para o turismo sustentável, sua conformação não é uma tarefa fácil de ser concretizada. Conforme aponta a autora

Conflitos de interesse, por manifestas contradições e inquietudes, são intrínsecos ao homem e difíceis de serem eliminados, no entanto, se os discursos conseguissem trocar estas ações por outras, como cooperação e ajuda mútua, introduzindo o conceito de capital social, poderia-se chegar a concretizar um verdadeiro ecoturismo. (REZENDE, 2004,p. 109).

O caso de Carrancas, portanto, evidenciou de forma empírica alguns traços da relação turismo e desenvolvimento anteriormente abordados. O uso da percepção dos moradores locais elucidou consensos e opiniões que também se fazem presentes em parte da literatura de turismo, como a associação entre desenvolvimento e fatores econômicos. Foi possível discutir, ainda, as principais características do modelo alternativo adotado por Rezende (2004), que no seu

trabalho, denominou-se de ecoturismo¹⁰⁰. Por meio dos depoimentos colhidos pela autora, observaram-se os diferentes significados e a forma de compreensão dos termos desenvolvimento e qualidade de vida.

Porém, cabe, ao fim, perceber que a visão multidimensional de desenvolvimento apresentada pelos atores sociais, quando questionados sobre sua relação com o turismo, comprova a intrínseca relação estabelecida entre ambos os fenômenos.

3.2.4 Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará¹⁰¹

O quarto e último caso selecionado para balizar as considerações levantadas acerca do turismo e do seu vínculo com o desenvolvimento busca tratar, no contexto do estado do Ceará, das características que opõem o turismo comunitário/local ao turismo tradicional, também denominado no presente estudo de “turismo globalizado”. É utilizado, para este fim, o artigo elaborado por Luzia Neide Coriolano (2008), autora já citada anteriormente neste trabalho e que, dentre outros assuntos relacionados ao turismo, possui inúmeras pesquisas que tratam do turismo comunitário e de base local e de enfoques alternativos de desenvolvimento, juntamente com o pesquisador Gerardo Facundo de Souza (2008). A exemplo dos dois primeiros casos analisados, este estudo foi retirado do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável e teve por objeto de estudo a comunidade da praia do Batoque, localizada no município de Aquiraz, no Ceará. Apesar de não tratar explicitamente do tema desenvolvimento e turismo, como os demais casos,

¹⁰⁰ Torna-se necessário, dada a importância que o conceito de ecoturismo assume na presente análise, retomar algumas de suas principais definições. Conforme disposto nas Diretrizes da Política Nacional de ecoturismo (1994), o ecoturismo consiste em uma forma alternativa de desenvolver a atividade turística, uma vez que “utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. Em uma mesma perspectiva, a *The International Ecotourism Society* (TIES) define ecoturismo como a viagem responsável para áreas naturais que conservam o ambiente e melhoram o bem-estar da população local. Para isso são sugeridos os seguintes princípios a serem seguidos por aqueles que operam e participam de atividades ecoturísticas: minimizar impactos; desenvolver consciência e respeito ambiental e cultural; fornecer experiências positivas para visitantes e anfitriões; fornecer benefícios financeiros diretos para a conservação; fornecer benefícios financeiros e poder legal de decisão para o povo local; elevar a sensibilidade pelo contexto político, ambiental e social dos países anfitriões; e apoiar os direitos humanos internacionais e acordos trabalhistas. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/site>>

¹⁰¹ O título do presente tópico reproduz o título original do artigo em análise. Ver: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. SOUZA, Gerardo Facundo de. *Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará*. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008, FORTALEZA. ANAIS II SITS, 2008.

acredita-se que este estudo tenda a contribuir para a proposta desta pesquisa, uma vez que explicita os modelos convencional e comunitário/local de turismo, possibilitando uma melhor compreensão das diferentes abordagens de desenvolvimento apresentadas pela atividade.

O município de Aquiraz, localizado no litoral leste do Ceará, fica a 24,7 km de Fortaleza e a comunidade do Batoque, que dista 26 km da sede municipal, localiza-se a 51 km da capital. A comunidade caracteriza-se pela pesca tradicional e, assim como outras comunidades litorâneas, atrai e sofre os impactos da exploração do turismo em seu território. Nesse sentido, e por se tratar de uma realidade já em plena conformação, o turismo desperta interesse de diferentes atores presentes em seu processo de promoção, como o Estado, o setor privado e algumas comunidades, ressaltando, entretanto, que há uma significativa diferença entre os interesses esboçados por cada grupo, sendo os dois “primeiros atentos à acumulação do capital e as comunidades preocupadas em administrar seus territórios e encontrar ocupação e trabalho que garanta sua sobrevivência” (CORIOLANO & SOUZA, 2008, p. 02). Dessa maneira, fica claro que cada grupo, a partir de seu contexto e de sua realidade, seja social, econômica ou política, possui interesses e objetivos distintos, que os levam a se inserir na promoção da atividade turística.

No caso específico do turismo no estado do Ceará, os autores apontam dois principais caminhos seguidos pela atividade turística local, que se dividem entre os megaempreendimentos, representados pelo turismo convencional, e os micronegócios, encabeçados pelos projetos turísticos de base local. Contudo, não há como generalizar essa tendência, já que ela obedece a características próprias e peculiares ao contexto apropriado pelo turismo naquela realidade.

Em um panorama geral acerca da situação do turismo no Estado, Coriolano e Souza (2008, p. 02) apontam que muitas comunidades litorâneas sofrem

[...] os impactos da atividade turística, pois muitas colônias pesqueiras tornaram-se importantes núcleos receptores de turistas, nacionais e internacionais, e acabaram perdendo suas identidades e seus espaços para dar lugar a um turismo excludente – pois, exclui a população local dos ganhos e benefícios gerados pelo turismo – e globalizado ou de massa.

A dinâmica descrita pelos autores reproduz o clássico processo de crescimento e promoção do turismo convencional, que se destaca pela geração de impactos, sobretudo negativos, direcionados à comunidade local.

Neste contexto de embate contra o turismo tradicional, os autores apontam que algumas comunidades do Ceará buscaram se organizar e impedir que o turismo predador avançasse em seu território, a partir da elaboração de políticas alternativas de turismo. O modelo oriundo dessa iniciativa difere da proposta convencional ou tradicional de promoção do turismo na medida em que prioriza e determina que o planejamento, a organização e a execução da atividade turística seja realizada pela própria população local, com base no trabalho comunitário e participativo.

Cabe citar o depoimento de Lindomar Fernandes (2006), morador da comunidade de Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe, também no estado do Ceará. Conforme ressalta Fernandes (2006), desde 1993 as lideranças comunitárias já discutiam de que forma a comunidade desenvolveria o turismo, já que por se encontrar em local de interesse turístico, sua chegada consistia em algo inevitável. A experiência dos moradores das praias tomadas pelo turismo, segundo Fernandes (2006), demonstrou a insatisfação destes com os desdobramentos da atividade, sobretudo por estarem perdendo o espaço de moradia, ao serem empurrados, pela especulação imobiliária, para longe da praia. A comunidade de Prainha do Canto Verde promoveu, em 1998, um seminário com a participação dos moradores, comunidades vizinhas, ONGs, entidades do governo e o Instituto Terramar¹⁰² para debater sobre qual o turismo que se queria, chegando à conclusão

[...] de que a maioria queria implementar um turismo diferente, que pudesse trazer benefício para a própria comunidade, gerando renda e emprego para os jovens, e que a renda fosse distribuída na comunidade, sem concentração de riqueza, onde os donos de restaurantes, pousadas e outros empreendimentos turísticos fossem moradores da comunidade.

Por haver um apelo comercial significativamente maior para o chamado “turismo de sol e praia”, é interessante perceber que a exploração do turismo em

¹⁰² O Instituto Terramar é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, do campo popular democrático que atua na Zona Costeira do Ceará, visando o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará.

Ver: <http://www.terramar.org.br/>.

áreas como o Nordeste brasileiro tem, gradativamente, alertado e conscientizado diversas comunidades para os impactos gerados pela chegada da atividade.

Segundo Coriolano e Souza (2008), tais comunidades, por meio desta nova concepção de promover o turismo e, conseqüentemente, de lidar com a sua inserção no processo de desenvolvimento, encontram formas de tornar o lugar, a história, a cultura, o meio natural e os produtos derivados de suas atividades econômicas em atrativos turísticos e culturais. Ainda que se mantenha a mesma lógica econômica, amplamente rejeitada pelos teóricos que criticam o forte caráter economicista apresentado pelo turismo, deve-se salientar que, neste modelo, a comunidade é a principal responsável pelo processo de transformação de seus atributos locais em produtos turísticos.

Nesse sentido, os autores destacam que já existem comunidades do litoral cearense que optaram por desenvolver o turismo local por meio da “formação de cooperativas e associações comunitárias para melhor organizar a atividade e conter o avanço do turismo globalizado em seus territórios” (CORIOLANO & SOUZA, 2008, p. 03). Se comparado aos demais casos já abordados, a comunidade da praia do Batoque, assim como outras localidades no Ceará, representam a consolidação de um modelo alternativo de turismo que se encontra em funcionamento e lutando, na prática, contra o modelo tradicional da atividade.

Vale destacar que a conformação de uma via não convencional para o desenvolvimento da atividade turística no Ceará somente tornou-se factível em virtude de diversos fatores, que serão explicitados a seguir.

Para tanto, devem-se introduzir algumas das características da comunidade do Batoque, bem como os principais traços de seu relacionamento com o turismo. A história da praia do Batoque, em linhas gerais, conforme apresentam os autores, é marcada pela ocorrência de intensas lutas da comunidade em oposição ao avanço do turismo globalizado e pelo controle e posse de suas terras. Em virtude do destacado potencial turístico apresentado por algumas áreas litorâneas do estado do Ceará, como a representada pela praia do Batoque, observam-se diversos conflitos de terras envolvendo grileiros e grandes empresários decorrentes da instalação da atividade turística. Mendes e Coriolano (2006) acrescentam que a transformação do litoral em mercadoria permite a obtenção de renda da terra principalmente de duas formas: por meio da venda e do aluguel ou por meio do arrendamento. Contudo, o mercado de terras desencadeado pelo turismo possibilita o surgimento de novas

relações e conseqüentemente de novas formas para que a retirada de renda da terra seja estabelecida.

A comunidade do Batoque vem sofrendo desde a década de 1980 com a atuação de grileiros e empresários que intentam se apoderar de suas terras para fins comerciais, muitas vezes destinados ao turismo. Contudo, a comunidade se destaca pela organização comunitária, pela luta contra o turismo degradador e pelo desenvolvimento do turismo comunitário, em um cenário concreto que, segundo Coriolano e Souza (2008), é de grande importância para análise e formulação de estratégias que possibilitem a outras comunidades planejarem e implementarem o turismo de base local.

Destaca-se, dentro do histórico de lutas da comunidade pela manutenção de suas terras contra o turismo especulador e predador, a criação da Reserva Extrativista da praia do Batoque, em 06 de junho de 2003. Esta conquista representa para a comunidade uma forma concreta e legal de manter a preservação e conservação do meio ambiente, além da garantia do espaço territorial dos moradores locais. A conformação deste contexto evidencia, ainda, a existência da coesão social estabelecida entre a comunidade, o que consiste, conforme apontado anteriormente, em um elemento fundamental para a construção de uma proposta de turismo comunitário/local. Assim, nota-se que os adjetivos comunitário e local tendem a dizer muito mais sobre como o turismo é promovido, planejado e organizado em sua dimensão prática, do que quando são utilizados somente como tipologias, no intuito de se agregar valor e tornar um determinado destino turístico mais competitivo.

Cabe destacar que, na visão dos autores, muitas comunidades cearenses passam por situações semelhantes como as vividas pela comunidade do Batoque, em que especuladores imobiliários, sobretudo do setor de turismo,

avançam em seus territórios, investindo na construção de meios de hospedagens, como *resorts*, hotéis e pousadas, de barracas de praia, parques aquáticos, cada vez mais modernos, e também com a instalação de agências de viagens que promovem e realizam as vendas de pacotes turísticos aos mais diversos destinos, atraindo, assim, um elevado número de turistas, e, conseqüentemente, desenvolvendo o chamado turismo de massa. (CORIOLANO & SOUZA, 2008, p. 10)

A partir do caso da comunidade da praia do Batoque, Coriolano e Souza (2008) tiveram por objetivo entender como se dá a relação do turismo com as

comunidades “tradicionais” do Ceará e quais eram os conflitos advindos desta atividade. Para tanto, destaca-se novamente o papel dual do turismo, que é capaz de gerar renda, valorizar espaços, promover novas relações entre povos e culturas, ao mesmo tempo em que se pode tornar predador cultural, degradador ecológico e explorador econômico.

Em virtude do caráter predatório da atividade turística convencional, a comunidade do Batoque, conforme ressaltam os autores, luta pela valorização do patrimônio local e resiste aos interesses do grande capital, com a organização comunitária e o crescimento do nível de consciência dos residentes. A superação dos impactos negativos do turismo em seus territórios é, assim, um dos principais objetivos e o maior desafio das comunidades cearenses, que “sentem necessidade de participar da cadeia produtiva do turismo como forma de sobrevivência no modo de produção vigente” (CORIOLANO & SOUZA, 2008, p. 04). A principal motivação em participar da cadeia do turismo, por outro lado, deixa clara a confiança que se deposita na capacidade da atividade em beneficiar um considerável número de pessoas e oferecer melhores condições de vida aos que têm, no turismo, uma oportunidade de trabalho.

O caso representado pela praia do Batoque demonstra, por meio de um exemplo real, a luta de uma comunidade diante do interesse do capital privado em instituir o turismo de forma predatória e excludente em relação à população local. Na percepção dos autores do artigo analisado, os moradores dessa comunidade, por meio do trabalho em conjunto e cooperado, tornaram-se capazes de resistir aos especuladores imobiliários e, paralelamente, promover uma atividade alternativa: o turismo comunitário ou de base local. Assim como já foi ressaltado, em torno de suas principais características, esta concepção de turismo coloca os moradores locais à frente do processo de promoção da atividade em sua comunidade. Dessa forma, objetiva-se alcançar a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental, associados ao desenvolvimento econômico local.

Nessa abordagem, o turismo é parte do processo de desenvolvimento local, enquanto um elemento que contribuirá para a sua conformação. No contexto específico apresentado pela comunidade do Batoque, é ressaltado por Coriolano e Souza (2008, p. 11) que o turismo comunitário “integra-se a outras atividades econômicas existentes na localidade; prioriza a oferta de emprego para a população residente; promove a dinamização do capital local, além da luta pela garantia da

posse de terras”. Nesse sentido, observou-se que o turismo comunitário/local propicia, também, a busca pela “regulamentação das unidades de conservação, assim como a implementação de comitês da gestão ambiental nessas unidades e planos de manejos e de conservação compatíveis com o turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 202).

É possível perceber que, especificamente na relação entre turismo e desenvolvimento, descrito a partir do caso da comunidade da praia do Batoque, a promoção de uma possibilidade alternativa de turismo produz efeitos que são sentidos em outras dimensões, para além somente da econômica. A consolidação deste modelo, dadas às especificidades do contexto social desta comunidade, permitiu que o turismo fosse inserido como mais uma atividade econômica a ser explorada pela população. Dessa forma, foi descrito que, por meio do conflito gerado pela intenção de se explorar o turismo convencional por parte do capital privado, e dados os danos gerados por essa iniciativa, a população local se viu estimulada a se organizar para garantir a manutenção de suas terras. É novamente válido citar o depoimento de Fernandes (2006, p. 61), que ressalta que “[...] qualquer comunidade que pensa em planejar um desenvolvimento, não tem sentido se essa comunidade não tiver como prioridade o direito à moradia.” Ou seja, nesta percepção, destaca-se a preocupação com diversas questões prioritárias, anteriores ao estímulo à promoção e ao crescimento da atividade turística.

Neste contexto, portanto, o turismo baseado nos princípios representados pela proposta nomeada de comunitária ou de base local é considerado como uma ferramenta de desenvolvimento válida e também “uma forma de resistência à iniciativas prejudiciais ao meio ambiente.” (ARMENDÁRIZ & SERRANO, 2006, p. 51).

3.3 Considerações parciais

Por meio da exposição dos quatro casos selecionados para balizar o tema desta dissertação, foi possível, a partir de experiências reais, identificar os traços principais da relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento. Simultaneamente, foram apresentadas e caracterizadas algumas das propostas de turismo alternativo que buscam promover uma outra lógica, que se pretende distinta do modelo hegemônico e tradicional da atividade. Dessa forma, é questionado o modelo de desenvolvimento adotado pelo turismo convencional, sendo trabalhadas

novas estratégias para se promover o turismo, a partir de uma base dita “sustentável”.

Como os estudos de casos lidam com diferentes realidades, tornou-se necessário contextualizá-los da maneira mais ampla possível, no intuito de não reduzir o problema a uma visão simplista. Contudo, observou-se que a maioria das propostas de turismo apresentadas, ainda que tivessem diferentes denominações, normalmente compartilhavam de princípios e objetivos semelhantes. A fim de corroborar esta percepção, cabe citar as considerações feitas por Rami Kassis (2006, p. 58), que aponta cinco principais premissas que invariavelmente são destacadas pelas propostas de turismo alternativo:

1. Primeiramente, deve haver um total entendimento do fenômeno a partir das perspectivas internas e externas, e deve haver esclarecimento completo do contexto histórico considerando a exploração e manipulação praticada através das regras e empresas de turismo colonizadoras.
2. Em segundo lugar, é necessário alcançar o empoderamento de comunidades locais e de suas riquezas culturais e sociais.
3. Em terceiro lugar, deve existir concentração específica na criação de programas que podem diretamente alcançar as classes marginalizadas. Da mesma forma, o papel de agentes intermediários deve ser reduzido.
4. Em quarto lugar, os recursos devem ser dedicados a um investimento no poder coletivo das organizações de turismo alternativo, através do estabelecimento de uma rede internacional que adote esta filosofia.
5. E finalmente, deve haver um fortalecimento e ativação dessas organizações e redes através do lançamento de programas práticos, ao invés de apenas pregar-se sermões ou trabalhar-se em nível teórico.

Nessa concepção, e no que se refere ao papel do turismo em relação à dinâmica do desenvolvimento, cabe ressaltar que, assim como já destacado no segundo capítulo, quase a totalidade dos estudos analisados indicou a atividade turística como um meio ou um instrumento capaz de desencadear tal processo. Apesar de observar que o turismo é muito mais uma estratégia do desenvolvimento do que um promotor do desenvolvimento em si, essa percepção ainda é constante e marcante por parte dos autores e da população envolvida no processo de promoção da atividade. Como ficou comprovado no caso de Carrancas, trabalhado por Rezende (2004), o turismo, na percepção de grande parte dos atores entrevistados, é apontado como um fator de desenvolvimento para o município, lugar, local ou região.

Outro ponto de fundamental importância que se buscou destacar diz respeito ao emprego do termo desenvolvimento quando associado ao turismo. O desenvolvimento turístico, assim como é utilizado pelos trabalhos da área, não distingue uma simples, mas importante diferença entre o desenvolvimento do e o desenvolvimento pelo turismo. Nesse sentido, Rodrigo Rubio (2006) traz um interessante depoimento que ilustra, de forma consistente, esta situação, tomando como exemplo o turismo no Peru:

[...] não surpreende que enquanto o turismo e, portanto, a renda gerada pela atividade crescem, milhões de peruanos passavam à situação de pobreza, principalmente nas zonas rurais, onde essencialmente se encontram os principais destinos turísticos do país.

Ou seja, o desenvolvimento do turismo nem sempre corresponde, de forma positiva, ao desenvolvimento pelo turismo, o qual ele pode vir a ser capaz de estimular. Apesar de se observarem, em vários contextos, altas taxas de crescimento do turismo, divulgadas como parte de seu desenvolvimento, não se evidencia um benefício concreto para as populações envolvidas. Conforme ressalta Pedro Armendáriz e Helga Serrano (2006, p. 47), em alguns países em desenvolvimento, “mais de 2/3 da renda do turismo internacional nunca chega à economia local devido a grande fuga de divisas”.

Assim, destacou-se, ainda, a capacidade dual da atividade em proporcionar impactos tanto positivos quanto negativos para a comunidade receptora, uma vez que, para que os impactos sejam positivos, atrela-se a construção de um equilibrado e harmonioso processo de promoção do turismo ao exercício do planejamento turístico, nem sempre ao alcance das comunidades receptoras. Já em virtude das características negativas do turismo, diversas estratégias vêm sendo debatidas, com a intenção de amenizar os impactos advindos desta atividade.

O que se buscou analisar e criticar, portanto, é que, em diversos estudos, o termo alternativo ou a criação de adjetivos que visavam diferenciar o turismo de seu modelo tradicional, nem sempre significam, na prática, a conformação destas premissas. Assim como percebe Modesto Quintero (2006, p. 72), “nas últimas décadas, a estrutura do turismo mudou para ecoturismo, turismo solidário, de aventura, social, entre outros, mas os problemas de fundo continuam a crescer notavelmente”. Essa ponderação é fundamental para demonstrar também que, apesar dos inquestionáveis benefícios dessas novas formas de promoção do

turismo, ainda pouco se contribui para amenizar os problemas básicos que ele mesmo gera. Dessa maneira, a utilização de novas estratégias, representadas na atribuição de diversos nomes dados ao turismo alternativo, não deve ser entendida como uma adoção imediata dos princípios que o orientam, menos ainda como uma concretização do modelo de desenvolvimento propagandeado por estas propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por motivação inicial compreender pontos fundamentais oriundos do elo estabelecido entre o turismo e o processo de desenvolvimento. Dessa forma, questionou-se a forma como as obras e estudos da área trabalham e compreendem o turismo dentro da dinâmica de desenvolvimento, buscando verificar, assim, qual o lugar ocupado pela atividade neste processo. Nesse sentido, indagou-se quais são as abordagens e os enfoques discutidos por estes autores, visando paralelamente abordar, de forma crítica, as características apresentadas pelos modelos ditos alternativos de turismo.

A discussão inicial, que se voltou para a apresentação e compreensão dos pontos principais acerca do turismo, deixou clara a complexidade representada pela análise desta atividade, dadas as diversas áreas que interpenetram em seu estudo. A partir desta característica, constatou-se a existência de variadas leituras e posicionamentos sobre o conceito de turismo. Por se tratar de um campo recente de estudo, o turismo ainda é questionado quanto a sua validade científica, sendo, ainda, necessária a reflexão acerca das relações, não apenas econômicas, estimuladas pela atividade. Isto ocorre, inúmeras vezes, por ainda se compreender o turismo somente enquanto atividade econômica, deixando de lado os aspectos sociais, culturais e ambientais da atividade e sua relação com o território.

As definições que buscam conceituar o turismo variam, assim, desde aquelas que o compreendem com base no deslocamento temporário do turista, até as que buscam apreendê-lo a partir da teoria geral de sistemas. Por meio dos inúmeros significados atribuídos ao turismo, foi possível visualizar o complexo horizonte que se formou em torno deste tema, visto que cada uma das definições contemplam, em sua maioria, aspectos isolados e específicos desta atividade.

A partir deste primeiro momento, foram observados alguns pontos recorrentes no estudo do turismo que, neste trabalho, são abordados como uma forma de contribuir para a discussão elaborada ao longo dos demais capítulos. Dessa forma, a menção à capacidade do turismo de atuar enquanto agente de desenvolvimento é algo largamente apontado nos trabalhos analisados que direciona para uma espécie de consenso compartilhado também nos meios político e empresarial. O uso do planejamento como instrumento fundamental e indispensável à construção de um

desenvolvimento harmonioso gerado pela atividade é outro ponto de concordância quase geral, nos estudos da área de turismo. Cabe questionar, no entanto, até que ponto a dinâmica de promoção do turismo deverá necessariamente estar atrelada ao planejamento, paralelamente ao fato de que nem sempre é dada a oportunidade aos envolvidos neste processo, sobretudo aos grupos menos influentes, de tornar efetivo o uso desta ferramenta, redundando em mudanças na qualidade de vida destes atores. O planejamento, como concebido até hoje, por si só seria, então, capaz de orientar os rumos da atividade turística a ponto de diminuir seus impactos e maximizar seus benefícios?

No intuito de contrastar a relação estabelecida entre as principais perspectivas de planejamento turístico e as abordagens de desenvolvimento identificadas por meio da literatura de turismo, é sugerida a leitura de tais informações a partir de um quadro síntese, disposto a seguir. Dessa forma, são relacionadas, abaixo, as abordagens de desenvolvimento selecionadas, bem como, suas respectivas características principais e os preceitos das principais formas de compreensão do planejamento no âmbito do turismo. Vale destacar, a proximidade estabelecida entre os conteúdos de ambos os elementos presentes no quadro, no sentido de evidenciar a estreita relação entre os processos de planejamento e os desdobramentos advindos dos processos de desenvolvimento.

QUADRO 1
Comparativo entre Abordagens do Desenvolvimento presentes na literatura de turismo X
Perspectivas de planejamento turístico

| Abordagem | Características Principais | Estratégias propostas |
|---|---|---|
| Econômica/utilitarista | Enfoque excessivo na dimensão de melhora, sobretudo, econômica, que o desenvolvimento pode vir a propiciar. | Estímulo a promoção do turismo focando sobremaneira, aspectos como concorrência e competição, dando ênfase a sua capacidade de gerar renda e emprego. |
| Sustentável | Incorporação de outras facetas do desenvolvimento, além da econômica, como ambiental, cultural e social. Valorização dos aspectos naturais e histórico-culturais no território. | Promover atividades, que contemplem Incentivo a promoção do desenvolvimento que se baseia em uma concepção que ultrapassa a dimensão econômica, |
| Comunitária/local | Enfoque direcionado a escala do local, privilegia a participação das populações ao longo do processo de desenvolvimento. | Contemplar ações e projetos que se baseiam no poder de mobilização e engajamento dos agentes sociais e a capacidade dos mesmos em pensar o local de forma integral, a fim de que os recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas. |
| Perspectivas de planejamento turístico | Características Principais | |
| Fomento ou impulsionista | A atitude simplista de que o desenvolvimento turístico é sempre bom e proporciona, automaticamente, benefícios para os anfitriões. Os moradores das destinações turísticas não estão envolvidos na tomada de decisões, no planejamento e no processo político do desenvolvimento turístico. | |
| Econômica/industrial | Turismo como meio de promover crescimento em áreas específicas. O planejamento enfatiza os impactos econômicos do turismo e sua utilização eficiente para criar renda e empregabilidade para determinadas regiões ou comunidade. | |
| Física/espacial | O turismo é tratado como tendo uma base ecológica e, conseqüentemente, seu desenvolvimento deve ter por base certos padrões espaciais, capacidades ou limitações que minimizariam o impacto negativo do turismo no ambiente físico. | |
| Comunitária | Ênfase no contexto social e político no qual o turismo ocorre. Defende um maior controle local sobre o processo de desenvolvimento. | |
| Sustentável | Uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, ao longo prazo, e com o mínimo de deterioração de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e de instabilidade social, a segurança dos moradores. Tal abordagem tende a integrar características das tradições econômicas, físico-espaciais e comunitárias. | |
| Integrada e sistemática | Compreensão mais sistêmica de planejamento turístico que prevê que objetivos, políticas e estratégias devem estar fundamentados em uma total compreensão de como o sistema turístico funciona. | |

Fonte: Elaboração própria com base em Queiroz (2005), Hall (2001), Getz (1991) e Wall (2000). Adaptado pelo autor.

A dimensão socioespacial do turismo, apesar de restrita a alguns autores e trabalhos, é mais um ponto de interesse abordado e que possibilita a compreensão de uma importante característica da atividade. Por ocorrer em uma determinada localidade, destaca-se a capacidade do turismo de criar uma (des)ordem espacial, uma vez que ele tanto se apropria, como produz e consome espaço. A partir desta capacidade, o turismo engendra novas relações no espaço, ao transformá-lo a fim de atender à demanda que ele mesmo propicia. Assim, ao demandar estruturas para dar suporte ao seu crescimento, como vias de circulação e meios de hospedagem e alimentação, a atividade turística cria seu próprio espaço.

Dessa maneira, é necessário destacar, levando-se em consideração o lugar ocupado pelo turismo no processo de desenvolvimento, que o mesmo é responsável por desencadear possíveis estruturações e desestruturações socioespaciais. Neste processo de re-orientação espacial, destacam-se os agentes produtores do espaço e, juntamente com eles, o jogo de forças inerente à promoção do turismo, fazendo dos diversos atores, interesses e estratégias presentes na dinâmica de consolidação do turismo um ponto constantemente destacado nesta dissertação. Tornou-se necessário, então, atentar para esta relação e sua assimetria característica, lembrando, ainda, que o turismo traz custos e benefícios tanto econômicos como não econômicos para os grupos envolvidos em sua promoção, destacando-se, novamente, a dependência destes impactos aos diversos interesses e capacidades de intervenção concernentes aos atores envolvidos.

Anteriormente à identificação das abordagens apresentadas pela literatura da área, verifica-se que as estratégias de promoção do turismo são comumente apontadas como um meio para se alcançar o “desenvolvimento turístico”. Porém, o significado de “estratégias para o desenvolvimento do turismo” adquire diferentes conotações, pois pode se referir tanto a ações de *marketing* que se voltam para satisfazer as necessidades da empresa de turismo, quanto às orientações, como as sugeridas por Krippendorf (2000), que buscam modificar a lógica de promoção da atividade.

Assim é necessário, investigar a confusa relação estabelecida com o termo desenvolvimento, a fim de tornar inteligível o que se pretende ao associar ambos os conceitos. A confusão gerada entre o desenvolvimento do turismo, enquanto incremento da atividade econômica, e o desenvolvimento pelo turismo, como processo desencadeado por ele, é, então, um dos pontos que motiva a identificação

das abordagens de desenvolvimento por parte da literatura de turismo. Em meio ao uso indiscriminado de tais conceitos, cabe questionar se o desenvolvimento do turismo pode ser equiparado ou mesmo confundido com o desenvolvimento gerado pelo turismo.

A partir disso, torna-se necessário também identificar quais as principais e mais recorrentes formas de referência ao desenvolvimento trabalhadas pelas obras selecionadas de turismo. Porém, ao se deparar com as duas principais vias de análise do turismo e de sua relação com o desenvolvimento, ora sob a égide economicista, ora sob a ótica sistêmica, constata-se, em ambas as perspectivas, a predominância de uma visão determinista, que limita o olhar quanto ao alcance da problemática suscitada pelo turismo. Em sua grande maioria, as obras e estudos de turismo reproduzem informações muitas vezes desprovidas de qualquer conteúdo crítico que as aproxime da realidade em que se pretende intervir.

Ao abordar o tema do desenvolvimento, ainda que associado ao turismo, é necessário apresentar suas principais características enquanto atributos presentes na grande maioria de seus estudos. As dimensões de melhora, ação e processo são elementos correntemente associados à promoção do desenvolvimento. Estes mesmos atributos, por sua vez, permanecem associados ao desenvolvimento, que se atrela ao crescimento do turismo e que se utiliza deles como uma forma de ressaltar o suposto papel de indutor do desenvolvimento atribuído ao mesmo.

Em meio à discussão de alguns mitos que ainda são presentes no estudo e análise do turismo, torna-se premente refletir sobre a pretensa capacidade do turismo de promover o desenvolvimento. Nesse sentido, diversos autores concluem que o turismo não é capaz de propiciar desenvolvimento, neste caso, econômico, já que o conceito de desenvolvimento econômico envolve uma série de fatores, os quais o turismo não é capaz de estimular sozinho. O turismo representaria, então, nessa perspectiva, uma alternativa de crescimento econômico, na medida em que influencia no aumento da produção de bens e serviços e, conseqüentemente, no PNB de um dado país, por exemplo.

A divulgação dos números, sobretudo os relativos à geração de renda e emprego proporcionados pelo turismo e representados no tópico que tratou do PNT 2007-2010, deixa clara sua capacidade de estimular a economia brasileira. Porém, os números que o turismo movimenta, geralmente positivos, redundam de fato em desenvolvimento? Ou seja, desenvolver o turismo necessariamente resultará em

gerar desenvolvimento e, conseqüentemente, benefícios para todas as partes envolvidas?

Do ponto de vista de uma estratégia de desenvolvimento, contudo, aponta-se que o turismo consegue auxiliar na promoção do desenvolvimento, ao contribuir no processo de integração regional. Porém, este também é mais um ponto controverso, que possui mais de uma posição de análise, ao abarcar diferentes possibilidades de leitura em torno do papel desempenhado pelo turismo relacionado ao desenvolvimento. A identificação das abordagens de desenvolvimento implícitas nos autores de turismo, visa, então, tornar mais inteligíveis traços da relação entre ambos os conceitos.

Contudo, importa destacar que a identificação de três abordagens não visa encerrar tal discussão, em virtude da sua complexidade e das inúmeras possibilidades de compreensão existentes. Mais do que limitar as maneiras de se compreender o desenvolvimento quando relacionado ao turismo, busca-se apontar quais são as abordagens ou os enfoques de desenvolvimento que estão implícitos nos autores de turismo selecionados. Chega-se, assim, a três abordagens – utilitarista/econômica, sustentável, comunitária/local – discutidas, no capítulo 2, com destaque para suas principais características, limites e pontos em comum, independente do rótulo dado a cada uma delas.

Vale ressaltar, novamente, o raciocínio trabalhado por Souza (1997), em que é destacado que o turismo será tendencialmente benéfico ou maléfico para uma dada realidade, dependendo: do que se entenda por desenvolvimento, da natureza do turismo em questão, ou seja, da forma como ele é promovido, se baseado em uma lógica predatória ou não, e, finalmente, de quais grupos da área de destino se encontram envolvidos. Dessa forma, em meio à identificação de diferentes enfoques de desenvolvimento, cabe indagar, com base nas estratégias propostas, até que ponto elas diferem entre si quanto à forma de inserção e contestação da ordem existente, do ponto de vista social e econômico. Em diversos momentos, as abordagens utilitarista/econômica e sustentável – ao apresentarem, predominantemente, características tais como o forte caráter econômico, a utilização do desgastado chavão sustentável como um fator comercial e competitivo, entre outras – torna-se quase um único enfoque de compreensão do desenvolvimento a partir do turismo.

Destaca-se, também, em especial nas abordagens sustentável e comunitária/local, que, ao se apropriar de uma determinada perspectiva de leitura do desenvolvimento, há uma significativa diferença entre o que é o desenvolvimento e o que ele realmente deveria ser. Isto, inclusive, é bastante claro nas análises dos estudos de caso em que se ressalta o “poder” do turismo de propiciar o desenvolvimento das comunidades envolvidas no processo.

Por se tratar de um trabalho essencialmente teórico, optou-se, por outro lado, no intuito de obter um recorte empírico, analisar quatro estudos de caso que tratassem de experiências, no Brasil, acerca da relação entre turismo e desenvolvimento. Os estudos adotados permitem avaliar a relação estabelecida com os enfoques de desenvolvimento, do ponto de vista dos atores envolvidos, chamando atenção para os diversos significados atribuídos ao turismo e às concepções de desenvolvimento em que estas propostas se espelham. Destaca-se, nesta análise, o enfoque comunitário/local de desenvolvimento, que propiciou a construção de um “outro” modelo de turismo, intitulado comunitário ou de base local. Nesta concepção, foram apresentadas as iniciativas que, como as consolidadas em algumas localidades no estado do Ceará, desenvolvem um modelo de turismo que delega à própria comunidade a oportunidade de organizar, planejar e gerir o turismo de forma participativa e solidária.

Os princípios que são defendidos por estas propostas apresentam-se, assim, como aspectos recorrentes entre os diversos modelos de turismo ditos alternativos, independente da nomenclatura utilizada. Nos casos analisados, percebe-se que as modalidades de turismo intituladas *comunitária*, *de base local* e *ecoturismo*, em diversos momentos, baseiam-se em uma mesma orientação para construir as ações que visam a consolidação de um novo modelo de promoção do turismo. Todas elas aspiram a uma mudança significativa na ordem existente ao sugerirem a construção de uma atividade turística mais humana, igualitária e justa, e que deva se preocupar, sobretudo, com os grupos mais afetados por ela, pois, no modelo tradicional, são o de menor poder de decisão.

A questão é: qual a necessidade de associar estes princípios a uma tipologia ou denominação específica de turismo, e se esses deveriam ser princípios comuns a todo tipo de turismo que se quer diverso ao seu modelo tradicional? A tipificação do turismo foi compreendida como uma prática que encerra em si mesma a possibilidade de representar, na realidade, uma mudança, a partir do momento em

que vincula determinados princípios a um tipo especial de turismo e, dessa forma, propicia sua redução a um mero fator comercial e competitivo frente aos demais segmentos. Quando se reflete sobre a iniciativa da promoção do turismo a partir de princípios norteadores, aproxima-se mais da possibilidade de incidir no viés dominante (econômico) prevalecente da atividade, do que apenas segmentar o turismo em mais um produto a ser absorvido pelo mercado. A construção e a consolidação de um modelo de turismo alternativo em contraposição ao modelo tradicional passa, assim, pela orientação a partir de uma perspectiva de desenvolvimento que possibilita a concretização destes princípios. Porém, o que diferencia tais modelos de turismo de seu correspondente tradicional ou globalizado, conforme se refere Coriolano (2008), são seus princípios e práticas e não somente sua nomenclatura. A partir daí torna-se notória a ausência do novo no campo dos estudos turísticos, limitando-se tais “alternativas” a meras novidades que se destacam pelo forte caráter efêmero.

Pode-se notar, nos estudos de caso selecionados e analisados neste capítulo, que o desenvolvimento na escala do local é apontado como uma via, de fato, capaz de produzir alguma mudança na ordem estabelecida. Conforme é apresentado pelos autores que defendem e acreditam nesta abordagem de desenvolvimento, torna-se possível construir uma “nova” lógica de promoção do turismo ao propiciar, para a comunidade que se localiza em uma área detentora de potencial turístico, a oportunidade de estar à frente dos rumos que a atividade toma. Segundo os autores, numa linha próxima àquela apontada por Sen (2000), é dada oportunidade a essas comunidades envolvidas com o turismo de se inserirem neste processo enquanto sujeitos ativos de mudança e não somente como receptores passivos de benefícios, muitos deles precários e que, como visto anteriormente, pouco contribuem para uma mudança significativa na vida destas pessoas.

É a escala do local, dentro da perspectiva de promoção do turismo e de sua inserção enquanto estratégia de desenvolvimento, a melhor para a consolidação dos modelos alternativos da atividade? É necessário questionar se a abordagem local de desenvolvimento, apropriada pelos estudos turísticos, consiste apenas em uma mera adaptação frente ao modelo econômico predominante ou se ela realmente é uma oposição libertadora frente à ordem econômica predominante e homogeneizante. É importante lembrar que, para alguns autores, como Candiotta (2007), a promoção do turismo em escala local não necessariamente irá implicar em

um maior potencial de sustentabilidade, já que todos os lugares e localidades encontram-se inseridos, com maior ou menor intensidade, na dinâmica global do capitalismo, ditada pelo regime de acumulação flexível. De qualquer forma, está posta a questão.

Vários questionamentos surgiram ao longo desta dissertação e muitos outros poderão vir ainda a surgir a partir de sua leitura e discussão. Apesar do esforço ainda pontual para a conformação do campo de conhecimento criado em torno do Turismo, ressalta-se a contribuição direcionada a um tema tão recorrente e, ao mesmo tempo, tão pouco analisado e questionado. Ao final, se faz importante ressaltar, então, a necessidade de se construir outras e futuras pesquisas em torno deste tema, a fim de que tal movimento possa abrir espaço para trabalhos posteriores, que contribuirão ainda mais não só para a consolidação de um verdadeiro conhecimento turístico e de sua epistemologia, como também para possíveis mudanças na prática desta atividade.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luis. *Efeitos do turismo no desenvolvimento regional*. Turismo em Análise, São Paulo, 2(1):45-52, 1991.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Seminário sobre Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, 1998.18p.
- ALBAGLI, S.; BRITO, J. *Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais*. RedeSist, 2002. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- ANDRADE, José Vicente. *Gestão em lazer e turismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 173 p. (Turismo, cultura e lazer)
- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. 215 p. (Fundamentos ; 98)
- ARAUJO, Cíntia Möller. *Ética e qualidade no turismo do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.
- ARAUJO, Marina. *O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, Caparaó-MG*. 2008. 92f. Monografia (Curso de Turismo) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- ARAUJO, Paulo S. O. *Desenvolvimento do turismo e população local*. In.: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998, p. 362-373.
- ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. *Por uma estratégia de civilização*. In: ABRAMOVAY, R.; ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp/EDUSP; 2001. p. 55-69.
- ARMENDARIZ, Pedro; SERRANO, Helga. *O turismo de base comunitária como uma estratégia para o desenvolvimento – A experiência do Equador*. In: SILVA, J. S. da; NEUHAUS, E. (Orgs.). *Um Outro Turismo é Possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico*. Fortaleza; 2006, p. 47-52.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. *Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas*. *Revista da casa da Geografia de Sobral*. v. 4/5. n. 1. Sobral - CE: UVA, 2003. p. 131-142.
- BAHL, Miguel. *Turismo: enfoques teóricos e práticos*. São Paulo: Roca, 2003.

BAHL, Miguel. *Fatores ponderáveis no turismo : sociais, culturais e políticos*. Curitiba: Prottexto, 2004. 80p.

BALDWIN, Robert E.; MEIER, Gerald M. *Desenvolvimento econômico : teoria, historia, política*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph, 2001. (Turismo.)

BARRETO, M. *Planejamento e organização do turismo*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000a.

BARRETTO, Margarita.; REJOWSKI, Mirian (Orgs.). *Turismo: interfaces, desafios e incertezas*. 2. ed. Caxias de Sul: EDUCS, [2001]. 138 p.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. *Nacionalismo e desenvolvimento*. NOVOS ESTUDOS. São Paulo: CEBRAP, n. 77, p. 29-35. mar, 2007.

BENEVIDES, Ireleno Porto. *Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local*. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo : HUCITEC, 1997, p. 23-41.

BENI, Mario Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1991.

BENI, Mário Carlos. *Políticas e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo*. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo : HUCITEC, 1997, p. 79-86.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 1998. 427p.

BERTHOUD, Gérald. *Mercado*. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.132-154.

BERTONCELLO, Rodolfo. *Las prácticas turísticas y sus implicâncias sócio espaciales*. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998, p. 57-75.

BISSOLI, M. A. M. A. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*. São Paulo: Futura, 2000.

BOITEUX, Bayard; WERNER, Maurício. *Planejamento e organização do turismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

BOULLON, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, SP: EDUSC, 2002 (Coleção Turis).

BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC: Salvador: EDUFBA, c2003. 168 p. (Turis)

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. Uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *O conceito histórico de desenvolvimento econômico*. São Paulo: FGV-EESP, 2006 (Texto para Discussão n. 157, FGV-EESP, dezembro 2006).

BUTLER, Richard. W. The Concept of the Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

BUTLER, Richard. Sustainable Tourism – Looking Backwards in order to Progress? In: HALL, Michael e LEW, Alan. (Ed.). *Sustainable Tourism: a Geographical Analysis*. Essex, UK: Addison Wesley Longman Limited, 1998. p. 25-34.

CANDIOTTO, Luciano. Zanetti, P. *Considerações sobre o conceito de turismo sustentável*. Formação (Presidente Prudente), v. 1, p. 48-59, 2009.

CARACRISTI, Isorlanda. O turismo que se faz e o desenvolvimento que queremos. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998, p. 407-415.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 244 p.

CARLOS, Ana Fani. O consumo do espaço. In: _____ (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 173-186.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cassia Ariza da (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-37.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da geografia*. 2. ed. [São Paulo]: Difel, 1985. 318p. Chamada: 910.1 P467 Instituto de Geociências

CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

COMIN, Álvaro; FREIRE, Carlos. *Sobre a qualidade do crescimento*. Novos estudos. São Paulo, n. 84, 2009. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1343>. Acesso em: 10 jan. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (BRASIL). *Coletânea turística 2006*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2006. 241 p.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO REDE MERCOCIDADES, 4., 2002, Porto Alegre, RS; MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana. *Um outro turismo é possível*. São Paulo: Contexto, 2004. 156 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998.

CORIOLOANO, Luzia Neide. *O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário*. 2003a. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Luzia_Neide_Coriolano.htm>. Acesso em: 14 abr. 2010.

CORIOLOANO, Luzia Neide. *Os limites do desenvolvimento e do turismo*. PASOS. Sauzal (Tenerife) España, v. 1, n. 2, p. 161-171. jun. 2003b.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello e. *Turismo e geografia: abordagens críticas*. Fortaleza, CE: UECE, 2005. 173 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; SOUZA, Gerardo Facundo de. *Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do Batoque, Aquiraz, Ceará*. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008, FORTALEZA. ANAIS II SITS, 2008.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 4, 2009, Brasília. *Anais...* Brasília: Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, 2009. Disponível em: <www.mdic.gov.br/conferencia-apl/modulos/.../LuziaNeideCoriolano.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *et al.* Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EDUECE, 2009. v. 1. 307 p.

COSTA, H. S. M. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: Cássio Eduardo Viana Hissa. (Org.). *Saberes ambientais*. Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. 1, p. 79-107.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. 107 p.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 8. ed. São Paulo: Futura, c1998. 286 p.

DE KADT, E. (1979) *Tourism: Passport to Development?* Oxford: Oxford University Press/ World Bank/ Unesco.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. *Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições*. Campinas: Alínea, 2002. 287 p.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política de desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003. 226 p.

DORTA, Lurdes Oliveira; DONADELLI, Vevali de F. G; GUT, Mauro Araujo. *Desenvolvimento de projetos turísticos*. São Paulo: CEETEPS, 1999.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 27p. (Coleção Primeiros passos,64)

ELLIOT, James. *Politics of tourism*. Londres: Routledge, 1997.

EMBRATUR. *Rio de Janeiro*: Empresa Brasileira de Turismo,1974-1975.

EMBRATUR. *Brasil: desempenho do turismo*. Brasília: 1979.

EMBRATUR. *A indústria do turismo no Brasil: perfil e tendências*. Brasília: EMBRATUR, [199-] 136p.

EMBRATUR. *Estudo da Demanda Turística Internacional*: 2003. Brasília, DF: EMBRATUR, 2004. 83 p.

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. *Economia do turismo: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 292 p. ISBN 8535209514 (broch.)

FERNANDES, Lindomar. *Turismo comunitário uma proposta em construção – O Caso do Brasil*. In: SILVA, J. S. da; NEUHAUS, E. (Orgs.). *Um Outro Turismo é Possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico*. Fortaleza; 2006, p. 61-64.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-24.

FERREIRA, Simone Raquel B.; RIBEIRO, Wagner Costa. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira, (Org.). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998, p. 302-309.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 77.

FURTADO, Celso. *Teoria política do desenvolvimento*. 8. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1983.

GASTAL, Susana. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 150p. (Comunicação; 4)

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: ALEPH, 2007. 83 p.

GETZ, D. *Festivals, special events and tourism*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Bruno M. A.; FERREIRA, J. C. B.; SANTOS, A. C. Uma abordagem crítica da atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo* (UFRJ), Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, p. 40-48, 2006.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

HADDAD, Paulo Roberto. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: 1989. ((Estudos economicos e sociais/Banco do Nordeste do Brasil; 36))

HALL, Michael. Historical antecedents of sustainable development and ecotourism: new labels on old bottles? In: HALL, Michael; LEW, Alan (Ed.). *Sustainable Tourism: a Geographical Analysis*. Essex, UK: Addison Wesley Longman Limited, 1998. p.13-24.

HALL, Colin Michael. *Planejamento turístico*. Políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1991.

HARVEY, David. *Espaços urbanos na "aldeia global": reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX*. Mimeo. (Transcrição de conferência proferida em Belo Horizonte). 1995. HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n. 39, ano XVI. São Paulo, NERU. 1996. p. 48-64.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, c1999. 135p.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002. 219p

ITO, Claudemira Azevedo. *Possibilidade do Turismo: Da Concentração de renda à Inclusão Social*. Dialogando no Turismo^{JCR}, v. 1, p. 1-9, 2007.

JOSÉ, A. C. et al. *Carrancas na trilha de um turismo ordenado*, do núcleo de educação ambiental de Lavras da unidade multifuncional do IBAMA de Lavras, 2000.

KASSIS, Rami. Turismo de base comunitária como instrumento de redução da pobreza e inclusão social – O Caso da Palestina. In: SILVA, J. S. da; NEUHAUS, E. (Orgs.). *Um Outro Turismo é Possível!* Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza: 2006, p. 57-60.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo : HUCITEC, 1996. p. 62-74.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo* – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LA TORRE, Oscar de. *El turismo: fenomeno social*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, c1980. 134p. ((Seccion de obras de Sociologia))

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001. 226 p.

LEMOS, L. A. . Os sete mitos do turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: Suzana Gastal. (Org.). 9 Propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, v. único, p. 65-78.

LICKORISH, Leonard. J. *Desarrollo de destinos turísticos: políticas e perspectivas*. México: Diana. 1994

LICKORISH, Leonard J; JENKINS, Carson L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, c2000. 317 p.

LIMA, Ana Luíza C. Abordagens teóricas sobre o desenvolvimento econômico local: Idéias inovadoras no debate sobre essa antiga questão? *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 7, n. 18, p. 159-183, maio-ago. 2000.

LOBO, Carlos. Desenvolvimento e qualidade de vida: limitações na utilização de indicadores do crescimento econômico. *CADERNOS DO LESTE*. Belo Horizonte: IGC/LESTE, v. 1, n. 3, p. 01-31. out. 2001.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Teoria do Turismo – Conceitos, Modelos e Sistemas*. São Paulo: Editora Aleph. 2008 (Série Turismo). 468p.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística – um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Ed. UECE, 1998. p. 15-29.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

MAGALHÃES, Leandro. H. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. *Caderno Virtual de Turismo* (UFRJ), v. 8, p. 95-104, 2008.

MARTINS, Regina Andréa; RIBEIRO, Marcos Roberto Moreira. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *O desenvolvimento local: políticas públicas e ação do turismo no povoado de Lapinha, município de Santana do Riacho - MG.* 2002. 123f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia.

MATHIESON, A. & WALL, G. *Tourism: economic, physical and social impacts.* Londres. Ed. Longman Scientific&Technical. 1989

MELO, A. P. G. *Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso no município de Carrancas - MG.* Lavras: UFLA, 2002, 55p. (Monografia)

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. *Turismo e Participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?* 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MILNE, Simon. *Tourism and Sustainable Development: Exploring the Global-Local Nexus.* In: HALL, Michael; LEW, Alan (Ed.). *Sustainable Tourism: a Geographical Analysis.* Essex, UK: Addison Wesley Longman Limited, 1998. p. 25-48.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico.* São Paulo: Contexto, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Espaço brasileiro, metrópoles e desenvolvimento econômico: desafios da RMBH.* In: CAMPANHA URBANICIDADES, 1., 2009; Belo Horizonte. *Caderno Metropolitano: A (re)construção da RMBH.* Belo Horizonte: Sedru/CREA-MG. p. 24-29.

MOLINA, Fabio Silveira. *O turismo e seu papel na produção do espaço: reflexões teórico-metodológicas.* In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6., 28 a 30 de setembro de 2005. *Anais...Fortaleza*, 2005.

MOLINA, Fabio Silveira . *Turismo e produção do espaço: o caso de Jericoacoara, CE.* São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2007. (Dissertação de mestrado)

MOLINA, Sérgio. *O pós-turismo.* 2. ed. rev. São Paulo: Aleph, 2004. 130 p. (Turismo.)

MONTEJANO, Jordi Montaner; FAVANO, Andréa. *Estrutura do mercado turístico.* 2. ed. atual. São Paulo: Roca, 2001.

MORANDI, Sonia; GIL, Izabel Castanha. *Espaço e turismo.* São Paulo: Copidart, 2001. 147 p. (Caderno Curricular Experimental)

MOSER, Giancarlo; BECKEDORF, Irzo Antonio. *Administração e turismo: fundamentos.* Indaial: ASSELVI, 2002. 87 p.

NASCIMENTO, Antônio Ciro N.; CARVALHO, Jairon Costa. *O turismo comunitário como fator de desenvolvimento local: o caso da comunidade do Barro Vermelho –*

Parnaíba/PI. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008, FORTALEZA. ANAIS II SITS, 2008.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: Theoretical Introduction. *Capitalism, Nature, Socialism*. London, v. 1, n. 1, p. 11-38, 1988.

OLIVEIRA, Flávia Moura de; COSTA, Geraldo Magela; *Espaço, lugar, identidade e urbanização conceitos geográficos na abordagem do Turismo*. 2006. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais*. Publicação de Turismo e Ambiente, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Introdução ao turismo*. Trad. Dolores M. R. Corner. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OURIQUES, Helton. R. Elementos para uma crítica do turismo na economia-mundo capitalista. In: II Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-mundo, 2008, Florianópolis. II Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-mundo, 2008.

PEARCE, Douglas. *Tourism today: a geographical analysis*. New York: Longman Scientific & Technical, 1987. 229p.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de. *A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador*. 2005. 631f. Tese (Doutorado) – Universidade de Barcelona – Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional.

RABAHY, Wilson, A., *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatística no planejamento Barueri*, SP: Manole, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, M. C. . *Regulação de conflitos sócio-ambientais: notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos*. In: I Congresso Acadêmico Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2004, Rio de Janeiro. CADMA 2004 – ADMINISTRAÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004. v. 1. p. 151-179.

REIS, M. C. Apreensão da realidade, projetos políticos em disputa e desenvolvimento: Notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005. Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

REIS, Márcio Carneiro dos; MALUF, Sérgio Jamil; UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. *Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados*. 2006; 161 f. enc.: Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas.

REIS, M. C. Do desenvolvimento nacional ao desenvolvimento local. In: SECRETO, M. V.; CARNEIRO, M. J; BRUNO, R. *O Campo em Debate: terra, homens, lutas*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X; Seropédica-RJ: Ed. Edur, 2008.

REZENDE, Cristiane Ferreira. *Limites e potencialidades no uso do turismo como instrumento de desenvolvimento [manuscrito]: um estudo de caso no município de Carrancas – MG / 2004 – Dissertações*. ALENCAR, Edgard. Universidade Federal de lavras, 2004.

RIBAS, Rodrigo; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Análise da relação turismo e desenvolvimento em municípios de Minas Gerais [manuscrito]*. 2002. 116 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia.

RIBEIRO, Gustavo Lins . Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos*. CEBRAP, v. 80, p. 109-125, 2008.

RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. London; New York: Zed Books, 1997.

RODRIGUES, Adyr A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC, 1997a. 158 p.

RODRIGUES, Adyr B. *Turismo local: oportunidades para inserção*. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997b, p. 55-64.

RODRIGUES, Adyr Ballestrari. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 274p.

RODRIGUES, Arlete M. R. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 42-54.

ROSE, Alexandre Turatti de. *Turismo: planejamento e marketing*. São Paulo: Manole, 2002.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. *Turismo no Brasil: análise e tendências*. São Paulo: Manole, 2002.

SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Wolfgang; *Planet Dialectics: Explorations in Environment and Development*. London: Zed Books, 1999.

SACHS, Wolfgang. Development. The Rise and Decline of an Ideal. *Wuppertal Papers*, n. 108, aug., 2000.

SANCHO, Altair P. V. dos. *Turismo: Alternativa efetiva de inclusão social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

SANCHO, Amparo; BUHALIS, Dimitrios; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p.31-83.

SANTOS, Márcia Maria Cappellano dos; MARINHO, Marcela Ferreira; POSSAMAI, Ana Maria de Paris . Pesquisa em Turismo: Panorama das Teses de Doutorado produzidas no Brasil de 2005 a 2007. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, v. 3, p. 3-33, 2009.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: 1994. 190p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 90 p.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4.ed. São Paulo: Nobel,1997 (Coleção Espaços).

SANTOS FILHO, J. . O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização. In: Miguel Bahl. (Org.). *Turismo: enfoques teóricos e práticos*. São Paulo: Roca, 2003, v. 1, p. 371-390.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, Charley. As possibilidades e impossibilidades da sustentabilidade do sistema turístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 7, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba, PR: UFPR/UNICENP, 2004 (CD ROM).

SILVA, Jefferson Souza da; NEUHAUS, Esther (Orgs.). *Um Outro Turismo é Possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico*. Fortaleza, 2006.

SILVA, Jussara Maria da; ANTONIALLI, Luiz Marcelo; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Ações estratégicas para o turismo no município de Lavras – MG*. 2003. 167 f.: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia

SILVEIRA, Marcos T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-150.

SIMÕES, José Manuel. Um Olhar sobre o Turismo e o desenvolvimento regional. *Inforgeo*, n. 6, 1993, p. 71-82.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: 1976. 250 p. (Estudos brasileiros, 5)

SINGER, P. 1982. *Desenvolvimento e Crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SINGER, P. 1998. *Globalização e desemprego; diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto. (Cap. 5 e 6).

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1993. 324p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. *TERRITÓRIO*. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, v. 1, n. 1, p. 5-19. dez. 1996.

SOUZA, Marcelo J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (Org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo : HUCITEC, 1997, p. 17-22.

SOUZA, Maria José de; ENCONTRO NACIONAL TURISMO: (5. 2001 Brasília, DF). *Políticas públicas e o lugar do turismo* : v. 1. Brasília: UNB/Dep. Geografia: MMM, 2002. 379 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: 1993. 242p.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável*. São Paulo: Aleph, 2000.

TAVARES, Gracimar Sousa Cunha; ARAÚJO, José Luis L. *O turismo como propulsor para o desenvolvimento sustentável de pequenas localidades: um estudo da utilização da Lagoa do Cajueiro, localizada nos municípios de Joaquim Pires e Luzilândia (PI), pelas suas comunidades do entorno*. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2008, FORTALEZA. ANAIS II SITS, 2008.

TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. México: Editorial Edicol México, 1979. p. 15-35.

TORRE, De La. *El turismo: fenómeno social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

TRIBE, John. *Economia do Lazer e do turismo*. São Paulo: Manole, 2003. 444p.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. 2. ed. rev. São Paulo: Aleph, 2003.

TULIK, Olga. *Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural*. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (Org.), *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 136-143.

TURISOL. Rede brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Apresentação da rede. 2008. Disponível em: <<http://turisol.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Turismo Solidário. Desenvolvido por Rede de Turismo Solidário, 2006. Apresenta informações sobre o que é o turismo solidário, incluindo roteiros e outros produtos. Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

VASCONCELOS, Pedro A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Explorações geográficas; percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-275.

WALL, G. Planning. In: JAFARI, J. *Encyclopedia of Tourism*. Londres: Routledge, 2000. p. 439-440.